



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VITÓRIA CAMILLO DA SILVA MAURÍCIO

Afroturismo e paisagem: a Caminhada Juiz de Fora Negra

JUIZ DE FORA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VITÓRIA CAMILLO DA SILVA MAURÍCIO

Afroturismo e paisagem: a Caminhada Juiz de Fora Negra

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia, pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Guilherme Augusto Pereira Malta

Co-orientador: Humberto Fois Braga

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Camillo da Silva Maurício, Vitória .

Afroturismo e paisagem : a Caminhada Juiz de Fora Negra /
Vitória Camillo da Silva Maurício. -- 2025.
120 p.

Orientador: Guilherme Augusto Pereira Malta

Coorientador: Humberto Fois Braga

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025.

1. Paisagem. 2. Afroturismo. 3. Caminhada Juiz de Fora Negra. 4. Afroinscrições. I. Pereira Malta, Guilherme Augusto, orient. II. Fois Braga, Humberto , coorient. III. Título.

Afroturismo e paisagem: a Caminhada Juiz de Fora Negra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Geografia. Área de concentração: Dinâmicas Espaciais.

Aprovada em 21 de Maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Humberto Fois Braga - Coorientador Universidade
Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Helena Rizzatti Fonseca Universidade
Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Geny Ferreira Guimarães Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Natália Araújo de Oliveira
Universidade Federal de Pelotas

Juiz de Fora, 25/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por Natália Araújo de Oliveira, Usuário Externo, em 23/05/2025, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Humberto Fois Braga, Professor(a), em 25/05/2025, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Geny Ferreira Guimarães, Usuário Externo, em 02/06/2025, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2364496 e o código CRC C117EA68.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Afroturismo e Paisagem: a Caminhada Juiz de Fora Negra

Autor: Vitória Camillo da Silva Maurício

Orientador: Guilherme Augusto Pereira Malta

Co-orientador: Humberto Fois Braga

Aprovada em 21 de maio de 2025

Banca Examinadora

Professora Doutora Natália Araújo de Oliveira

Professora Doutora Geny Oliveira Guimarães

Professora Doutora Helena Rizzati Fonseca

JUIZ DE FORA

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todos que vieram antes de mim e aos que me permitiram chegar até aqui. Especialmente as mulheres da minha família: minha mãe, minha tia, minhas tias avós e minhas primas, que amo demais e, de maneira tão linda, durante toda a vida, me ensinaram e seguem me ensinado; me apoiaram e seguem me apoiando. Vocês são minhas principais referências e espero que vocês se sintam orgulhosas.

Agradeço as minhas amigas queridas, em especial Ana Clara, que está comigo há mais de 20 anos (estudamos juntas e somos amigas desde a primeira série!) e me apoiou demais nessa pesquisa e escrita da dissertação. Meu companheiro de vida, o Vitor Roko, rs, também foi fonte inesgotável de apoio e torcida por mim e por esse trabalho, apesar das dificuldades. Aos colegas da Turma de 2023 do PPGEU/UFJF, foi uma felicidade ter encontrado vocês. Os cafés na aula de sexta me deixaram um sabor doce, nos vemos em breve! Caminhar por essa trilha do processo do mestrado com os amigos, amor e carinho é muito bonito e menos solitário. Além disso, saber que vocês estão por perto diminui o peso que, às vezes, insiste em pesar.

Também agradeço às professoras e aos professores com os quais pude estar, me relacionar e aprender desde a escola, vocês são referências muito potentes. Um agradecimento especial aos meus orientadores: obrigada por acreditarem! A nossa relação profissional e de amizade é muito importante para mim; a confiança e o comprometimento de vocês foi o que permitiu que chegássemos a um trabalho bem-feito e pertinente, apesar das inseguranças.

CAPES, obrigada pelo apoio financeiro durante toda a vigência do mestrado.

A todos, mais uma vez, obrigada!

What we do is Unique. There's nothing to compare to it.

We can't know how hard it is unless we've tried it.

Em português:

*O que fazemos é Único. Não há nada que se compare a isso.
Não conseguimos saber o quão difícil é, a não ser que tentemos.*

Autor desconhecido.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização de Juiz de Fora.....	36
Mapa 2 – Pontos de visita da Caminhada Juiz de Fora Negra	76
Quadro 1 - Porções de paisagens coloniais no Brasil e em Portugal.....	47
Quadro 2 - Pontos de parada e nomes/personalidades mencionadas.....	79
Quadro 3 - Agrupamento de perguntas do questionário.....	86
Quadro 4 – Categorias para análise das entrevistas.....	93
Figura 1 - Características do Afroturismo	58
Figura 2 - Porções da paisagem no Centro de Juiz de Fora: estilos arquitetônicos.....	72
Figura 3 - Outras afroinscrições na Caminhada Juiz de Fora Negra (19/11/2025)	82
Figura 4 – Sankofa e Obohema próximos (19/11/2025)	83

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I	121
ANEXO II.....	123

RESUMO

A partir da Caminhada Juiz de Fora Negra (CJFN), *walking tour* realizado no centro da cidade de Juiz de Fora (MG), este trabalho investiga como o afroturismo se realiza como uma maneira de ler e interpretar a paisagem. A pesquisa mobiliza debates em torno da Paisagem, categoria de análise do espaço proposta pela geografia, no campo da Geografia Cultural. Entende-se a paisagem como uma construção simbólica e socialmente mediada, a fim de compreender como a CJFN, enquanto uma experiência turística, pode tensionar narrativas dominantes e instaurar outras maneiras de se entender o espaço urbano e, conseqüentemente, a paisagem. Ao adotar uma perspectiva afrocentrada, entende-se que a paisagem não é um pano de fundo que compõe o espaço; ela é um campo de disputa de narrativas, memórias e significados. Muitos desses significados foram silenciados pelas lógicas coloniais e eurocentradas que imperaram e ainda se reproduzem no Brasil. O afroturismo, porém, faz frente a isso. A metodologia usada combina a observação participante em duas edições da CJFN, ao longo de 2025, com entrevistas semiestruturadas realizadas com os três criadores da iniciativa, e a aplicação de questionários *online* a vinte e cinco visitantes que participaram do passeio. A CJFN é vista como, além de um produto turístico, uma prática política e afirmativa das presenças negras, que convoca seus participantes a enxergar partes de Juiz de Fora a partir de uma lente afrocentrada. A análise qualitativa dos dados permitiu compreender como as práticas discursivas usadas durante a caminhada apresentam e promovem as afroinscrições, produzem efeitos na percepção dos sujeitos sobre a paisagem e reconfiguram significados atribuídos aos lugares percorridos. A maior parte dos que responderam ao questionário concorda que a caminhada mudou, de alguma forma, a sua percepção sobre a paisagem juizforana. As entrevistas indicaram que a CJFN tem efeitos subjetivos que recaem sobre visitantes e guias; a sua consciência política é afetada e vínculos com a paisagem são reforçados. Esses resultados corroboram a construção de um conjunto epistemológico que serve às pessoas negras. A iniciativa evidencia e contribui para que o turismo possa ser um campo fértil para o fortalecimento de identidades negras coletivas. Ao mesmo tempo, ele ajuda a revelar camadas da paisagem compostas por heranças invisibilizadas. Dessa forma, este trabalho reafirma o afroturismo como uma forma de reexistência, capaz de reinscrever presenças, memórias e imaginários negros.

Palavras-chave: Paisagem; Afroturismo; Caminhada Juiz de Fora Negra; Afroinscrições.

ABSTRACT

This dissertation investigates how *afroturismo* (Afrotourism) functions as a possibility of reading and interpreting the landscape, through the case of the *Caminhada Juiz de Fora Negra* (CJFN), a walking tour conducted in the downtown area of Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil. The research draws on discussions within Cultural Geography, particularly the concept of Landscape as an analytical category for understanding space. Here, landscape is approached as a symbolic and socially mediated construction, enabling an analysis of how the CJFN, as a touristic experience, can challenge dominant narratives and offer an alternative manner of understanding urban space and, consequently, the landscape itself. From an Afrocentric perspective, landscape is not seen as a neutral backdrop, but rather as a contested field of narratives, memories, and meanings—many of which have been silenced by colonial and Eurocentric logics that have long shaped and continue to influence Brazil. Afrotourism, however, acts in resistance to this silencing. The methodology combines participant observation in two editions of the CJFN (throughout 2025), semi-structured interviews with the three creators of the initiative, and online questionnaires answered by twenty-five participants of the tour. The CJFN is understood not only as a touristic product, but also as a political and affirmative practice of Black presence—an invitation for participants to see Juiz de Fora through an Afrocentric lens. Qualitative analysis of the data shows that the discursive practices adopted during the tour, presents and promotes *afroinscrições* (Black inscriptions), influencing participants' perceptions of the landscape and resignifying the meanings attributed to the visited places. Most survey respondents agreed that the walk altered their perception of Juiz de Fora's landscape in some way. The interviews indicate that the CJFN produces subjective impacts on both visitors and guides: political awareness is heightened, and emotional and symbolic bonds with the landscape are reinforced. These findings support the construction of an epistemological framework that serves Black communities. The initiative demonstrates that tourism can be a fertile ground for strengthening collective Black identities while revealing layers of the landscape composed of silenced or invisible heritages. Thus, this work reaffirms Afrotourism as a form of *re-existence* — a way of reinscribing Black presences, memories, and imaginaries into the landscape.

Keywords: Landscape; Afrotourism; *Caminhada Juiz de Fora Negra*; Black inscriptions.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE ANEXOS	10
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Caminhos metodológicos	24
1.2 Justificativa.....	27
2. TURISMO E PAISAGEM	29
2.1 Paisagem e patrimônio, racismo e interesses hegemônicos	39
2.2 Afroturismo	51
2.3 Caminhos teóricos da paisagem	63
3. A CAMINHADA JUIZ DE FORA NEGRA: OLHARES SOBRE A PAISAGEM.....	74
3.1 Pesquisa de campo	78
3.2 Questionários.....	85
3.3 Entrevistas	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXO I	121
ANEXO II.....	10623

1. INTRODUÇÃO

As ações, os comportamentos e as atividades realizadas por sujeitos individual e coletivamente são moldadas por normas, valores e crenças sociais que desempenham um papel crucial na estruturação e no funcionamento das sociedades. Assim, as práticas sociais podem ser de qualquer tipo: religiosas, econômicas, políticas, educacionais e demais outras. Somadas, elas organizam e determinam meios através dos quais o espaço pode ser entendido, experienciado, compartilhado e produzido. Por vezes tais práticas podem conflitar-se, mas de maneira geral elas permitem a produção e reprodução da vida e de atividades de sujeitos individual e coletivamente. Assim, quase como um espelho, sujeito e sociedade se refletem; dito de outra maneira, um impacta e influencia o outro.

Academicamente, o conceito de espaço habita diferentes áreas do conhecimento, como as Artes e a Literatura, o Turismo e a Geografia. Nesta última, o espaço ganha o *status* de espaço geográfico e devido a sua complexidade é frequentemente estudado com base em cinco principais categorias analíticas: Espaço, como a extensão onde os fenômenos geográficos acontecem; Lugar, ao considerar a percepção e o significado que as pessoas atribuem a um determinado espaço; Região, que podem ser muitas e são definidas por critérios físicos, culturais, econômicos ou políticos comuns a uma área; Território, ou uma porção do espaço delimitada e controlada por um grupo ou entidade, geralmente com uma conotação política ou administrativa; e Paisagem, tida frequentemente como a aparência do espaço geográfico, resultante da interação entre elementos naturais e culturais.

Milton Santos entende que o espaço é constituído tanto por elementos materiais quanto por práticas sociais, em uma relação dialética que atravessa o tempo. Para ele, o espaço é entendido como um “conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2006, p. 12) e é também “um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (Santos, 2006, p. 67). Nesse sentido, tanto a dimensão material quanto a dimensão social interagem no espaço, uma em resposta a outra. Cabe colocar que elementos que compõem a dimensão material do espaço podem ser resultado de processos geológicos ou criados pela humanidade. Os segundos são imbuídos de importância cultural que variam de acordo com o tempo, o local e a sociedade.

Para compreender as relações humanas, a Geografia Cultural se volta às culturas no espaço. Ela compreende os sujeitos como produtores de cultura, o que orienta sua perspectiva

de mundo, através da qual os seres humanos interpretam e modificam o espaço em que vivem e sem o qual não poderiam existir; abarcando questões como poder, etnia, representações e simbolismos (Suess, 2017). A coletividade passa a ser vista como de suma importância para a produção espacial, visto que é uma condição para as sociedades. Conforme Ana Fani Carlos (2017), a sociedade é o meio e o produto para a manifestação da vida. Nesse sentido, a geografia cultural

oferece vários caminhos para tornar inteligível a ação humana. Não há um único caminho que, a priori, seja melhor que outro. O pesquisador deve decidir que caminho seguir a partir de suas indagações, a partir de sua criatividade indagadora (Corrêa, 2009, s/p).

Diversa em propósitos e métodos, essa abordagem oferece ao geógrafo ou geógrafa vários caminhos para tornar inteligível a ação humana. Não há um único caminho que, a priori, seja melhor que outro. O pesquisador deve decidir que caminho seguir a partir de suas indagações e de sua criatividade indagadora.

As relações sociais dão ao espaço diferentes significados e produzem nele novas formas que se acumulam e assumem funções diversas. As formas já existentes ou criadas em momentos históricos anteriores sugerem usos do espaço que moldam as ações e relações sociais no presente e as orientam para o futuro. Assim, o espaço não é apenas um plano de fundo neutro no qual as ações sociais acontecem. Isso se alinha com a noção de *socioespacial*, na qual o espaço é visto como uma construção social, cujas formas e significados são produzidos e reproduzidos pelas relações sociais.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013) diferencia os termos socioespacial e sócio-espacial. Pelo primeiro, o autor entende que há uma integração tão profunda entre o social e o espacial que um não pode ser compreendido sem o outro. Assim, o conceito traduz uma relação inseparável e interdependente. Pelo segundo, em que as palavras são separadas por hífen, Souza considera que as ideias “social” e “espacial” são domínios que podem ser considerados separadamente, embora sejam fortemente relacionados. Neste trabalho entendemos os dois termos como sinônimos e, assim, não diferenciamos um do outro.

Embora não concordemos totalmente com Santos (2006), reconhecemos a importância da sua definição sobre a paisagem como um conjunto de formas criadas em momentos históricos específicos. Para ele, as paisagens representam o que as sociedades construíram materialmente ao longo do tempo; “[...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (Santos, 2006, p. 67).

Souza, ao citar o conceito de paisagens residuais, entende que as paisagens são áreas ou elementos do espaço que, apesar de terem perdido suas funções originais, permanecem como testemunhos históricos e sociais da dinâmica espacial (Souza, 2013). Essas paisagens ilustram os conflitos e disputas sociais, mostrando como diferentes grupos lutam por significados e usos específicos do espaço. Nesse sentido, ela é mais que formas e a materialidade do espaço; a paisagem é como um reflexo da cultura¹ e da temporalidade da experiência humana, em constante mudança. Além disso, ela tem o poder de condicionar a sociabilidade humana (Souza, 2013; Corrêa, 2013; Santos, 2006) e ser condicionada por ela; sendo um dos motivos pelos quais essa categoria, vista dessa forma, é a de principal interesse desta pesquisa.

Simultaneamente, a paisagem reflete as pessoas e seus modos de viver, deixando no momento presente pistas de funções e formas de tempos passados e do tempo presente. Com seu caráter polissêmico, a paisagem pode ser entendida e experienciada não somente pelos seus aspectos visíveis. Para que estes sejam entendidos são precisos códigos que nos ajudem a ler as pistas ali presentes. Um atrativo turístico que parece ajudar a leitura de pistas presentes na paisagem é o *walking tour*, no qual os visitantes passam a conhecer uma localidade através de uma visita guiada feita a pé. Os temas desses *tours* podem ser variados, mas geralmente têm informações históricas que baseiam a narrativa adotada pelo guia. Assim, seu foco pode ser diverso – desde a história do local mais conhecida e difundida entre os habitantes às experiências com referências literárias ou cinematográficas.

Os *tours* oferecidos por iniciativas alinhadas com o afroturismo têm, por sua vez, o foco voltado para as narrativas, histórias e memórias longínquas ou mais atuais sobre as populações negras de cada lugar. Relativamente recente no turismo brasileiro, o afroturismo teve uma conceituação formalizada somente ao final de 2024, no primeiro Diagnóstico das políticas públicas de Afroturismo no Brasil (Brasil, 2024). O documento técnico foi elaborado em parceria do Ministério do Turismo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o que reforça sua importância nacional.

De maneira geral fala-se em afroturismo e turismo afrocentrado como sinônimos (Oliveira, 2020) e a ação dos próprios empreendedores que trabalham com afroturismo é que desenhou contornos para o conceito. Estes são afroempreendedores que, conforme Oliveira

¹ Cientes do debate que questiona o uso do termo “paisagem cultural” como uma maneira de reduzir o conceito de “paisagem” a aspectos culturais, neste trabalho usamos os dois termos como sinônimos. Entendemos que a paisagem pode ser pesquisada por estudos geográficos tanto nas linhas de pesquisa das dinâmicas socioespaciais quanto das dinâmicas socioambientais. Não é nossa pretensão balizar o termo.

aponta, praticam “um turismo empreendido por negros que se baseia na construção de narrativas afrocentradas, ou ainda de hospedagens, experiências e vivências que permeiam a cultura negra” (Oliveira, 2021, p. 45).

Nesse sentido, o afroturismo amplia a presença de pessoas negras no setor turístico e promove uma lógica de valorização de referências culturais afrocentradas. Essa lógica se imprime nas diversas iniciativas e frentes de atuação do afroturismo – seja através da hospitalidade, seja do turismo receptivo ou emissor, ele propõe narrativas que podem transformar o modo como o espaço e a paisagem são percebidos e experienciados. Dessa maneira, o afroturismo ressignifica a experiência turística a partir do ponto de vista da afrocentricidade. Através dos *walking tours*, como é o caso da CJFN, os guias e visitantes podem reinterpretar a paisagem na medida em que apresentam os locais visitados e as paisagens com as quais têm contato, a partir de uma lógica que desafia o turismo convencional. Pode-se dizer que o afroturismo se apropria da paisagem como um campo de disputa política de afirmação, no qual histórias negras ganham visibilidade e protagonismo.

Como apontado pela professora (Oliveira, 2020), *podcasts*, rodas de conversa, palestras online e conteúdos produzidos para as mídias sociais foram meios através dos quais os profissionais afroempreendedores e demais interessados no afroturismo tiveram as primeiras conversas coletivas sobre o tema. A autora reconhece que essas discussões no âmbito do turismo coincidem com um turismo crítico, que “busca entender de quem são os interesses mais aceitos na atividade” (Oliveira, 2020, p. 307). A criticidade no turismo não é uma particularidade do afroturismo, visto que, conforme Oliveira (2020), discussões sobre corpo, gênero, identidades e representações imagéticas no turismo ganharam relevância e maior visibilidade desde os anos 2000.

Além disso, a sociabilidade anteriormente mencionada pode ser entendida como feita através de diferentes práticas sociais. Elas exprimem necessidades de uso do espaço que podem ser solidárias ou conflitantes (Santos, 2006) entre as pessoas. Os conflitos ou os laços formados podem ter diferentes aspectos e podem tender a serem econômicos e sociais, por exemplo. No caso de sociedades que se organizam a partir da ideia de raça, entendemos que as práticas conflitantes podem acontecer mais frequentemente entre sujeitos racializados. Tomemos algum espaço para o entendimento de raça e racismo e como isso se relaciona com o espaço e a paisagem.

Frequentemente, os termos “raça” e “etnia” são usados como sinônimos. Porém, há uma significativa diferença entre os dois termos. Apesar de os dois serem muito usados pela antropologia, por um lado “etnia” diz respeito à identidade atribuída ou autoatribuída a um

coletivo em que as pessoas “histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (Munanga, 2003, p. 12). Ela se concentra em aspectos socioculturais, históricos e psicológicos de um grupo (Munanga, 2003), enquanto a raça tem origens que se atêm às características morfo-biológicas.

Dito de outra maneira, características como a cor da pele, cabelos e olhos são mais relacionadas à raça, enquanto a etnia se relaciona à nacionalidade, idioma ou tradições. Pode-se pensar na população do continente africano, que, apesar de formada por uma maioria absoluta de pessoas da raça negra, é composta por pessoas pertencentes a etnias que podem ser completamente diferentes, como os hauçá, xhosa, macua, igbo etc. Da mesma maneira, no continente europeu, embora a população seja formada pela maioria de raça branca, as pessoas podem pertencer às etnias anglo-saxã, escandinava, latina e demais.

No contexto científico, as raças, de acordo com Munanga (2003), foram e continuam sendo usadas na Zoologia e Botânica, a fim de diferenciar e classificar espécies animais e vegetais. No século XVIII, o conceito de raça passou a ser aplicado aos seres humanos legitimando relações de dominação entre grupos étnicos diferentes (Munanga, 2003) e a cor da pele passou a ser considerada um dos critérios para a divisão de pessoas entre as raças branca, negra e amarela. A essas divisões, valores intelectuais e morais foram atribuídos, mas atualmente a ideia de raça não tem base científica. A discussão, entretanto, é de cunho social; pensa-se sobre a construção social por trás da discriminação que faz perpetuar o racismo.

Munanga (2003) nos atenta para o fato de que a etnia não é um conceito estático, mas evolui com o tempo e no espaço de forma que novas etnias podem surgir e as identidades culturais podem se modificar. O autor ressalta que tanto o conceito de raça, quanto o conceito de etnia estão sujeitos à manipulação ideológica que pode colocar a visão de mundo de um grupo como mais importante que os demais. Por isso, entendemos, existem as ideias de etnocentrismo e racismo: um diz respeito à centralidade de uma etnia somente, enquanto o outro implica na dominação de uma etnia frente a outras.

Outro debate na academia, na internet e mesmo no movimento negro é o uso das palavras “negro”, “preto” e “pardo”. Em algumas discussões, as palavras *preto* e *pardo* se referem à cor da pele, enquanto a palavra *negro* diz respeito ao grupo de pessoas que compartilham uma história relativamente parecida no que diz respeito às dificuldades vividas em uma sociedade eurocêntrica. Neste trabalho escolhemos usar a palavra “negro” como

categoria que integra pretos, pardos e africanos em diáspora, distante de qualquer conotação negativa².

Cabe colocar que, embora não vivamos mais num contexto histórico de colonização no continente americano, muitas práticas sociais ainda reproduzem aspectos políticos e culturais da época e por isso vivemos sob a colonialidade do poder (Quijano, 2005). Este termo refere-se às estruturas de poder e saber coloniais que se mantêm, mesmo após a independência política e formal dos países que foram colonizados. Na contemporaneidade, como colocado por Corrêa e Meireles (2019), os estudos pós-coloniais e decoloniais³ denunciam as heranças coloniais e as suas formas de subalternização de sujeitos e seus territórios. O geógrafo Renato Emerson dos Santos ressalta que na geografia brasileira, estudos decoloniais já se voltaram a pensar as relações raciais no espaço, especificamente: “uma leitura descolonial das relações raciais, o que implica pensar o racismo como um sistema de dominação inerente ao modo de produção capitalista” (Santos, 2023, p. 13).

Durante todo o tempo de existência da colônia e império brasileiros, as culturas europeias serviam como padrões de compreensão do mundo, em detrimento de outras; além de perpetuar a ideia de superioridade europeia, o eurocentrismo minimiza a existência de outros povos. No caso brasileiro, comum a todo ocidente, a raça dominante é branca e de origem europeia. Dessa maneira, devido às terras do continente americano terem sido invadidas por europeus durante o período de colônia, estes marcaram o espaço a partir de seu entendimento. Nele replicaram sua arquitetura (entre casas, igrejas, fazendas e outros) e, simultaneamente, reprimiram qualquer manifestação ou expressão de culturas tradicionais. Não raro, as paisagens de cidades históricas e coloniais brasileiras se parecem com as paisagens portuguesas e, no caso de Recife, com as neerlandesas.

Grosfoguel (2012, p. 45) entende que a hierarquização de raças faz parte de um “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” que é universalista, ou seja, acredita na aplicabilidade universal de ideias, princípios e valores particulares de uma cultura a toda a humanidade. Isso sem que sejam respeitadas quaisquer diferenças culturais e epistemológicas.

Na paisagem brasileira colonial, portanto, poderiam ser vistos aspectos que remetem à dominação de um grupo sobre o outro, refletindo a maneira como a sociedade da época funcionava. As igrejas católicas, desde a concepção do Brasil, se mantiveram presentes de

² Para mais informações sobre os termos, vide o artigo “Preto ou Negro”, disponível no portal Geledés (Sacramento, 2016).

³ Autores a quem se pode recorrer para mais se aprofundar no assunto são Aníbal Quijano (2005), Ramon Grosfoguel (2012), Walter D. Mignolo (2008), o brasileiro Carlos Walter Porto Gonçalves (2005) e Catherine Walsh (2003).

forma que todo arraial ou cidade brasileira tivesse uma capela ou símbolos cristãos. A violência simbólica e física contra indígenas e africanos escravizados se justificava a partir da religião cristã e na prática se refletia no apagamento, invisibilização e dominação desses grupos. A paisagem, portanto, refletia o poderio católico e europeu, em detrimento de culturas indígenas ou negras.

Para Oliveira (2020), em concordância com Frantz Fanon (2008), o racismo cria complexos de inferioridade, superioridade e dependência que fazem a manutenção do branco como superior ou neutro e os demais grupos são racializados e inferiorizados. Considerando aspectos como gênero, classe e orientação sexual, os sujeitos e suas coletividades são mais ou menos violentamente afetados pelos efeitos do racismo, seja no espaço geográfico seja mesmo em suas subjetividades. Sabemos que o racismo acomete diferentes grupos étnicos, mas, no presente trabalho, trataremos de observar mais de perto as relações sociais entre os brancos e negros e, por isso, o racismo antinegro.

Achille Mbembe acredita que a ideia de um ser negro surge a partir do trauma e dos delírios inventados pelo projeto de eurocentramento de mundo (Mbembe, 2014). Frente à necessidade de justificativas para a dominação e exploração de povos africanos, o projeto colonial europeu negou a subjetividade de pessoas negras e a sua humanidade. Dessa forma, como argumenta Mbembe (2014), o processo de formação da base ideológica colonialista e, portanto, escravista, consolidou-se sobre a construção de uma identidade racial negra subjugada. Junto à criação do “negro” está o poder de controle sobre a decisão de vida e morte de africanos e seus descendentes. Essas dinâmicas constituem o termo “necropolítica”, cunhado por Mbembe (2014).

Para a autora e teórica Grada Kilomba, ao passo em que corpos negros são constituídos pelo racismo como *fora do lugar*⁴ (Kilomba, 2019), estes são, também, “corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são constituídos como próprios, [...] pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia” (Kilomba, 2019, p. 56). Em outras palavras, as pessoas negras são destituídas de humanidade, enquanto pessoas brancas são a referência para isso. Tais ideias compõem a justificativa para o não reconhecimento e a brutalidade contra pessoas negras e suas subjetividades, mesmo na produção do espaço e a consequente paisagem.

Por outro lado, consolida-se “a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios” (Bento, 2002, p. 14). Isso é o que Cida Bento

⁴ Lugar, nesse caso, não remete à categoria geográfica, mas a um local ou posicionamento social.

nomeia como branquitude. A autora entende que a branquitude tem origem no medo, mas tampouco é questionada por quem a pratica, pois estes não renunciariam a seus privilégios. De toda forma, a supremacia branca estabelece que as relações sociais sejam, necessariamente, atravessadas pela relação de dominação de um grupo sobre outro(s) e, invariavelmente, um pacto silencioso entre aqueles que ‘pertencem’ à branquitude mantém os privilégios do grupo dominante e péssimas condições para os grupos subalternizados (Bento, 2022).

Nessa ótica, o racismo estigmatiza e essencializa, por exemplo, grupos sociais não-brancos, como indígenas e negros (Mbembe, 2014). Isso tem como uma consequência a hierarquização que se expande para classificar pessoas e locais do planeta. De maneira geral, as culturas são, portanto, hierarquizadas desde o centro até a margem – ou, noutra ideia de movimento, desde o topo até a base. Santos (2012) entende que a colonização é a essência do que estruturou, historicamente, a dominação e exploração de pessoas com base na ideia de raça e, dessarte, uma hierarquização social racializada.

Santos (2023) reconhece que os princípios de hierarquização que se misturam com a racialização despreocupada com a afirmação de grupos sociais minoritários sobrepõem-se, de forma que “conhecimentos sobre a natureza, técnicas de construção seculares, práticas culturais, costumes, entre outros patrimônios, são desqualificados” (Santos, 2023, p. 19). Com o passar do tempo, esses princípios se atualizam e exprimem no espaço o que Santos (2023) entende como padrões de segregação socioespacial. Assim, a dimensão racial, interseccionada com diversos outros princípios de hierarquização, tem um papel fundamental para a manutenção e reprodução de uma sociedade caracterizada por profundas desigualdades (Santos, 2023). Dessa maneira, o racismo é um mecanismo de organização espacial que parece invisível a muitas pessoas, mas se faz presente no espaço, na paisagem e nas ciências geográficas, seja de maneira anunciada e explícita seja silenciosa e implícita.

Assim, entendemos que o racismo e seus efeitos têm importância significativa na maneira como o espaço é organizado, frequentado e observado. A sociabilidade, estabelecida através de conflitos ou de laços, permeados pelo racismo, se traduz nas práticas socioespaciais. Isso é o que, por exemplo, nos permite entender o que o geógrafo Diogo Marçal Cirqueira (2010) propõe quando afirma que pessoas negras vivenciam o lugar de forma diferente, seja por meio da identificação seja da repulsa, que podem ser traduzidos como topofilia e topofobia, respectivamente. Cirqueira reconhece que há um amplo debate sobre a categoria *lugar*, mas aqui ele é entendido como um espaço capaz de gerar reconhecimento para sujeitos.

Ao refletir sobre considerações de Cirqueira (2010), Ratts (2012) elabora, brevemente, a ideia de *lugar de negro* e *lugar negro*. Enquanto a primeira diz respeito ao espaço ou local

construído pela segregação espacial que reflete o racismo antinegro e lhe determina locais, a segunda refere-se a locais com os quais pessoas e grupos negros se identificam, por se sentirem reconhecidos ou culturalmente pertencentes.

Outros estudos geográficos que se distanciam das bases racistas são os decoloniais. Essa perspectiva é essencialmente crítica ao padrão de poder hegemônico que surge com a colonização, atualiza-se através do capitalismo e constantemente faz sua manutenção em todo o mundo. Ela também critica a visão eurocêntrica na escolha de métodos, temas de pesquisa e construção do conhecimento geográfico que prioriza países colonizadores, também entendidos como Norte Global⁵. As perspectivas de(s)coloniais se encontram na “Teoria do Giro Descolonial”, liderada por Aníbal Quijano, sociólogo peruano.

Na geografia brasileira, autores como os já citados Renato Emerson dos Santos, Geny Guimarães, Denilson Oliveira, Rita Montezuma, Alex Ratts e Diogo Cirqueira se aproximam das perspectivas decoloniais, mas não se resumem a elas. Não se trata de apagar todo conhecimento construído, mas de repensar os conceitos geográficos à luz das experiências e perspectivas de pessoas negras. Este é um processo que pode ser desafiador, mas temos evidências de que é possível. A proposta das Geografias Negras, que se pauta nos estudos das relações étnico-raciais na Geografia, aponta esse avanço.

As Geografias Negras são um conjunto de reflexões que indicam possibilidades de construções significativas dentro do campo das relações raciais afirmativas e antirracistas na Geografia. Também, não objetivam desconstruir o que já está estabelecido e tampouco sugerem um modelo específico, mas propõem pensar o espaço a partir de um conjunto epistemológico que seja útil e relevante para as pessoas negras (Cirqueira; Guimarães; Souza, 2020).

Com seus próprios processos e metodologias, iniciativas antirracistas coletivas e individuais vêm confrontando a invisibilização das culturas negras nos espaços-tempo urbanos ou rurais. Essas iniciativas, no que tocam a população negra, são formadas pelo que Santos (2023) entende como movimento negro. Ele não é institucionalizado, mas faz referência à movimentação de pessoas que se simpatizam às causas negras e vão em direção a uma prática do antirracismo. Frequentemente, essas iniciativas e os pensadores antirracistas apontam para a necessidade de descolonizar a maneira como observamos o mundo. Na atualidade, esforços são feitos em diversas áreas como a educação, mídias sociais e comércio. Também são feitos

⁵ A ideia de “Norte Global” não se refere apenas à localização geográfica, mas uma construção sociopolítica e econômica que engloba as nações e regiões mais desenvolvidas e poderosas do mundo. Essas nações se beneficiaram historicamente do colonialismo, do imperialismo e das relações desiguais de poder entre países localizados no hemisfério norte e no hemisfério sul global. Alguns exemplos de países do “Norte-global” são Estados Unidos, França, Canadá, Alemanha, Inglaterra e Itália.

através do afroturismo, espontaneamente alinhado com as Geografias Negras, para a resignificação de espaços e visibilidade de narrativas invisibilizadas durante muito tempo. Seguindo essa ideia, o afroturismo nos parece essencial para fazer uma leitura do espaço a partir de termos que integram pessoas negras à formação territorial e da paisagem.

Simultaneamente, a paisagem reflete as pessoas e seus modos de viver, deixando no momento presente pistas de funções e formas de tempos passados e do tempo presente. Com seu caráter polissêmico, a paisagem pode ser entendida e experienciada não somente pelos seus aspectos visíveis. Para que estes sejam entendidos são preciso códigos que nos ajudem a ler as pistas ali presentes. Um atrativo turístico que parece ajudar a leitura de pistas presentes na paisagem é o *walking tour*, no qual os visitantes passam a conhecer uma localidade através de uma visita guiada feita a pé. Os temas desses *tours* podem ser variados, mas, geralmente, têm informações históricas que baseiam a narrativa adotada pelo guia. Assim, seu foco pode ser diverso: desde a história do local mais conhecida e difundida entre os habitantes, às experiências com referências literárias ou cinematográficas etc.

Ao que se pôde alcançar até aqui, entendemos que a paisagem é composta por camadas que atravessam o tempo e são modificadas pela cultura de um ou mais povos, como em um processo de “adições e subtrações sucessivas” (Santos, 1988, p. 4). Elas são constituídas por diferentes formas que remetem a tempos históricos e modos de construção do espaço distintos, como um palimpsesto (Pereira; Andrade, 2019). Nesse tipo de pergaminho, muito raro na época entendida como Idade Média, os escritos eram raspados e sobre eles novas escritas eram feitas (Aguilar, 2019).

Na paisagem como palimpsesto, cada camada representa uma interação diferente entre o ser humano e o meio ambiente, deixando marcas na paisagem que podem ser reveladas através de uma análise sensível a elas. Tais marcas são também formas presentes na paisagem material e imaterial; elas comunicam e influenciam as relações socioespaciais (Souza, 2013). Entretanto, tais formas podem ser interpretadas de diferentes maneiras e por diferentes grupos sociais. No caso dos *walking tours* do afroturismo, entende-se que as interpretações são afrocentradas e esta é também uma via para a conscientização dos visitantes. Nesse sentido, ela trata sobre as participações negras através das narrativas usadas. Em Juiz de Fora (MG) isso se materializa através de uma caminhada temática que acontece desde 2022. A Caminhada Juiz de Fora Negra (CJFN) é, até o momento, a única iniciativa de afroturismo da cidade.

Tanto a perspectiva do presente trabalho quanto o próprio afroturismo assemelham-se e aproximam-se das Geografias Negras. Os dois são “possibilidades de construções

significativas dentro do campo das relações raciais afirmativas e antirracistas na Geografia” (Guimarães, 2020, p. 305). Em outras palavras, o afroturismo e em especial a Caminhada Juiz de Fora Negra repensam e apresentam o espaço, considerando um conjunto epistemológico que serve às pessoas negras e à toda população.

Como primeira delimitação para o presente trabalho, escolhemos analisar um *walking tour* realizado pela produtora Damata Cultural, a Caminhada Juiz de Fora Negra (CJFN). Trata-se de um passeio guiado no centro de Juiz de Fora, feito em um trajeto de aproximadamente dois quilômetros e meio, em cerca de duas horas. Comumente conhecido pelo nome em inglês, essa é uma prática turística que consiste em uma visita guiada, com o trajeto feito a pé e pode ser realizada em qualquer local, frequentemente em centros urbanos. Acreditamos que tais paisagens podem revelar não somente a relação entre brancos e negros ao longo do tempo, mas códigos de sociabilidade, de territórios, modos de vida, religiosidades, saberes e demais expressões do povo negro. Dessa forma, indaga-se: A Caminhada Juiz de Fora Negra sugere uma perspectiva afrocentrada de leitura da paisagem?

O objetivo geral do trabalho é compreender se o afroturismo pode ser um meio de interpretação da paisagem, como lentes de contato que mostram perspectivas afrocentradas de ocupação do espaço. Já os objetivos específicos são:

- i. descrever de que forma os guiamentos interpretam as paisagens visitadas;
- ii. identificar a percepção dos guias de turismo sobre as marcas negras na paisagem e a maneira como eles comunicam esses elementos aos participantes;
- iii. analisar em que medida os guiamentos da Caminhada Juiz de Fora Negra funcionam como ferramentas de interpretação da paisagem;
- iv. examinar de que maneira as iniciativas se configuram como transformadoras tanto para os guias quanto para os participantes.

1.1 Caminhos metodológicos

Traçar um caminho metodológico foi um dos pontos mais desafiadores deste trabalho. Sabíamos que o caráter da pesquisa era qualitativo, mas as possibilidades eram muitas e quase todas pareciam não ter como destino uma abordagem afrocentrada. Entendemos que a Geografia pressupõe métodos sem os quais não seria possível fazer essa ciência como a conhecemos. Assim, escolhemos uma rota criada a partir de uma espécie de bricolagem de métodos, que, somados, anunciam e realizam uma pesquisa em Geografia e,

mais especificamente, nas Geografias Negras. Nessa bricolagem, estão a própria Geografia, o Turismo, as Ciências Sociais e a História.

Um levantamento bibliográfico que nos permitisse melhor entender o estado da arte dos principais eixos teóricos foi feito. Inicialmente, queria-se usar somente autores afrocentrados, mas percebemos que este poderia se tornar um fim em si mesmo; então, inspirados na professora Geny Guimarães, nos lembramos que fazer um trabalho alinhado às Geografias Negras não se trata de desconstruir o que já existe ou propor um novo modelo. Trata-se de “pensar o espaço por meio de um conjunto epistemológico que nos sirva” (Cirqueira; Guimarães; Souza, 2020, p. 305).

Assim, os conceitos de paisagem cultural são apresentados a partir das considerações de autores das correntes da Geografia Humanista e Cultural, Denis Cosgrove (1983; 1993, 1998; 1989), Roberto Lobato Corrêa (1995, 1998, 2011) e Augustin Berque (1998). Já o afroturismo será apresentado sob as propostas da professora e turismóloga Natália Araújo de Oliveira (2020; 2021), da doutoranda em turismo Priscilla Teixeira da Silva (Silva, Tricário e Silva (2023)), Amadeusa Batista⁶ (Batista Neto *et al.*, 2022) e minhas próprias contribuições provenientes de uma pesquisa anterior (Maurício, 2022), em diálogo com Patrícia Pinho (2018) e Alana Dillete (2024). Autores das Geografias Negras como Geny Guimarães (2018), Renato Emerson (2012; 2023) e Denilson Oliveira (2019) dão luz às perspectivas de espaço racializado propostas por esse trabalho. Cabe colocar que a racialização que nos interessa nesse trabalho é antirracista.

O projeto deste trabalho foi submetido à análise do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP - UFJF)⁷ e após a aprovação do órgão as etapas de pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas e questionários puderam acontecer. A pesquisa de campo teve como formato a observação participante, que compreende a participação dos sujeitos de maneira geral, de forma a entender que estes não somente atuam como transmissores de informação (Faermam, 2014). Acreditamos que a distância entre o pesquisador e seus objetos de estudo, principalmente nas ciências humanas, pode ser muito curta e, por vezes, difícil de ser identificada. No caso deste trabalho a intenção não foi de me apartar das experiências de pesquisa e de participação da caminhada; ao mesmo tempo em que eu observava e preenchia o diário de pesquisa, eu participei ativamente da visita. Em campo,

⁶ No artigo e nas referências bibliográficas, encontra-se a pesquisadora pelo nome Amadeus Batista Neto.

⁷ O projeto foi submetido em 22/09/2024; em sua primeira versão, foi aprovado em 25/10/2024, sob o número do parecer: 7.183.045.

foram observadas a atuação das ou dos guias de turismo e a interação entre os visitantes nos pontos visitados; também foram observadas as afroinscrições ponto a ponto da visita.

Visto que foi um desafio localizar todos os visitantes que até hoje participaram da CJFN, o instrumento utilizado foi um questionário aplicado via *Google Forms*. Durante a pesquisa de campo, os visitantes acessaram o questionário *online* através de um *QR Code*. *Online*, com a ajuda de outros respondentes, foi possível que um *link* do questionário fosse enviado a outros interessados em responder, via as redes sociais *Instagram* e *Whats App*. Muitos dos respondentes ofereceram ajuda para que o questionário pudesse chegar a outras pessoas conhecidas deles e que participaram da caminhada. Na prática, esse movimento fez lembrar o método de amostragem bola de neve (Handcock; Gile, 2011).

No período de aproximadamente um mês, obtivemos 25 respostas ao questionário. Ao chegar em um número que consideramos uma amostra satisfatória, fechamos o questionário para novas respostas. O principal objetivo do questionário foi compreender as percepções dos visitantes sobre a Caminhada Juiz de Fora Negra e o seu impacto no entendimento da paisagem de Juiz de Fora. Além de buscar traçar objetivamente um perfil dos respondentes, as questões abordaram temas como a visão dos visitantes sobre a contribuição da CJFN para a promoção da diversidade cultural e valorização das memórias negras na cidade. Foi de suma importância entender se o *tour*, de alguma maneira, mudou a sua percepção sobre a paisagem e as afroinscrições.

A coleta de dados foi feita através de perguntas abertas. Dessa maneira, seria possível que os respondentes se expressassem mais livremente sobre suas opiniões e experiências. As respostas foram analisadas qualitativamente, com base na identificação de similaridades, *insights* e recorrências relevantes. Seis agrupamentos organizaram as perguntas e suas respostas no questionário: 1. Motivação para participar do passeio, 2. Familiaridade com narrativas negras, 3. Conhecimento prévio e percepção sobre a cidade, 4. Avaliação do passeio, 5. Importância do passeio e mudanças na percepção da paisagem, 6. Mudanças provocadas pelo tipo de iniciativa. Os agrupamentos e as perguntas podem ser encontrados no Quadro 3 deste trabalho.

A entrevista semiestruturada e *online*, em forma de uma conversa planejada, foi realizada com cada um dos três integrantes da Damata Cultural no mês de dezembro. Nesse método, o entrevistador pode discorrer sobre temas propostos por meio de questões previamente definidas e que acontece como uma conversa, sendo formal ou informal (Sousa, Santos, 2020). Os nomes dos entrevistados foram ocultados e substituídos por nomes fictícios: as duas mulheres são Bárbara e Leandra e o homem é Jorge. Cada entrevista teve cerca de uma

hora de duração e a escolha de fazer individualmente se deu por acreditarmos que este formato pode favorecer maior profundidade nas respostas em um ambiente em que, minimamente, os voluntários pudessem se sentir mais seguros e confiantes.

Imediatamente ao fim das três entrevistas, os dados foram transcritos e estes arquivos usados para a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011), esse modelo de análise é estruturado em uma sequência técnica de três fases: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material e 3. Tratamento dos resultados. Dessa maneira o fizemos. Já no tratamento dos resultados, após identificarmos conexões e tensões nas falas dos entrevistados, criamos cinco categorias temáticas principais: 1. Construção e escolha dos pontos da caminhada, 2. Percepção da paisagem, 3. Oralidade como fonte, 4. Impacto e transformações e 5. Dualidade entre resistência e desgaste. Trivinos afirma que “é muito importante também ter presente na análise o contexto não só linguístico, mas também histórico das expressões, conceitos, etc.” (Triviños, 1987, p. 163). Assim, com o cuidado de não incorrer na livre interpretação das respostas dos participantes, buscamos entender suas colocações para além do que o texto falado sugere.

Quanto à organização deste trabalho, ele é construído em três capítulos. O primeiro é a introdução, na qual são feitas as primeiras reflexões sobre o tema, a exposição da nossa motivação para o empenho de esforços nesta pesquisa e as escolhas metodológicas. Já no segundo capítulo, intitulado Turismo e Paisagem, são aprofundados os conhecimentos que nos serviram como referências bibliográficas. Em *Paisagem, patrimônio, racismo e interesses hegemônicos* (tópico 2.1) pavimentamos o caminho de referências usadas para as discussões sobre turismo e paisagem; em *Afroturismo* (tópico 2.2) nos propomos a pensar o Afroturismo como ações que refletem potências negras no turismo brasileiro e por isso consideramos a necessidade de pensar os conceitos de paisagem que fazem mais sentido para essa pesquisa. Por fim, no terceiro e último capítulo, são expostos os resultados da pesquisa, devidamente tratados e analisados. As considerações são seguidas das referências bibliográficas, que encerram o trabalho escrito.

1.2 Justificativa

Pessoalmente, a pesquisa reúne temas de meu interesse profissional-acadêmico, mas também afetivo, em certa medida. Talvez, esta pesquisa tenha começado muito antes de eu me pensar como mestranda, quando eu era ainda criança. Ter sido uma criança negra, numa família mestiça e sem letramento racial, protegeu-me de muitas preocupações que como adulta eu tenho conseguido organizar e buscar referências seguras para elas. Na faculdade de turismo, minhas visitas à Mina Du Veloso, localizada em Ouro Preto (MG), e à região da Pequena África

no Rio de Janeiro me fizeram acreditar que era possível estudar Turismo e com um propósito alinhado às perspectivas que me ajudariam a entender a mim mesma e meus ancestrais contemporâneos (ou não) como pessoas que ocupam um espaço no mundo. Entendo que nesse espaço estão manifestas nossas vivências e memórias, mas é preciso entender como buscá-las. Por isso, decidi ter no meu caminho profissional de pesquisa o afroturismo.

Foi com o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Afroturismo e discursos invisibilizados: a mediação afrocentrada de guias de turismo na Pequena África (RJ)*, que tive maior proximidade com a escrita e outros trabalhos acadêmicos sobre afroturismo. Tanto me envolvi com o afroturismo que decidi levá-lo como companheiro de estudos para o Mestrado também, materializando mais uma vez uma vontade e necessidade de visitar, bem como colocado pela geógrafa Geny Guimarães (Guimarães, 2020, p. 300), “memórias ancestrais que pudessem completar o conhecimento espacial que eu tinha da cidade onde morava, do país, do mundo em si.” Este é um esforço de contribuição para toda a comunidade negra, que trabalha com turismo ou não, e beneficia áreas do conhecimento que tiveram a minha curiosidade sempre aguçada: a Geografia, a História, o Turismo e as Ciências Sociais e Humanas.

Além de enriquecer as Geografias Negras, essa pesquisa destaca-se por dar centralidade ao afroturismo como uma possibilidade de abordagem afrocentrada sobre o espaço. Entendo ser urgente suscitar e refletir sobre questões afroreferenciadas no mundo acadêmico e fora dele. Encontro na Geografia um espaço para descortinar e revelar o trabalho atual de pessoas que contam a história da população brasileira colocando pingos nos “is”, como se diz popularmente. Tenho certeza de que se essas histórias tivessem sido contadas a mim, quando eu era ainda menina, os estudos sobre os quais eu me aventuro e me identifico seriam outros. O estudo, portanto, propõe formas de compreender o espaço, valorizando as experiências e conhecimentos das populações negras. Acreditamos que esta pesquisa é um avanço significativo na produção acadêmica, abrindo caminhos para outras investigações e debates nos campos das Ciências Humanas, como o Turismo e a Geografia.

Sendo a paisagem uma importante categoria de análise do espaço, ela comunica valores culturais e pode auxiliar o entendimento de relações sociais. Logo, este trabalho contribuirá como referencial para pessoas que trabalham fora da academia, mas também dentro dela. São beneficiados aqueles que se interessam por um mundo menos desigual e com narrativas que, apesar de não serem novas, estão sendo mais disseminadas nesse momento.

2. TURISMO E PAISAGEM

Um exemplo de prática social que sugere determinados usos do espaço e é também influenciada pela materialidade já existente é o turismo. Com uma origem histórica debatível, o turismo implica o deslocamento dos seres humanos no espaço, de forma não-forçada, frequentemente atrelado ao lazer. Como vivido na Pandemia do Covid-19, os *tours* realizados online também se mostraram uma possível prática de turismo em ambiente virtual, o que pode ser mais bem estudado em outro momento.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, o turismo é um fenômeno cultural, social e econômico que implica o movimento de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual por razões pessoais ou profissionais (Quinteiro; Baleiro, 2017). Às pessoas que engajam nessas atividades na condição de consumidoras, dá-se o nome de visitantes (Quinteiro; Baleiro, 2017). As práticas turísticas são ações que, influenciadas pela mobilidade, se direcionam a materialidades e seus simbolismos em determinados espaços. Ao mesmo tempo, essas práticas têm o poder de criar funções para antigas formas. Por exemplo, na sede do Instituto Pretos Novos (Pretos Novos, 2024), localizada no Rio de Janeiro, e no *African Burial Ground* (2024), em Nova Iorque, os terrenos foram usados como cemitérios de pessoas negras entre os séculos XVI e XVIII e na atualidade abrigam museus voltados para a preservação da memória negra na construção de cada uma das cidades.

No contexto da pós-modernidade, o fenômeno turístico tem forte caráter mercadológico que se baseia na interação entre oferta e demanda de acordo com o interesse social. Esse interesse, muitas vezes, é potencializado pelo conhecimento que se tem sobre o local que se pretende visitar. O apelo visual é significativo na atração de demandas turísticas e as relações entre os habitantes de um local, frequentemente, imprimem no espaço características próprias. Assim, as paisagens têm valor cultural que somam à atratividade de um destino.

Para Barbosa (2010), se a necessidade de romper com a rotina é a verdadeira essência do turismo, o deslocamento e a mudança das paisagens do local de origem e do destino são a solução para tal necessidade. Então, a paisagem é vista por ela como um recurso substancial do fenômeno turístico (Barbosa, 2010). Assim, ela é expressão das características particulares de diferentes locais e por isso é um fator que os singulariza e atrai visitantes. Nessa perspectiva, as paisagens são recursos valiosos para a consolidação e desenvolvimento da oferta turística. De acordo com o Ministério do Turismo:

A paisagem cultural guarda os vestígios e testemunhos passíveis de leituras espaciais e temporais resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, sintetizando aspectos das dimensões tangíveis e intangíveis

do patrimônio cultural. A paisagem de um destino é um importante diferencial e isso deve ser aproveitado na estruturação dos empreendimentos e serviços, tanto na integração adequada ao contexto cenográfico, quanto na interpretação de seus valores e significados (Brasil, 2010, p. 17).

Dessa maneira, as paisagens são elementos fundamentais na constituição de atrativos turísticos. No Brasil, as paisagens “naturais” parecem ser a preferência dos visitantes. De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2024), uma pesquisa recente revelou que o litoral brasileiro foi o principal destino de 2024, reforçando “a preferência por locais com belas paisagens e rica oferta de atratividades turísticas” (Brasil, 2024, s/p).

No caso de *walking tours*, as paisagens são interpretadas e as narrativas interpretativas podem ser variadas. Nesse sentido, o foco que se quer dar à experiência turística é o principal elemento através do qual o trabalho de um guia de *walking tour* se desdobra; podendo ser grandes a sua adaptabilidade e versatilidade. Por esse motivo, este é o atrativo⁸ de turismo que nos aguça a curiosidade e sobre o qual nos ocuparemos neste trabalho.

Atualmente, o turismo convencional ou hegemônico se centra numa dimensão econômica e lucrativa das atividades turísticas (Brandão, Coriolano, 2016). Dessa forma, a oferta e demanda turística hegemônicas se voltam para os interesses e narrativas (*storytelling*) de grupos sociais dominantes e, invariavelmente, por ser uma prática social, o turismo produz e reproduz valores sociais em suas atividades. Cabe salientar que, principalmente no ocidente, os grupos hegemônicos são racialmente compostos por europeus brancos e seus descendentes também brancos.

Nesse cenário, forças não-hegemônicas se posicionam e oferecem outros tipos de práticas turísticas. Desse modo, são estabelecidos dois eixos do turismo: o convencional e o não hegemônico (Brandão; Coriolano, 2016). Por um lado, o turismo convencional, que consideramos ser o turismo hegemônico, caracteriza-se pelos destinos populares com grande fluxo de turistas e infraestrutura padronizada e têm maior foco em atrações e serviços oferecidos por grandes empresas. Uma crítica frequente a esse tipo de turismo é a possível baixa autenticidade⁹ dos atrativos e das experiências oferecidas aos turistas. Nesse sentido, essa autenticidade tem a ver com a pouca espontaneidade das experiências turísticas; é como se

⁸ Os atrativos de turismo ou atrativos turísticos são parte da oferta turística de uma determinada região. De acordo com Beni (2004), o atrativo é um lugar, um evento ou acontecimento ou mesmo um objeto. Principalmente ele gera motivação em turistas ou visitantes para se deslocarem e conhecê-lo.

⁹ O termo autenticidade é motivo de grandes discussões no Turismo e em outras áreas do conhecimento, pois não há consenso sobre sua definição. Ela pode ser entendida a partir de diferentes correntes filosóficas como o objetivismo ou existencialismo (Matos, 2018). Questões como “quem define o que é autêntico e inautêntico?”, “como se pode julgar a autenticidade das coisas? E no caso de manifestações culturais?” perpassam a discussão (Matos, 2018). Cabe localizar: não pretendemos abordá-las.

essas fossem “fabricadas” somente para o agrado do turista. Por outro lado, o turismo não-hegemônico apresenta alternativas para o turismo de massa. Assim, práticas turísticas sustentáveis são realizadas, as experiências podem ser personalizadas e o contato com residentes do destino e a valorização de sua cultura são encorajados. Enquanto o turismo convencional é amplamente difundido e comercializado, o turismo não-hegemônico oferta produtos e serviços que promovam um impacto positivo nas comunidades e no meio ambiente. Um exemplo pode ser o turismo de base comunitária, em que a própria comunidade organiza e presta serviços que, para os visitantes, são também experiências: hospedagem muitas vezes com uma família anfitriã, alimentação, pesca artesanal e/ou atividades da agricultura familiar. (IBIO, 2018).

Uma das atividades mais comuns e de baixo custo tanto para os visitantes quanto para os prestadores de serviço é o *walking tour*. Essa é uma forma de fazer turismo que permite aos visitantes certa proximidade com os habitantes e a história do destino. Por não depender de nenhum veículo ou meio de transporte para que aconteça, os *walking tours* se parecem com uma imersão na cultura local (Brasil, 2016). Cidades como São Paulo, no Brasil, e Berlim, na Alemanha, são exemplos de onde os *walking tours* já foram e ainda são consumidos por milhares de visitantes (Brasil, 2016).

As narrativas desses *tours*, bem como a interpretação das paisagens, variam de acordo com os interesses dos profissionais que os oferecem e, portanto, não são neutras. A forma como a história e a dinâmica social de um local é narrada pode variar de acordo com os interesses de quem as apresenta. As fontes dos conhecimentos compartilhados são também de grande importância, visto que elas baseiam o *tour*. Por observação, entendemos que se o *walking tour* é oferecido por um profissional mais alinhado aos interesses do turismo hegemônico, a sua narrativa tende a ser pouco plural e corre-se o risco de se fazer uma leitura monocular da paisagem visitada.

Ao pensar sobre paisagens residuais (Souza, 2013), entendemos que estas fornecem pistas sobre a história e a dinâmica social de um local. Dessa maneira, se a sua interpretação é feita de forma crítica e inclusiva, pode-se revelar relações de poder e disputas por espaço, além das identidades que moldaram o local. Em um trabalho de campo na cidade de Petrópolis (RJ) pôde-se perceber isso com certa nitidez. Na ocasião, em um *walking tour*, percorremos um roteiro de memória negra no centro da cidade. O roteiro é feito pelos mesmos criadores do

Museu da Memória Negra de Petrópolis¹⁰, pensado e arquitetado pelo movimento negro na cidade. O mercado municipal, a atual Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Monumento a Koeler foram três dos pontos de visita. Os dois primeiros eram locais de grande sociabilidade negra, população sistematicamente invisibilizada (França, 2023), mas não há qualquer placa ou meio informativo indicando isso. Por outro lado, o monumento que homenageia Júlio Frederico Koeler, alemão responsável pelo plano urbanístico da cidade, tem excelente localização e placas informativas e parece bem conservado com constantes cuidados. O contraste entre os pontos de visita parece revelar a importância dada a um personagem que representa as origens europeias na cidade e o descuido ou desinteresse nas origens africanas.

Entre os anos de 2018 e 2020, o turismo brasileiro e os *walking tours* se tornaram meios através dos quais iniciativas antirracistas e a favor das causas negras começaram a ser realizadas. Essas iniciativas tomaram maior espaço, principalmente após as manifestações em lembrança da vereadora Marielle Franco (1979-2018) e as repercussões do movimento *Black Lives Matter*, com ocorrências em todo o mundo a despeito da pandemia do vírus Covid-19¹¹. Como Cida Bento lembra, as ações antirracistas que se intensificaram em 2020 são, também, resultados de uma pressão do movimento negro que acontece desde antes da década de 1980 (Ibirapitanga e Shucman, 2023).

O afroturismo, que protagoniza a presença da população negra na construção do país, revisita a história de espaços diversos, não somente os tidos como turísticos. Os atrativos do afroturismo são variados e vão desde museus e monumentos a eventos, locais e territórios, como quilombos ou comunidades caiçaras. Quando associados a serviços como guiamento turístico, transporte e/ou outras experiências, os atrativos são considerados produtos turísticos. O principal foco do afroturismo é as culturas negras em diáspora, mas sua narrativa (*storytelling*) melhor integra outros grupos sociais, como os indígenas ou mesmo as pessoas LGBTQIA+.

Em contraste com o ano de 2020, em 2023 o crescimento e fortalecimento do afroturismo é inegável. De acordo com os dados apontados pelos idealizadores da plataforma Diáspora.black, em uma audiência pública ocorrida em Brasília (DF), o afroturismo já

¹⁰ Em 2024 o Museu não tem espaço físico, mas pela página do *Instagram* é possível conhecê-lo um pouco melhor. O nome do perfil é @memorianegrapetrópolis.

¹¹ Marielle Franco foi uma mulher negra, socióloga, ativista, defensora dos direitos humanos e vereadora eleita em 2016. Aos 39 anos, em 2018, ela foi assassinada por motivos políticos. Marielle é um símbolo da presença e da luta de grupos minoritários na política brasileira. Em 2020, o movimento Black Lives Matter foi apoiado por manifestações simultâneas em todo o mundo em decorrência do falecimento de George Floyd (1973-2020), homem negro assassinado por policiais nos Estados Unidos em março de 2020. Nem mesmo a pandemia do Covid-19 freou os manifestantes.

apresentou crescimento de mais 400% desde 2021. Em termos financeiros, o faturamento de 2023 para empreendedores pretos soma mais de R\$1,8 milhões (Folha de S. Paulo, 2023). Estes números mostram, além do crescimento da importância econômica do movimento, o crescente interesse do seu público consumidor.

A plataforma Diáspora.black (2023), atualmente maior plataforma de afroturismo no Brasil, produziu um mapeamento de iniciativas de afroturismo em todo território nacional. Na ocasião, a plataforma, junto aos patrocinadores do projeto, objetivava apoiar técnica e financeiramente iniciativas em todo o Brasil (Diaspora.black, 2023). A pesquisa, feita pelos pesquisadores Natália Araújo de Oliveira e Michel Alves Ferreira, selecionou 31 iniciativas que cumpriram com os requisitos do edital em questão – dessas, 10 foram contempladas. Da autoria das 31 iniciativas, 25 foram feitas por mulheres, representando 80%. Outrossim, os apontamentos feitos pelos pesquisadores consideram a grande quantidade de pessoas interessadas em participar do edital, o que mostra um crescimento do afroturismo.

Além disso, a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, a antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), parece ter investido esforços para a promoção do afroturismo. Desde a sua criação na década de 1960, a empresa, que antes era pública e atualmente é uma autarquia (Embratur, 2021), promove produtos e serviços turísticos no exterior, o que significativamente influencia a imagem turística externa do país (Kajihara, 2010) negativa ou positivamente¹². Muitas das ações da Embratur têm se voltado para a promoção do afroturismo (Embratur, 2023), o que pode sinalizar um interesse no reposicionamento da empresa e, conseqüentemente, da imagem turística do país no exterior.

O presidente da Agência, Marcelo Freixo, afirma que o afroturismo é o eixo central da nova gestão da Embratur. Ele acredita nele como uma possibilidade de valorização da cultura do povo negro, mas também como “um grande negócio, que gera emprego e renda, e empodera empreendedores negros” (Embratur, 2023, s.p.). A criação do cargo de Coordenação de Diversidade, Afroturismo e Povos Indígenas é exemplo dos esforços empreendidos pela Agência em direção à promoção do afroturismo. Vale salientar que a atual coordenadora é Tânia Neres, mulher negra pós-graduada em Planejamento, Marketing e Ensino da Cultura Afro (Calixto, 2023).

¹² Para mais detalhes, sugerimos o relevante estudo de Kelly Kajihara (2010). Ele é resultado de uma extensa pesquisa nos materiais de campanhas de divulgação da Embratur desde a década de 1970 até o ano de 2008. As análises de Kajihara nos permitem entender que a Embratur teve grande responsabilidade por reforçar estereótipos sobre os corpos de mulheres brasileiras e promover a imagem do Brasil como país do futebol.

Embora o crescimento do afroturismo seja notável, até novembro de 2024 não havia definições oficiais propostas pelo Ministério do Turismo para esse tipo de turismo. Por esse motivo, não se pode afirmar com precisão que, além de uma tendência, o afroturismo é um segmento turístico. O ministério é o principal órgão nacional de regulação e normatização do setor turístico brasileiro e muito recentemente (junho de 2024) tornou público o edital¹³ que contratou o serviço de consultoria que visa um diagnóstico e mapeamento do afroturismo no Brasil. A consultora é Taís Rosa, uma mulher negra que trabalha com Afroturismo há alguns anos. Como consequência, características do afroturismo foram reunidas e uma conceituação foi apontada:

o Afroturismo é um agente de transformação estrutural e cria impacto econômico e financeiro na gama de serviços e produtos ofertados por profissionais negros em toda a cadeia turística, contribuindo para a diminuição das desigualdades raciais e econômicas no país (Brasil, 2024, p. 10)

Este é um passo interessante para a sua formalização em nível nacional e pode ajudar as pesquisas científicas acerca desse tipo crescente de turismo. Ainda, as informações levantadas e reunidas no documento podem viabilizar o acesso a dados quantitativos do afroturismo, que podem ser usados como referência para ações como as da Frente Parlamentar do Afroturismo, no Rio de Janeiro. A proposição da vereadora carioca Mônica Cunha (Ramos, 2024) tem como objetivo criar espaço para a discussão de políticas públicas voltadas para “cultura, valorização e proteção do patrimônio histórico-cultural” (Ramos, 2024, s.p.) e do combate ao racismo, através do afroturismo na cidade. Essa ação é resultado da escuta da vereadora supramencionada a instituições e organizações com demandas relacionadas a esse tipo de turismo no âmbito municipal (Ramos, 2024). Percebe-se, ainda informalmente, que os empreendimentos de afroturismo na região têm crescido a passos largos, mas ainda não se sabe quantificá-los com exatidão.

Para a história das populações negras no Brasil, a capital do estado fluminense é significativa. Na Zona Portuária, está localizada a Pequena África carioca, região onde está localizado o Cais do Valongo. A acidental descoberta arqueológica do cais é de grande valia para o modelo de turismo focalizado nessa pesquisa e para a compreensão da formação socioespacial e da paisagem cultural local. Este é um exemplo de lugar que recebe grande

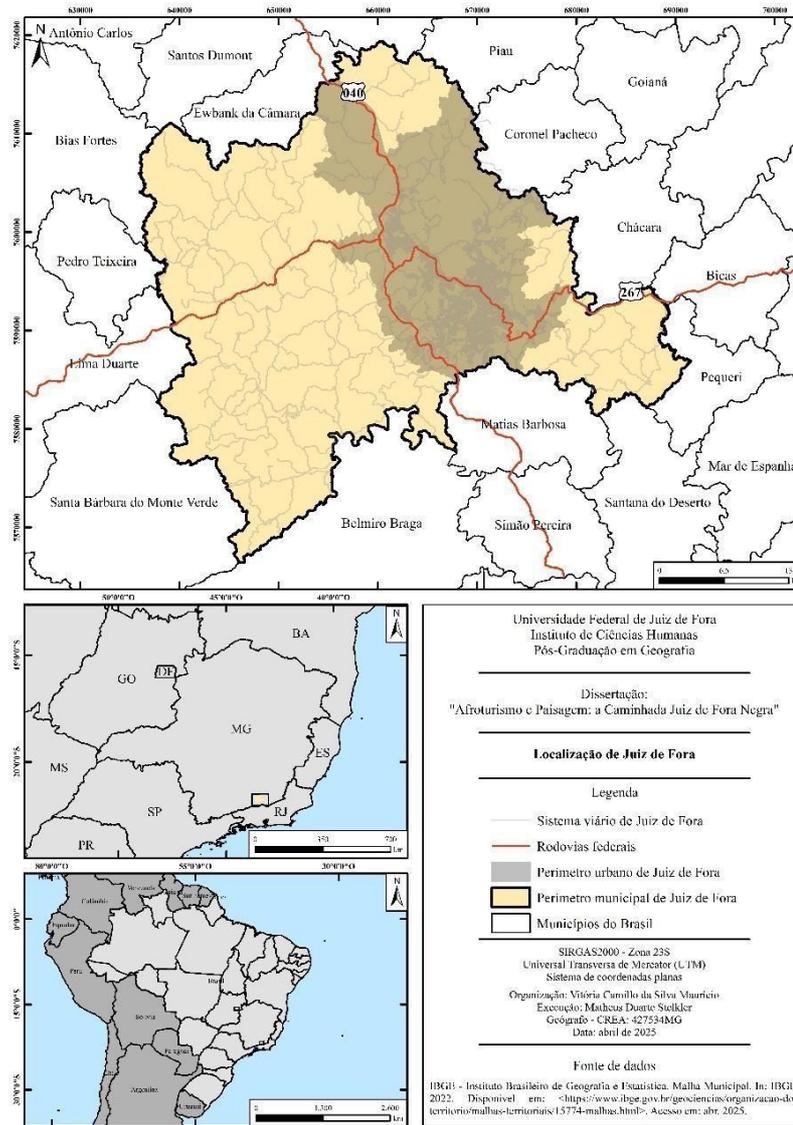
¹³ O Projeto 914BRZ4024, do edital de número 01/2024 oferece somente 01 vaga de consultor e tem prazo de seis meses de realização.

quantidade de *tours* de afroturismo¹⁴. Dessa maneira, a memória do território, que para além de físico-material é também simbólico-afetivo (Haesbaert, 2023), é preservada pelos moradores e guias de afroturismo.

A cerca de 190 km de distância da cidade do Rio de Janeiro, está localizada Juiz de Fora (JF), onde o afroturismo tem sido praticado através de *tours* guiados pelo centro da cidade. Esta é uma cidade de porte médio, com 540.756 habitantes, de acordo com o último censo (IBGE, 2023). Como pode-se ver no mapa de localização abaixo, Juiz de Fora é perpassada pela rodovia federal BR-040 e faz divisa com 14 municípios, muitos deles menores que o perímetro urbano juizforano. Ao todo, são 111 bairros e 4 distritos distribuídos em uma área total de 1.435.749 km² (IBGE, 2023).

¹⁴ Cabe ressaltar que o termo afroturismo não é unânime para todas as visitas afrocentradas realizadas no local. Em uma pesquisa de campo feita em 2023, participei da visita guiada oferecida gratuitamente pelo Instituto Pretos Novos; nessa ocasião, perguntei ao guia se ele considerava seu trabalho como afroturismo. De forma veemente ele respondeu que não. Sua justificativa foi que afroturismo reduzia o turismo afrocentrado a uma questão mercadológica. Em suas palavras “Não, de jeito nenhum. Isso aí é só *pro* mercado. É *pra* gringo ver”.

Mapa 1 - Localização de Juiz de Fora



Fonte: Elaboração própria

Conforme Sá (2024), a presença negra na cidade está em todo seu território. Entretanto, maior é a concentração de pessoas negras à medida em que se afasta do centro. Na zona leste, localizada à margem direita do Rio Paraibuna, a população negra historicamente esteve e permanece, pois essa foi uma região de fazendas com mão de obra escravizada desde a fundação do município em 1853. Nesse mesmo período de escravização, Juiz de Fora tinha dois terços da sua população formada por pessoas negras (LABHOI, 2024; Lopes, 2021). Atualmente, a maior parte dos bairros dessa região é periférica e tem altos índices de criminalidade (Zanella, 2024); alguns exemplos seriam os bairros Santa Rita, São Benedito, Vila Alpina e Santo Antônio.

Em termos percentuais, a presença negra na cidade permanece significativa até os dias atuais. Somados, os habitantes pretos e pardos representam 46,8% da população, de acordo com o censo demográfico de 2022 (IBGE, 2023). Em outras palavras, aproximadamente metade da população juizforana é negra. A outra metade, entretanto, é composta principalmente por pessoas brancas, que representam 52,93% do total. Por sua vez, a maior parte habita áreas centrais da cidade, um contraste com a população negra.

Sá (2024) lembra que é no centro da cidade onde se concentram atividades de interesse econômico como comércio e serviços, além de este ser o principal destino das linhas de transporte coletivo urbano. Tais serviços seriam, portanto, mais facilmente acessados pela população branca, já que essa é a que majoritariamente habita a área central. Nesse sentido, o autor vê nesse fato um problema que implica privilégios a essa população em detrimento da maior dificuldade de acesso enfrentada por pessoas negras.

A maior parte das atividades de comércio, educação e serviços estão no centro da cidade, o que faz com que um grande fluxo de pessoas se desloque diariamente até a região. Da mesma maneira, muitas outras atividades de lazer e cultura ali se encontram. Em certa medida, isso reflete no turismo praticado na cidade, visto que parte dos atrativos estão também na área central. O turismo de eventos movimentava muitos visitantes, mas o turismo de negócios é o que parecia atrair a maior quantidade de pessoas no ano de 2016, ano em que foi realizada a penúltima pesquisa sobre o perfil do turista na cidade (Rodrigues, 2016). Cabe pontuar que nessa pesquisa o perfil racial do visitante não foi considerado.

Em concordância, de acordo com o Plano Municipal de Turismo (PMT) (2020), os principais segmentos turísticos de Juiz de Fora são o turismo de Negócios e Eventos e o Turismo Cultural, o qual inclui os *walking tours*. De acordo com informações do site da Prefeitura, há mais de dez anos, em 2014, o setor apresentava uma ampla oferta “com aproximadamente 511 estabelecimentos de alimentação, 42 meios de hospedagem, 46 agências de viagens e turismo e 87 empresas de transportes (Pimentel, 2014)” (PJF, 2020, p. 33). Não foram encontrados dados atuais sobre a oferta da cidade, mas acredita-se que apesar da pandemia do Covid-19, quando muitos estabelecimentos encerram suas atividades, os números sejam parecidos.

Apesar de não se ter pesquisas que apontem um perfil do turista que considere questões étnico-raciais, o PMT parece se preocupar com a etnicidade na cidade. O documento aponta as raízes africanas de Juiz de Fora como uma das características identitárias da cidade, que seriam uma fonte para a formulação de possíveis experiências de turismo na cidade. No documento consta:

“1. Cidade Imperial: Origem no Caminho Novo; produção cafeeira; imigração; industrialização; pioneirismo; família Real em Juiz de Fora; transportes; **2. Raízes Étnicas: portugueses, africanos, alemães, italianos, sírios e libaneses.** 3. Centro Comercial: vocação comercial desde o Império; galerias e shoppings. 4. Vanguarda: saúde, educação, diversidade, cultura, entretenimento.” (PJF, 2020, p. 75, grifos nossos).

Chama-nos atenção o ponto 2, em destaque. Além de o Plano não mencionar as raízes africanas como nomeadamente faz com as europeias, não há maiores explicações ou estudos embasados sobre o motivo de apontarem essa como uma raiz étnica significativa na cidade. Também são percebidas poucas iniciativas que tenham como foco, declaradamente, a cultura afrobrasileira (Queiroga; Maurício; Moraes, 2024). Assim, embora as raízes étnicas africanas estejam junto com as demais, a representatividade e a valorização através do apoio institucional direcionado às diferentes etnias não são igualitárias. Por exemplo, atualmente, os eventos que constam como principais eventos de expressão nacional e regional da cidade, no *site* da PJF (2021), são o Comida di Buteco, JF Sabor, *Miss Gay* e *Semana Rainbow* e a Festa Alemã, no *site* escrita *Deutsches Fest*. Outrossim, instituições que têm maior representatividade são a Festa Alemã, Casa D'Italia e, nos arriscamos dizer, o clube Sírio-Libanês.

De acordo com Queiroga, Maurício e Moraes (2024), o afroempreendedorismo de mulheres voltado à gastronomia é significativo na cidade, embora não haja uma articulação formal entre as empreendedoras. O turismo gastronômico e de eventos pode se beneficiar positivamente da atuação dessas mulheres, ao inseri-las nomeadamente como parte de um possível evento voltado às “raízes étnicas africanas” de projeção municipal.

Em termos gerais, o turismo na cidade parece estar em fase de desenvolvimento. O PMT (PJF, 2020) aponta que entre os principais segmentos turísticos da cidade está o turismo cultural, no qual se incluem os *walking tours* afrocentrados. De acordo com o diagnóstico do Plano, à época de sua elaboração, havia baixa oferta de produtos de turismo receptivo, mas esta estava em crescimento. Atualmente, pelo que se pode perceber, essa oferta ainda não é grande. Entretanto, é nesse cenário que o afroturismo tem tomado forma e força na cidade através dos já mencionados *walking tours*.

Assim, Juiz de Fora tem afroturismo incipiente, visto que as iniciativas são feitas somente pela Damata Cultural, através da Caminhada Juiz de Fora Negra. Os esforços de compreensão do espaço e da paisagem feitos na Caminhada reconhecem e anunciam os simbolismos de camadas da paisagem e os relacionam com a população negra. Sobrepostas ao longo do tempo, tais camadas caracterizam diferentes períodos históricos e se dispõem como

em um texto que pode ser, inicialmente, difícil de ser entendido por habitar a memória de muitas pessoas, mas não é institucionalizado e ainda precisa ser traduzido e interpretado.

Em suma, a Caminhada Juiz de Fora Negra revela que a cidade de Juiz de Fora tem em sua paisagem elementos que são expressões das culturas negras. Renato Emerson (2023) e Geny Guimarães (2018) entendem esses elementos como geo-grafias negras ou geo-afrografias e Renata Aquino (2018) chama-os de afroinscrições. Aquino elabora o termo para “nominalizar as marcas de contribuições de africanos e afrodescendentes de ordem intelectual, técnica, científica, religiosa, de intervenção urbana, de alteração da flora, de modos de produção em contextos embranquecidos” (Aquino, 2018, p. 33). Neste trabalho os termos são usados como sinônimos; entendemos que em territórios onde não há a necessidade de afirmação negra, as afrografias ou afroinscrições são somente inscrições ou grafias. Dito de outra forma, os termos com o prefixo *afro* fazem sentido em contextos em que há uma disputa constante em torno das expressões negras nos espaços.

A perspectiva apresentada no *tour* parece localizar o afroturismo como uma expressão afrocentrada (Maurício, 2022) e, portanto, anti-hegemônica. A esses conceitos estão relacionados o reconhecimento e a representação dos sujeitos historicamente excluídos nos processos de colonização acontecidos, sobretudo, na modernidade (Quijano, 2005) e no ocidente. A afrocentricidade, essencial para o afroturismo, diz respeito à afirmação do ser africano ou afrodiaspórico e a uma rejeição da marginalidade que lhe é imposta (Asante, 2016). A sua maneira, o afroturismo localiza no espaço, através das afroinscrições (Aquino, 2018), a presença negra e as suas expressões de espacialidade.

2.1 Paisagem e patrimônio, racismo e interesses hegemônicos

Numa sociedade com origens atreladas a uma concepção de mundo que subjuga seres humanos de outra cor de pele e estigmatiza e inferioriza identidades geoculturais não-brancas, as relações sociais dão-se a partir da racialização, que perpetua a hierarquização de culturas. Visto que esse é o caso de diversos países do globo, que sofreram colonização ou foram colonizadores, este torna-se um tópico sensível e necessário para os estudos geográficos sobre tais lugares.

Para relacionar e compreender como o racismo impacta o turismo e a paisagem, é necessário aprofundar um pouco a análise e o entendimento sobre as estruturas de poder. Autores como Sueli Carneiro (2023), Gosfoguel (2012) e Mbembe (2014) podem nos ajudar a entender o racismo como um sistema que estrutura a sociedade, interfere nas subjetividades e

regula a vida social das pessoas. Para a compreensão dos efeitos do racismo na constituição dos espaços, é necessária a atenção a mecanismos que dão base para a dominação de diferentes pessoas sobre outras. Carneiro (2023), ao se apropriar das ideias foucaultianas sobre dispositivos de poder, propõe o conceito de “dispositivo de racialidade”, no qual ela reconhece que o racismo opera e incide diferentemente em distintos corpos racializados.

O geógrafo Denilson de Oliveira (2019) aponta que a racialização é um fator determinante na produção socioespacial. Ele lembra que as ciências geográficas, durante muitos séculos, acreditavam não ter sido reprodutoras de racismo e se eximiram da compreensão das relações raciais na formação do espaço. Como lembra Ratts (2020), não nos cabe esperar que os estudos sensíveis às causas sociais sejam feitos pelos geógrafos clássicos ou pela Ciência clássica, principalmente porque, conforme o autor ressalta,

o racismo, combinado com sexismo e classismo, em variadas medidas e com contornos próprios [...] está na base da formação da ciência, da disciplinaridade, da composição etnicorracial e de gênero dos departamentos, institutos ou faculdades, dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, dos eventos e das publicações (Ratts, 2020, p. 18).

No ocidente e nos países-destino do tráfico transatlântico de africanos, a racialização contribui “para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos” (Carneiro, 2023, s/p). Esse imaginário é reproduzido sistematicamente e resulta no racismo, que estrutura sociedades inteiras, como é o caso do Brasil e demais países latino-americanos, por exemplo. Os efeitos do racismo são profundos e a gestão política do espaço é onde principalmente ele se coloca (Oliveira, 2015). Necessariamente isso influencia a distribuição, a gestão e o uso de recursos de um território. Mbembe (2018) denomina necropolítica as formas de poder que, em função do racismo, acabam por decidir pela morte¹⁵ dos sujeitos dos grupos não-hegemônicos.

No que tange aos estudos geográficos, Oliveira (2020) concorda com Santos (2012) a respeito de que a raça não é somente um princípio de classificação biológica de seres, como sugerem os estudos biológicos de séculos passados. Ela é também um princípio criado com base em *identidades geoculturais* (Santos, 2012) que, por sua vez, têm referências espaciais. Para Santos (2012), elas são características distintivas de um grupo humano que resultam da interação entre a sociedade e o espaço por ela habitado. As relações entre as pessoas e o ambiente em que elas vivem, produzem e reproduzem, ao longo do tempo, aspectos culturais,

¹⁵ Essa morte não necessariamente se refere ao corpo físico, mas, antes, pode se referir à desqualificação dos saberes produzidos pelos que são ou foram subalternizados e à destruição da sua memória, cosmologias, espiritualidades etc.

históricos, sociais e territoriais específicos de cada povo; esses são fatores que definem um ordenamento espaço-temporal. Santos (2010) entende que a hierarquização de raças é flexionada em direção à construção das identidades geoculturais e é, também, um fator de mobilização de poder. Ele cita Quijano (2007) para melhor localizar o leitor com relação à construção de identidades geoculturais com base na ideia de raça:

“critério básico de classificação social universal da população mundial, de acordo com a idéia de “raça” foram distribuídas as principais novas identidades sociais e geoculturais do mundo. Por um lado, “Índio”, “Negro”, “Asiático” (antes, “Amarelos”), “Branco” e “Mestiço”; por outro, “América”, “Europa”, “Ásia”, “África” e “Oceania”. Sobre ela se fundou o eurocentramento do poder mundial capitalista e a conseguinte distribuição mundial do trabalho e do intercâmbio. E, também sobre ela, se traçaram as diferenças e distâncias específicas nas respectivas configurações específicas de poder, com as suas cruciais implicações no processo de democratização de sociedades e Estados, e da própria formação de estados-nação modernos.” (Quijano, 2007, p. 43)

Visto que estão atreladas a um ordenamento que pode mudar espacial e temporalmente, as identidades não são fixas e, por isso, estão em constante transformação. Tais mudanças refletem experiências individuais e coletivas, no que diz respeito às memórias, práticas culturais, valores, religiosidades e afins. As identidades, que antes eram impostas a partir da hierarquização nas concepções europeias e coloniais, se transformam em afirmação de proximidade cultural entre sujeitos subalternizados. Conforme Santos (2012), as identidades geoculturais são de significativa relevância para os espaços de resistência e afirmação de grupos, como a comunidade negra.

Essa ideia de comunidade nos parece próxima do que o sociólogo Stuart Hall (1990) considera. Para ele, a comunidade negra é construída por meio de práticas culturais que surgem das condições históricas do deslocamento forçado e do racismo. Entretanto, essas práticas também expressam criatividade, agência e autoafirmação das pessoas negras. As comunidades negras em diáspora que surgem em um contexto de colonização constituem sua identidade frente ao colonizador, a despeito de seus membros serem originalmente, em África, do mesmo grupo social ou não. O poder se torna, então, um elemento constitutivo das próprias identidades da mesma forma que a resistência a ele (Hall, 1990).

O sociólogo parece ver a comunidade não como grupo de pessoas que compartilham identidade, mas também um espaço de diálogo. Nesse espaço pode-se pensar a história africana, da diáspora e da negociação, intrínseca, com o colonizador ou aqueles que representam os europeus brancos. Ele ilustra seu pensamento com uma citação à Frantz Fanon:

“Os movimentos, as atitudes, os olhares do outro me fixaram ali, no sentido em que uma solução química é fixada por um corante. Fiquei indignado; exigi explicações. Em nada adiantou. Eu me despedaçava. Agora os fragmentos foram reunidos

novamente por um outro eu.¹⁶” (Fanon, 1986, p. 109 *apud* Hall, 1990, p. 233, tradução nossa).

Frente aos processos de globalização e homogeneização cultural, as identidades geoculturais parecem ter ressignificado suas existências, também devido ao fato de sujeitos originalmente do mesmo grupo estarem separados geograficamente. Como é amplamente sabido, a diáspora africana teve como um de seus principais destinos o Brasil. Durante mais de três séculos, esse país viveu sob o regime escravocrata que traficava e escravizava pessoas negras, negando-lhes a humanidade.

Pesquisadores estimam que 12,5 milhões de africanos foram capturados e trazidos para as Américas entre 1551 e 1866, dos quais cerca de 5 milhões foram trazidos para o Brasil, com 1,5 milhões desembarcando apenas no Rio de Janeiro (Maurício, 2022). Isso fez com que a população negra no Brasil chegasse a números significativos e, ao final do regime escravocrata, o país fosse amplamente habitado por pessoas negras. Em resposta ao fim da escravidão e à essa presença predominante de ex-escravizados no Brasil, o governo brasileiro incentivou, desde o século XIX, a imigração de europeus pobres com o objetivo de embranquecer a população. Essa prática, respaldada pelas teorias eugenistas, visava proteger e fortalecer os interesses dos brancos, sendo um claro exemplo do pacto da branquitude. Como observa Bento (2022), esse pacto funciona como uma aliança que expulsa e esconde o que é intolerável para o coletivo branco, suprimindo memórias dolorosas associadas à escravidão.

Bento entende a palavra pacto como uma “aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo” branco e, ao mesmo tempo, absorve a responsabilidade social branca, visto que “gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão” (Bento, 2022, s.p.). Os beneficiários do pacto o passam adiante, como que hereditariamente. Dessa forma, os sujeitos brancos fortalecem laços entre si e parecem confundir o privilégio herdado com mérito alcançado com esforços próprios.

Maria Isabel Chrysostomo e Higor Mozart Santos (2021) lembram que o processo de branqueamento que sustentou a migração de europeus para o Brasil estigmatizou as manifestações culturais negras e indígenas como vadiagem ou indolência. Assim, o

¹⁶ Escolhemos fazer uma tradução do texto colocado no estudo de Hall, pois, ao consultarmos traduções para o português de *Pele Negras, Máscaras Brancas*, elas pareciam não traduzir ideias que para nós são essenciais. Assim, no texto original, em inglês, está: “The movements, the attitudes, the glances of the other fixed me there, in the sense in which a chemical solution is fixed by a dye. I was indignant; I demanded an explanation. Nothing happened. I burst apart. Now the fragments have been put together again by another self”

branqueamento feito por meio da imigração e a mestiçagem eram instrumentos para a melhoria étnica do país (Chrysostomo; Santos, 2021). Os autores pontuam que, nesse ínterim, discursos geográficos foram usados para incentivar e promover a imigração como uma ferramenta de desenvolvimento do país. Além da ocupação do território de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos da época, o processo

migratório é produtor de formas geográficas que se cristalizam por meio de normas e/ou regulações jurídicas, sociais e culturais do passado. Tais processos relacionam-se às relações sociais, de propriedade e apropriação territorial, além dos requisitos vinculados à produção e distribuição de “objetos geográficos” (Chrysostomo; Santos, 2021 p. 128)

Esses objetos geográficos podem ser entendidos como elementos presentes na paisagem que favoreciam a atração e a permanência dos imigrantes em solo brasileiro. São colocados como exemplos a criação de núcleos de colonos, o que justifica o grande número da população de descendência alemã e italiana sobretudo no Sul/Sudeste do país, em áreas geralmente rurais, destinadas ao desenvolvimento da agricultura a ser feito pelos imigrantes (Chrysostomo; Santos, 2021). É preciso reconhecer que a intencionalidade da criação desses objetos geográficos reflete as intencionalidades racistas e, implicitamente, favorecem “a difusão de comportamentos raciais na apropriação e uso do espaço” (Oliveira, 2019, p. 1).

Chrysostomo e Santos (2021) mencionam também a promessa feita pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro de usar a ideia de “paisagens sãs” como atrativo para os imigrantes. Elas consistiam em áreas com condições climáticas e políticas de saneamento que tinham como objetivo reduzir a possibilidade de doenças, como a febre amarela. Essas paisagens se opunham ao que os autores (Chrysostomo; Santos, 2021) chamaram de “paisagens enfermas”, ou seja, locais que já estavam vinculados à ideia de insalubridade e ocorrência de epidemias. Nesse sentido, a paisagem torna-se um componente estratégico para atrair os imigrantes.

Dessa maneira, entende-se que o Brasil construiu seu projeto de nação sobre as bases do racismo estrutural da colonialidade que incentivou o embranquecimento da população, utilizando a imigração europeia como uma ferramenta para apagar as marcas de seu passado escravocrata. Isso reflete-se no espaço e na paisagem de maneira que as políticas de branqueamento, sustentadas por teorias eugenistas e pelo pacto da branquitude, não apenas reforçaram os privilégios dos brancos, mas também estigmatizaram e marginalizaram as culturas, sobretudo, negras e indígenas.

Esse processo moldou o território brasileiro, criando e transformando paisagens em instrumentos estratégicos de desenvolvimento que, sob o advento da modernidade, atualizavam as desigualdades raciais e sociais de tempos coloniais. Assim, a manipulação da paisagem e a ocupação do território foram centrais na construção de uma nação que priorizava a herança europeia, ativamente esquecendo e apagando as culturas e direitos afrodescendentes e indígenas. Dessa maneira, mesmo depois de 130 anos da Proclamação da República e da refutação das teorias eugenistas, o pacto da branquitude, de mãos dadas com o racismo antinegro, faz transparecer as intencionalidades racistas que sugeriram os usos e a apropriação do espaço em décadas anteriores.

Em seu artigo *A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia*, o geógrafo Alex Ratts (2020) entende que o espaço socialmente construído, seja ele rural seja urbano, é permeado de relações de poder e elementos simbólicos com significados culturais e históricos, frequentemente expressos na paisagem por meio de signos. São as relações de tensão estabelecidas entre diferentes grupos sociais com suas respectivas culturas que fazem nascer um ou outro território (Ratts, 2020) e que expressam sua identidade material e imaterialmente no espaço. Essa identidade é construída frente à diferença. Assim, nos parece que as expressões espaciais trazem, além da identidade de um grupo, a sua forma de se diferenciar dos demais. Essas expressões resultam no que Santos (2009) entende como grafias no espaço. A paisagem, por sua vez, reflete essas relações e o próprio território por intermédio dessas grafias; assim, a paisagem se coloca como uma representação cultural (Collot, 2013).

Principalmente após o século XX e com a expansão do processo de favelização, as diferenças espaciais urbanas ficaram ainda mais evidentes. As maneiras que os grupos sociais grafam os espaços refletem sua posição social e expõem desigualdades sociais. Um exemplo que se atenta à presença de pessoas negras em espaços criados por elas, mas subalternizados por pessoas brancas, é oferecido pelo professor e geógrafo Andreilino de Oliveira Campos (2005). Campos relaciona os antigos quilombos às favelas do século XX como duas maneiras muito parecidas de grafias no espaço feitas por comunidades, principalmente negras.

Em diferentes momentos históricos, favelas e quilombos representavam resistência aos poderes hegemônicos. Por sua vez, “a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata” (Campos, 2005, p. 63). Ao pensarmos esses espaços ou *lugares negros* como elementos constituintes de uma paisagem, podemos entendê-la como reflexo de representações culturais.

Tais espaços são, portanto, territórios, mas também grafias negras. As grafias são elementos da paisagem que podem ser percebidas por todos. Contudo, podem ser entendidas e

interpretadas por aqueles que têm os códigos que viabilizam isso. No caso do uso de códigos que partem de concepções eurocentradas, pouco se poderá saber sobre os ditos territórios negros e muito mais se saberá sobre como são vistos pela hegemonia. Isso somente faria reproduzir a lógica colonial, da qual falamos anteriormente.

Como lembra Campos, os grupos europeus e eurodescendentes no Brasil “sempre trabalharam associados ao Estado para que o [seu] controle pudesse ganhar ares de legitimidade” (Campos, 2005 p. 64, inserção nossa). Essa lógica, portanto, embora não seja legalmente legitimada, influencia o funcionamento de aparelhos que regulam a sociedade. Um exemplo que recai diretamente sobre o turismo brasileiro são as políticas de tombamento propostas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A criação do SPHAN em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil, marcou a institucionalização da preservação e definiu o que seria considerado patrimônio cultural brasileiro. A instituição respondia à necessidade de uma identidade nacional, que teve como um marco a Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida mais de dez anos antes da criação do SPHAN. Karyna Dultra e Márcia Polignano Vieira (2015) pontuam que na ocasião a busca por símbolos que provocassem o sentimento de pertencimento à nação brasileira contou com nomes conhecidos da música, arquitetura e sociologia da época. As autoras colocam que Mário de Andrade, mas também Lúcio Costa, Gilberto Freyre e Vinícius de Moraes colaboraram com a diretoria do SPHAN para os assuntos relacionados à patrimonialização.

Inicialmente, foram privilegiados bens materiais imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, que refletiam predominantemente a arquitetura colonial e religiosa (Vieira; Dultra, 2015), ou patrimônios de “pedra e cal” (Vieira; Dultra, 2015 p. 2), sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Assim, a política de preservação e patrimonialização privilegiou monumentos que representassem não toda a população brasileira, mas a de ascendência europeia – “o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais” (Dultra; Vieira, 2015, p. 5).

O processo e o projeto de patrimonialização de bens no Brasil têm relação próxima com o turismo, sobretudo o histórico. Dando um salto no tempo e aterrissando na década de 1960, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) foi subordinado à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (Cabral, 2005). Assim, o turismo passa a ser incentivado pelo Estado de forma a se apropriar do patrimônio como um atrativo e as atividades turísticas seriam também responsáveis pela manutenção e

preservação patrimonial. Esse projeto de Estado destaca-se, não por acaso, nas cidades históricas mais visitadas pelo turismo, mesmo atualmente, são Salvador (BA), Paraty (RJ), Ouro Preto (MG) e Petrópolis (RJ). (FLIPAR, 2023).

Contudo, como Ana Karina Cabral (2005) observa, o turismo acaba utilizando o patrimônio como uma mercadoria, o que incentiva a massificação dos lugares e a possível perda de identidade local. Cabral também entende que o turismo é o meio para preservar a memória coletiva, já que ele evidencia na localidade objetos que estão diretamente relacionados à história local. Entretanto, essa “memória coletiva” ativamente exclui a população negra e a população indígena, como veremos adiante.

Ponderando sobre projetos de preservação, Cabral (2005, p. 3) afirma que eles: “tendem a seguir um modelo que acaba ficando saturado. Em várias cidades, temos a impressão de que seus centros históricos são cópias uns dos outros”. Consideramos, porém, que não se trata do modelo de preservação ou conservação que se satura. A impressão de os centros históricos serem cópias em locais diferentes sinaliza a homogeneização da cultura dominante e a supressão, na paisagem, das especificidades das culturas não-dominantes. Este seria, portanto, um exemplo de materialização da colonialidade.

Nas paisagens dos centros históricos isso pode ser percebido com nitidez. Ouro Preto, Paraty e Salvador são exemplos de cidades que reproduzem as paisagens das metrópoles coloniais portuguesas. Além de parecidas entre si, elas também são parecidas com Lisboa, Óbidos ou Évora. As fotos presentes no quadro abaixo ilustram isso.

Quadro 1 - Porções de paisagens coloniais no Brasil e em Portugal



Fonte: Elaboração própria

Cabe colocar que essa abordagem de patrimonialização acabou direcionando e limitando o turismo histórico brasileiro, focando no passado colonial e elitista. As figuras acima mostram as similaridades entre a metrópole portuguesa e as colônias no Brasil que, atualmente, são algumas das cidades turísticas mais visitadas e replicações das relações de colonialidade. Com a institucionalização do processo de tombamento e patrimonialização, vemos que a ligação entre Estado e sociedade civil se estreita, da mesma maneira como Andreino Campos (2005) observa. Assim, não há uma divisão da hegemonia entre sociedade civil isolada de uma sociedade política; as duas se confundem. Neste caso, a hegemonia é entendida como

“as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (Campos, 2005, p. 65).

Campos (2005) entende que os valores hegemônicos foram disseminados e concretados por instituições como as escolas, a Igreja Católica e mesmo clubes sociais e, nós acrescentamos,

as instituições de tombamento e patrimonialização. Dessa maneira, inevitavelmente, os grupos subalternizados permaneceram sob domínio dos valores defendidos pela classe dominante, impostos através de diferentes meios, bem como os patrimônios, que deveriam compor a “identidade coletiva brasileira”. Vemos que, como pano de fundo, o racismo não só permanece, como se atualiza.

Como visto, a hegemonia, principalmente por meio dos processos já mencionados, dá base para o turismo. Pode-se dizer que patrimônios e equipamentos turísticos reproduzem “as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo” (Campos, 2005, p. 65) e concordamos com a geógrafa Geny Guimarães (2018) que reconhece que a escolha de bens a serem patrimonializados mantém a supervalorização dos grupos dominantes.

Por definição, patrimônios são o conjunto de bens de família ou herança familiar (Patrimônio, 2024). Desde a década de 1980, são considerados patrimônios bens de natureza imaterial, como práticas culturais ou técnicas diversas, inclusive gastronômicas, como por exemplo, o pão de queijo mineiro e o bolo de rolo pernambucano. Em comparação com os iniciais momentos da patrimonialização, tem-se hoje uma abertura maior e um olhar menos endurecido com relação aos patrimônios culturais que não são de “pedra e cal”. Atualmente,

“Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros. (BRASIL, 2010, p. 17)

De toda maneira, os patrimônios permanecem sendo objetos que pertencem a uma comunidade ou cultura, são merecedores de proteção e, de alguma forma, são também elementos definidores de identidade (Choay, 2006). Observamos, porém, que os elementos identitários de grupos descendentes de europeus são constituídos por uma dimensão simbólica que não requer explicações sobre eles, pois, devido ao seu caráter hegemônico, seu valor não é questionado. Como a geógrafa Geny Guimarães coloca,

o orgulho e a boa apresentação possuíam identidades: branca, masculina, europeia e hétero. Essa seria a interseccionalidade escolhida para representar o Brasil na Europa. Seguindo essa linha seriam os patrimônios, majoritariamente representado por homens, brancos, europeus e héteros como heróis nacionais. (Guimarães, 2018, p. 101)

Os patrimônios são formas na paisagem com funções que se atualizam ao longo do tempo. Suas intencionalidades, entretanto, podem ser de esquecimento e/ou lembrança. Dito de outra forma, a escolha de manter memórias vivas por intermédio dos patrimônios materiais representativos é também uma escolha do que não se deseja representar ou exaltar. Frequentemente, isso resulta do que se pretende esquecer.

Guimarães (2018) considera que desde a seleção de quais objetos devem estar no espaço e, conseqüentemente, quais devem ser ocultados, há distinção e hierarquização de heranças. Há nesse processo, novamente, a supervalorização europeia. É importante destacar que a autora não fala da valorização de um conjunto de grupos sociais *versus* a desvalorização de outro conjunto. O que se nota e acontece é o excesso de valorização do grupo hegemônico e a desvalorização dos demais grupos. No que diz respeito às heranças africanas e à patrimonialização, Guimarães pontua que:

As heranças africanas permanecem sendo subjugadas pelo silenciamento, apagamento e apropriações de suas marcas negras. Neste caso, os lugares são bem delimitados em erudito para patrimônios de herança europeia e popular ou folclórica para africana, na verticalidade e não horizontalidade, onde a primeira é o topo supervalorizado e a segunda a base desvalorizada. (Guimarães, 2018, p. 101)

Assim, uma sociedade pode valorizar mais ou menos patrimônios e hierarquizá-los a depender do grupo hegemônico. Esses patrimônios podem ser o que Guimarães chama de marcas negras, que entendemos serem as mesmas grafias ou afroinscrições já mencionadas. A ideia de hierarquização de patrimônios ou grafias, a partir da concepção do europeu branco como ponto neutro, reflete-se no trecho citado. Nesse cenário, o branco vantajosamente tem o que o Oliveira (2020) entende como capital racial e isso independe da sua classe social. Assim,

o branco pobre pode frequentar os espaços de riqueza do branco rico. O negro pobre e, muitas vezes, mesmo o negro rico não podem frequentar os espaços de riqueza sem constrangimento racial no uso do espaço, porque espaços de prestígio social, de privilégio e de crédito (o negro não tem crédito, pois crédito, na economia, quer dizer confiança) são exclusividades da branquidade (Oliveira, 2020, p. 111).

Petrópolis (RJ), uma cidade turística do interior do Rio de Janeiro a cerca de 120km de Juiz de Fora, também conhecida por ser uma Cidade Imperial, é um exemplo de cidade que teve a patrimonialização como via importante para o turismo. O município de aproximadamente 300.000 habitantes tem o Museu Imperial como um aparelho turístico junto a uma significativa quantidade de construções tombadas pelo IPHAN entre as décadas de 1960 e 1980, localizadas no centro da cidade. Wanderson França (2023) percebe como Petrópolis pode ser um perfeito retrato da cultura brasileira, no sentido de que os grupos dominantes

“que promoveram os símbolos importantes da cultura brasileira fazem questão de esquecer, apagar, negar, camuflar, silenciar, ignorar, desumanizar referências culturais indígenas e negras que estão associadas à memória da evolução urbanística da cidade. E, quando o fazem, simplesmente as colocam de uma forma que, ao serem comparadas com a cultura branca, assumem um caráter de pouca importância ou valorização. (França, 2023, p. 38)

Ao mesmo tempo em que ao branco são conferidos os espaços de riqueza, aos negros esses espaços lhes são dificultados, exceto na posição de serviço. Ao ocupar a posição de serventia, a valorização dos indivíduos negros é menor, alimentando a lógica racista que vê em pessoas negras menos humanidade.

Assim como em Juiz de Fora, coletivos negros de Petrópolis se organizam e oferecem *walking tours* com foco nas memórias e histórias negras da cidade. No passeio, a narrativa dos guias expõe histórias da desigualdade racial na Cidade Imperial desde a sua fundação até os dias atuais, quando numerosos desastres naturais afetam a população negra.

Em lugares outros, o regime *apartheid* deixava evidente a distinção racial que se materializava espacialmente através do uso de placas indicativas para pretos ou brancos ou do linchamento sofrido por aqueles negros que se arriscavam a chegar ou permanecer em espaços brancos. Nos contextos em que não havia declaradamente um regime de *apartheid*, as segregações não deixam de existir. Sempre houve, como lembra Oliveira (2020), “lembretes dos lugares onde mal podemos entrar, dos lugares nos quais dificilmente ‘chegamos’ ou não ‘podemos ficar’” (hooks, 1990, p. 148 *apud* Kilomba, 2019, p. 57).

Estudos sobre Racismo Ambiental e Justiça Ambiental (Campos, 2005; Malcom, 2022) ilustram, por exemplo, que negros residem em locais periféricos e estão mais expostos à problemas de saneamento e insalubridade (Lopes, 2005; Jesus, 2020) e desastres naturais. De outra forma, até os dias atuais, vê-se e fala-se sobre a pouca quantidade de professores negros nas universidades públicas brasileiras ou em cargos de liderança e decisão de empresas. Notadamente, universidades e grandes empresas são “lugares onde mal podemos entrar” ou permanecer, apesar de todo o esforço para chegarmos até lá.

Conforme Kilomba (2019), o racismo faz com que pessoas negras e pessoas brancas experienciem a realidade de maneiras diferentes e, portanto, façam interpretações e avaliações e interfiram no espaço de formas distintas. Como vimos, no turismo, as considerações de Kilomba também se fazem verdadeiras. Como uma amostra disso, os *walking tours* nos permitem entender essas relações no espaço e na paisagem e suas derivações especificam os tipos de conhecimento buscados pelas práticas turísticas.

2.2 Afroturismo

O Ministério do Turismo (Brasil, 2010) entende o turismo cultural como uma vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural, sem especificar uma etnia ou grupo social. Já a Organização Mundial do Turismo, em inglês *World Nations Tourism Organization* (2019, p. 31), entende esse tipo de turismo como uma atividade turística com a motivação principal do visitante de “aprender, descobrir, experimentar e consumir os atrativos/produtos culturais, materiais e imateriais de um destino turístico”. Assim, há espaço para uma série de outras possibilidades que se desdobram a partir do grande guarda-chuva teórico e cultural. O próprio Ministério nomeou alguns tipos de turismo como vertentes do turismo cultural, tais como o religioso, o arqueológico, o gastronômico e o étnico. Especialmente o último nos chama a atenção.

De acordo com as orientações básicas do turismo cultural, documento produzido em 2010, pelo Ministério do Turismo brasileiro, o turismo étnico “Constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos” (Brasil, 2010, p. 20). Nesse sentido, etnia é entendido como um conceito que versa sobre os povos e comunidades representativas de grupos sociais que preservam suas tradições e cultura própria e os têm, mesmo atualmente, como valores que orientam seu modo de vida. São considerados grupos étnicos aqueles que passaram pelos “processos imigratórios europeus e asiáticos, comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos” (Brasil, 2010, p. 20). Parece-nos que a ideia de etnia aqui trazida se confunde com o que Santos (2012) coloca como identidades geoculturais, que identificam um povo a partir de referências espaciais.

Como visto, o turismo étnico envolve o contato com culturas consideradas exóticas e diferentes. Evidentemente, essa exotividade é dada a partir da neutralidade da branquitude, sobre a qual já falamos nos tópicos anteriores. Dessa maneira, o turismo étnico pode correr o risco de retratar comunidades tradicionais como “primitivas” ou mesmo “atrasadas”, reforçando estereótipos, a subalternação e a possível hierarquização de comunidades. Patrícia Pinho considera que

Talvez um dos principais pontos de convergência entre os cientistas sociais que estudam o turismo seja o reconhecimento de que, ainda que tenha contribuído para o fortalecimento das identidades de grupos menos favorecidos, como no caso de algumas minorias étnicas que se tornam, em si mesmas, atrativos turísticos, o turismo simultaneamente preserva hierarquias históricas, além de produzir novas (Pinho, 2018, p. 116).

No turismo étnico, o turista busca “estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares” (Brasil, 2010, p. 20). Considerando a atual conjuntura, os processos de globalização (Santos, 2000) pelo qual a humanidade vem passando, e, sobretudo, as dinâmicas urbanas, não nos parece haver visivelmente uma distinção entre anfitriões e visitantes.

Quando comparados, o turismo étnico e o turismo diaspórico revelam nuances e sobreposições significativas. Embora as nomenclaturas possam parecer semelhantes, sua principal diferença reside no objeto da busca dos turistas e na maneira como as diferenças socioespaciais lhes são interessantes. Enquanto o turismo étnico se define pela busca pela diferença (Pinho, 2018), o turismo diaspórico caracteriza-se pela busca pela semelhança e pelos “pares” (Pinho, 2018). Essa distinção é de suma importância para a compreensão das motivações e dinâmicas que regem cada prática. O turismo étnico, por sua vez, pode não abarcar interesses de tipos de turismo como o afroturismo, que não é somente voltado para visita a comunidades tradicionais.

Para a definição de turismo diaspórico, Pinho (2018) usa a definição dos geógrafos Tim Coles e Dallen Timothy, que o caracterizam como “um tipo de turismo prioritariamente produzido, consumido e vivenciado por comunidades diaspóricas” (Coles; Timothy, 2004, p. 1). Por diáspora, a autora (2018; 2014) entende uma dispersão de membros de uma comunidade ou grupo étnico de sua terra de origem para um ou mais destinos em diferentes partes do mundo. Essa dispersão é, frequentemente, forçada; como maior exemplo tem-se a diáspora africana do tráfico transatlântico para as Américas durante os séculos XVI e XIX.

Pinho argumenta que há diásporas que são multicentralizadas e, por isso, os sujeitos em diáspora não têm somente um ou dois locais como referência de “centro cultural”. É como se seus territórios estivessem em rede (Haesbaert, 2004) e não se resumissem a um local específico e imóvel. Locais que incorporam e celebram a cultura da diáspora, independentemente de sua localização geográfica, também podem ser considerados “centros”. A autora cita como exemplo de centro cultural da diáspora africana a cidade de Salvador (BA); embora a capital soteropolitana não esteja no continente africano, ela é uma referência para os africano-descendentes. Junto a Salvador, acreditamos, poderiam estar Cartagena na Colômbia, Nova Iorque, nos Estados Unidos, e outros países latino-americanos como Cuba, Haiti e Jamaica – todos os locais de referência para a história da diáspora africana e para as culturas negras.

Como resultado, laços transnacionais são criados e a busca de identidade e pertencimento atravessa gerações. Com sorte, alguns sujeitos em diáspora conseguem retornar ao seu território de origem e lá fixar moradia; em muitos casos, o turismo diaspórico é uma alternativa, mesmo que simbólica.

Assim, o turismo diaspórico é motivado por um desejo de conexão ou reconexão com as raízes culturais e históricas fragilizadas pela dispersão. Nem sempre, conforme Pinho (2018), a identidade nacional corresponde à identidade étnica ou racial de um grupo. Assim, os turistas vão em busca de melhor compreender sua identidade, visitando locais de significado ancestral, em busca de experiências que lhes permitam restabelecer uma ligação com o seu passado e com seu senso de pertencimento (Pinho, 2018). A autora (2018) entende que o levantamento e a identificação dos destinos turísticos que são centros culturais buscados por turistas diaspóricos pode ser feito por meio de mapeamentos que podem permitir o entendimento das ligações entre diferentes comunidades diaspóricas (Pinho, 2010).

Pinho pondera que não é possível traçar um perfil delimitado dos turistas diaspóricos. Ela afirma que muitas vezes esses turistas são mais velhos, têm vida laboral pouco ativa e disponibilidade financeira suficiente para viajar com frequência (Pinho, 2018). Independentemente da idade, porém, os turistas querem “se sentir ‘em casa’”. Minorias étnicas nos países onde vivem, muitos turistas diaspóricos desejam se sentir ‘parte da maioria’ nos países que visitam” (Pinho, 2018, p. 122).

A busca pelos “pares” ou a busca pelo “mesmo”, como Pinho coloca, é uma característica marcante do turismo diaspórico. Os pares são pessoas com quem os turistas acreditam compartilhar uma história em comum e, por isso, a mesma identidade (Pinho, 2018). A busca pela semelhança está diretamente relacionada com o desejo de pertencimento e, como Pinho (2018) menciona, há também a curiosidade de conhecer como os semelhantes vivem. No entanto, a autora reconhece que há um risco da romantização e estereotipação dada a expectativa dos turistas de visitarem o seu passado ou de enxergarem os moradores do destino como “aqueles que já fomos um dia” (Pinho, 2018, p. 124).

Entendemos ser crucial reconhecer o significado e a importância dos “centros” de cultura já mencionados. Eles são construídos e ressignificados pelos membros da diáspora e refletem as particularidades do momento presente e de pessoas que têm um passado comum. Nesse sentido, o turismo diaspórico pode ser uma maneira de afirmação positiva de identidades geoculturais e pode estabelecer pontes para diálogos internacionais e para a criação (e reconhecimento) de narrativas diaspóricas.

No contexto do turismo diaspórico, entendemos ser fundamental a percepção de que as narrativas sobre a história e a cultura dos povos sejam feitas e contadas pelas próprias comunidades diaspóricas. Assim, nos parece possível a interpretação da paisagem numa perspectiva que protagoniza povos que, frente à cultura dominante, sempre foram subordinados.

Entendemos, então, que o turismo hegemônico não se tornou racista com o passar do tempo. Na modernidade, ele já surge nessa condição. Portanto, desde o princípio foram silenciosamente delineados os tipos de pessoas que poderiam viajar, praticar atividades de lazer que se relacionam com o turismo e, logo, desfrutar disso no tempo livre fora das obrigações (Aquino; Martins, 2007). O racismo que se atualiza e abarca as relações de trabalho, as instituições e as estruturas sociais toca, também, o turismo hegemônico. Isso faz com que as pessoas negras tenham “seu corpo racializado, sua memória diminuída, sua religião perseguida e, no turismo tradicional, **não aparece**” (Oliveira, 2020, p. 311, grifos nossos). Concordamos com as colocações de Oliveira (2020) e salientamos que o fato de as pessoas negras não aparecerem com destaque no turismo não significa que elas não existam. O problema está em associá-las, somente, às posições de trabalho de subserviência no turismo. É preciso voltar o olhar aos afroempreendedores e os turistas negros.

Diversos grupos de viajantes já se organizaram (e ainda se organizam) para fazer viagens as suas terras natais ou ao território de suas origens étnicas. Comunidades nipônicas, judaicas e mesmo de ascendência do norte europeu são exemplos. No que toca à população afrodiaspórica norte americana, o *Black Travel Movement* (BTM) tem atuado desde aproximadamente a década de 2010. Trata-se de um coletivo de viajantes negros *online* surgido nos Estados Unidos que tem como centralidade visitas a culturas negras em diferentes locais e vivência de experiências de viagem entre viajantes negros. O que surgiu como um grupo no *Facebook* fez com que as narrativas dos viajantes negros fossem colocadas cada vez mais em evidência e chegassem em outros meios de comunicação que não somente as redes sociais. Revistas americanas como a *Travel Noire* são meios através dos quais o BTM é promovido.

Dillette (2024) reconhece que, apesar de existir desde 2010, foi após as manifestações antirracistas em memória do americano George Floyd (1973-2020) que o BTM ganhou mais espaço. Mais viajantes negros passaram a ter como motivação a conexão com outros centros de cultura negra. Algo parecido aconteceu com o Afroturismo no Brasil. Em 2020, em decorrência das manifestações antirracistas e para manifestar seu apoio, os profissionais e estudantes de turismo se reuniram e formaram o grupo “Turismo Antirracista” e produziram um vídeo curto em que cada um pôde falar sobre sua experiência no turismo e responder à

pergunta “O que é o racismo no turismo para você?”. O grupo encerrou suas atividades, mas percebe-se que mais numerosas estão as iniciativas de afroturismo¹⁷. Pode-se afirmar que a preocupação atualmente não é necessariamente saber identificar o racismo no turismo, mas propor meios de fazê-lo frear e retroceder até a sua extinção. O afroturismo aponta para o fato de que “há uma pluralidade na ocupação e apropriação do espaço pelo(s) corpo(s) negro(s) diaspórico(s)” (Silva, 2020, p. 122).

Desde então, as conceituações sobre o afroturismo vêm sendo revisitadas e propostas na academia e fora dela. Sem pretensão de encerrá-las, trazemos algumas. O prefixo *afro* já propõe a ideia da centralidade negra, fundamental para a afrocentricidade. Este último é um conceito criado pelo professor doutor Molefi Kete Asante, na década de 1970. Como o nome sugere, a afrocentricidade coloca em evidência as perspectivas da pessoa africana; essa abordagem dá a centralidade apropriada aos africanos nos discursos historiográficos e socioculturais (Asante, 2009). Dessa maneira, a afrocentricidade é uma estrutura de referências que tem como ponto de partida a perspectiva da pessoa africana. Entendemos que no caso do afroturismo, somente é centralizado o ser africano, mas também seus descendentes localizados nos diversos pontos da diáspora africana.

Consequentemente, o conceito cunhado por Asante coloca em xeque o eurocentrismo, que, por sua vez, reconhece e valoriza as contribuições europeias “como se elas fossem o conjunto de toda a experiência humana; isso às custas da degradação das perspectivas de outros grupos étnicos que são, por consequência, subalternizados” (Maurício, 2022 p. 10). Asante mobiliza as ideias de *centro* e *margem* numa perspectiva não-geográfica, ao entender as relações nas sociedades:

Um dos pressupostos da Afrocentricidade é que todas as relações são baseadas em centros e margens e na sua distância até o centro ou à margem. Quando pessoas negras se veem como pontos centrais da sua própria história, então elas se enxergam como agentes, atores e ou participantes ao invés de marginalizados na periferia das experiências políticas ou econômicas¹⁸ (Molefi Kete Asante, 2009, s/p., tradução nossa)

¹⁷ Visto que com alguma frequência surgem novas iniciativas com atividades que podem ser distintas, é difícil precisar, nesse momento, quantas temos e quais são. Para citar e sugerir algumas iniciativas, nomeamos algumas agências turísticas: *Diáspora.black* (2024), *Sou+Carioca* (2024), *Localiza 021*(2024), *Brafika Viagens* (2024), *Conectando Territórios* (2015), *Soul África* (2024), *Rota da Liberdade* (2024) e *Afrotours* (2024).

¹⁸ No original: “One of the key assumptions of the Afrocentrist is that all relationships are based on centers and margins and the distance from either the center or the margin. When black people view themselves as centered and central in their own history then they see themselves as agents, actors and participants rather than as marginals on the periphery of political or economic experience”.

Mais profundamente, a afrocentricidade faz parte de um processo de tomada de consciência e regeneração de narrativas sobre a história do continente africano e dos afrodescendentes que habitam todo o mundo. Dessa maneira, retoma-se a humanidade de pessoas que historicamente foram marginalizadas no ocidente. Assim, é conferida agência às pessoas negras e estas carregam em si um potencial revolucionário e transformador que se direciona a própria realidade e ao mundo (Maurício, 2022). Em suma, ao adotar o prefixo *afro*, pode-se entender que o afroturismo invoca essas qualidades afrocêntricas e, como visto, também as vivencia.

Silva, Tricário e Silva (2023) entendem que a palavra afroturismo é um termo criado no Brasil, de origem mercadológica. Os autores entendem o afroturismo como uma tendência que “cria experiências que envolvam raízes e a cultura afrodescendente, tendo seus primeiros registros na segunda metade da década de 2010, a partir do movimento de afroempreendedores da área” (Silva; Tricário; Silva, 2023, p. 723). Esses empreendedores trabalham em áreas diferentes do turismo, tais como hotelaria, gastronomia, oferta de serviços turísticos, entre outros.

Para além de uma tendência, Batista Neto (*et al.* 2022) entende o afroturismo como um fenômeno sociocultural. Ele une a concepção e o fazer turístico em torno da valorização identitária afrodiaspórica urbana e/ou rural, de forma afirmativa e entrelaçada com “as narrativas de memorialidade e sociabilidade afetiva com ancestralidade e insurgência sob os sistemas escravagistas” (Batista Neto *et al.* 2022, p. 141). Em *AJEUM BÓ: A importância patrimonial cultural das comidas votivas de (para o) Afroturismo como atrativo turístico*, os autores focam na relação da alimentação ritualística de terreiros de candomblé como um possível atrativo para o afroturismo. Para tanto, eles constroem uma possível conceituação para o termo, afirmando que esse tipo de turismo

Ressignifica valores, legados, tradições, saberes e fazeres numa perspectiva decolonial, garantindo a resistência cultural dos movimentos de negritude, comunidades tradicionais quilombolas, povos de religiões de matriz africana e comunidades camponesas e urbanas periféricas. **O Afroturismo, ao imprimir no inconsciente coletivo esses marcadores patrimoniais, tais como a gastronomia votiva e a cultura alimentar tradicional, tem forte representação étnica na conjuntura de etnicidade.** (Batista Neto *et al.* 2022, p. 141, grifos nossos).

A partir disso, chama-nos atenção a ideia de o afroturismo ser um promotor de marcadores patrimoniais. Em seu texto, não entendemos exatamente o que os autores consideram ser marcadores patrimoniais e inferimos que sejam “valores, legados, tradições, saberes e fazeres numa perspectiva decolonial” (Batista Neto *et al.* 2022, p. 141). Na medida em que tais marcadores assumem diferentes formas, eles relacionam pessoas a localidades e

são essenciais nas culturas africanas e afrodescendentes. Percebe-se uma proximidade muito grande com as afroinscrições; embora não planejada, essa proximidade não se dá ao acaso, visto que as referências são todas afrocentradas.

No diagnóstico do Afroturismo no Brasil consta uma lista de características que se somam e resultam no nesse modo de turismo praticado nos meios urbanos e rurais. A partir delas, o documento sugere uma conceituação que coloca o afroturismo como um agente de “transformação estrutural e cria impacto econômico e financeiro na gama de serviços e produtos ofertados por profissionais negros em toda a cadeia turística, contribuindo para a diminuição das desigualdades raciais e econômicas no país.” (Brasil, 2024, p. 9). A fim de ilustrar, trazemos a lista proposta no diagnóstico:

Figura 1 - Características do Afroturismo

Experiências Afro Referenciadas	Incentiva roteiros e experiências turísticas voltadas a para o resgate da história e memória e valorização de narrativas afro-brasileiras.
Protagonismo de profissionais negros e negras	Destaca o protagonismo de profissionais negros e negras no mercado de turismo, sejam nas agências de viagens, redes hoteleiras, guias de turismo, restaurantes, dentre outros.
Valorização de patrimônios materiais e imateriais afro-brasileiros	Promove a valorização de patrimônios e lugares de memória, favorecendo a preservação e importância da contribuição africana na formação da sociedade brasileira e manifestações culturais afro-brasileiras.
Educação pedagógica	Utiliza a Lei nº 10639/03, de ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, como instrumento de educação e conscientização sobre as heranças africanas e a contribuição da população afro-brasileira para a história do país.
Valorização de Comunidades Tradicionais e Quilombolas	Está interconectado ao Turismo de Base Comunitária, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e histórico, além de gerar renda e sustentabilidade para seus territórios.
Valorização das religiões de matriz africana	Busca o entendimento e valorização de povos de terreiros através de visitas a terreiros e celebrações de religiões de matriz africana, como o candomblé, a umbanda, o tambor de mina, dentre outros.
Equidade racial e Antirracismo	Contribui para o entendimento sobre preconceitos e quebra de estereótipos e favorece a equidade racial, através do desenvolvimento econômico da população negra.

Fonte: Brasil (2024)

De acordo com o Sebrae (2020), o afroturismo é uma vertente do turismo cultural e uma tendência no setor de turismo brasileiro e promove distintas experiências que têm como centro vivências relacionadas às culturas negras brasileiras, manifestas na religião, línguas e artes. “O nicho do afro turismo se fortalece à medida que cresce o movimento de resgate e empoderamento de toda uma imensa população de negros que já mostra que consome viagens e passeios como qualquer outro turista” (Sebrae, 2020, p. 1). Essa definição se aproxima da

que é proposta pelo Ministério do Turismo, associada ao turismo étnico-afro, de acordo com a turismóloga Denise Rodrigues (2021); com a qual concordamos, entendendo a limitação dessas proposições.

Ela propõe que o afroturismo “é uma prática de resgate, valorização, preservação, reconexão com a identidade e história por meio dos bens culturais, materiais e imateriais, as quais têm os sujeitos negros como protagonistas” (Rodrigues, 2021, p. 97). Nesse sentido, “ao desvelar as contribuições e perspectivas negras na sociedade por meio do turismo, o segmento pode auxiliar na luta antirracista” (Rodrigues, 2021, p. 97). A autora entende que este é um forte caráter político do afroturismo, desconsiderado pela proposta do Sebrae. Ela considera que além de seu caráter cultural, social e político, o afroturismo não está apartado de práticas econômicas, inclusive, as incentivando a serem “elaboradas e executadas **por e para** pessoas negras” (Rodrigues, 2021, p. 97, grifos da autora).

Para a autora, o afroturismo redireciona o olhar do turista. Ao identificar e expor injustiças históricas vividas pela população negra e, simultaneamente, dar foco às produções dessa população, o afroturismo confere agência às pessoas negras e abre espaço para discussões e para o combate às injustiças racialmente enviesadas vividas pelos afrobrasileiros. O que Rodrigues (2021) nomeia como redirecionamento do olhar acreditamos ser parte da essência dos *walking tours* de afroturismo, que parecem, invariavelmente, oferecer uma leitura da paisagem que pontua afroinscrições e o protagonismo de pessoas negras nos locais visitados.

Conforme Natália Oliveira destaca, “o turismo afrocentrado traz o turista para outra perspectiva que não a do turismo tradicional, pois conta histórias de um ponto de vista que não o disseminado pela perspectiva eurocêntrica” (Oliveira, 2020, p. 309). Em uma pesquisa realizada em 2021, Oliveira entrevistou afroempreendedores em turismo com ações voltadas para o afroturismo. Na ocasião, a pesquisadora constatou que o ato de afroempreender no turismo gera oportunidades de emprego e mesmo de renda, de maneira que um ecossistema econômico circula entre pessoas negras. Dessa maneira, esse parece ser um importante veículo para o estabelecimento de relações de troca financeira entre essas pessoas.

O conjunto de práticas turísticas afrocentradas que se reúnem no afroturismo tem forte cunho político, sendo principalmente antirracistas. Elas são compostas pelas tradicionais visitas a pé a centros urbanos, visitas e/ou estadias em quilombos, festivais e eventos culturais, experiências gastronômicas, intercâmbios estudantis etc. Assim, invariavelmente, são promovidas a inclusão e o reconhecimento da população negra como produtora e protagonista em espaços turísticos. O turismo afrocentrado desempenha um papel importante na “leitura das grafias ou marcas (Geografias Negras) que são deixadas nas sociedades no tempo-espaço”

(Guimarães, 2020, p. 302) e na construção de narrativas positivas sobre a identidade negra. Consequentemente, há o combate aos estereótipos e preconceitos raciais. Dessa maneira, o afroturismo tem como referência as experiências negras e propõe, em termos práticos, a superação do racismo.

Além disso, é importante frisar que esse tipo de turismo, na prática, é uma conquista do movimento negro e se beneficia do resultado de diversos trabalhos desse movimento que há séculos e de maneiras diferentes atua na sociedade. Antes mesmo de ser nomeado afroturismo, algumas pessoas já faziam *tours* afrocentrados e mesmo passeios com o reconhecimento de afroinscrições no espaço. Entretanto, a notoriedade pelo mercado turístico não lhes era conferida – como exemplo, Solange Barbosa e Nilzete dos Santos são mencionadas por Dias, que pontua que “Elas atuam nesse segmento há mais de uma década e continuam sendo invisíveis para o *mainstream* do mercado” (Dias, 2020, s/p.).

Solange Barbosa (2021) aponta que em 2006 foi lançado em Sorocaba (SP) o Programa cultural e turístico Rota da Liberdade; uma parceria entre a Secretaria de Turismo local e a própria Solange Barbosa, na qualidade de empresária. Neste momento, conforme ela relata (Barbosa, 2021), outros estados, como Bahia e Minas Gerais, também realizaram roteiros educativos com foco nas culturas negras. Contudo, os roteiros e as atividades se encontravam sob a nomenclatura, proposta pelo Ministério do Turismo, “Turismo étnico com recorte afro”. Desde 2018, ano que, de acordo com Barbosa, marca a emergência do turismo afrocentrado, o nome afroturismo tem sido usado de forma a destacar a presença

“dos profissionais negros comandando as agências de viagens, a emergência das comunidades quilombolas e periféricas majoritariamente negras construindo roteiros, além de profissionais de transporte e guias [de turismo] negros atuando na área” (Barbosa, 2021, s/p., inserção nossa).

Cabe frisar que essas pessoas e profissionais mencionados pela empresária são indivíduos que compõem o movimento negro no Brasil e não nos referimos a um movimento social organizado institucionalizado, mas espontâneo e orgânico.

Nesse sentido, por que não adotar o nome “turismo negro”? Alguns são os motivos, em nossa opinião. Talvez, o mais evidente deles seja o fato de que o termo “turismo negro” é uma tradução literal para o português de *dark tourism*. O nome se relaciona a um tipo de turismo que, conforme Stone (2013), está associado às viagens a locais de morte, sofrimento e/ou também considerados “macabros”, como campos de genocídio, campos de batalha, cemitérios,

sepulturas entre outros. Distante da conotação bizarra, como visto anteriormente, o nome “afroturismo” capta as ideias da afrocentricidade. Além disso, ele enfatiza o seu caráter de “*afronta*” frente ao turismo tradicionalmente praticado no país, reivindicando a presença e o protagonismo de pessoas negras no turismo (Dias, 2020).

Com uma população negra de aproximadamente 56% e a maior população negra fora do continente africano, o Brasil é um país muito fértil para o afroturismo. As iniciativas espontâneas surgem, mas ainda não há uma associação organizada ou uma forma de categorização oficial delas. É importante, entretanto, entender que todas as manifestações culturais negras e todos os empreendedores negros são potenciais atores do afroturismo, mas seria um erro acreditar que todos assim se consideram. Dessa maneira, ainda é um desafio para as pesquisas de fonte secundária encontrarem ou mapearem todos os afroempreendimentos e iniciativas existentes no Brasil que sejam vinculadas ao afroturismo. Destacamos que na plataforma Diáspora.black (2024), por exemplo, há mais de cem experiências disponíveis, mas nem todas são voltadas para as culturas negras, embora os empreendedores sejam negros.

No afroturismo, expressivas são as iniciativas que têm como foco as religiosidades de matriz africana e, nesse sentido, o estado da Bahia é frequentemente veiculado como um destino. Como *walking tour*, há o Caminho dos Orixás, realizado na capital, Salvador. Dois outros exemplos são festividades anuais que atraem turistas nacionais e internacionais para o recôncavo baiano: a Festa da Senhora da Boa Morte e o Bembé do Mercado. A primeira, por sua vez, é uma celebração ocorrida em Cachoeira, em agosto, organizada pela Irmandade da Boa Morte, confraria centenária formada somente por mulheres negras. Nessa festividade, as mulheres celebram a liberdade. Já o Bembé do Mercado ocorre desde maio de 1889, segundo a tradição oral (Bassi; Cunha; Barata, 2020), na cidade de Santo Amaro. Trata-se de uma celebração de agradecimento aos orixás pela liberdade, marcada pelo fim da escravatura. Os eventos são reconhecidos como patrimônio imaterial brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em Minas Gerais, além das caminhadas urbanas ou visitas guiadas que já acontecem em cidades como Belo Horizonte, Ouro Preto e Juiz de Fora, as afromineiridades são atrativos potenciais para o afroturismo. Esse é um termo que se refere às manifestações culturais e religiosas de origem afrobrasileira que surgiram ou acontecem com muita frequência no estado, tais como as congadas e reinados, as celebrações do Rosário dos Homens Pretos e os candombes. *Afromineiridades* é também o nome de um programa do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA - MG) que lança mão de eventos, cursos e debates com a finalidade de reconhecer, celebrar e proteger as expressões culturais de matriz africana

no estado (IEPHA, 2022). Na página do programa, vê-se imagens da típica congada e é citada a Rota dos Quilombos – iniciativa de base comunitária que compreende um trajeto com saída de Belo Horizonte em direção ao Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas. Ressaltamos que estes são potenciais atrativos para o afroturismo, visto que até o momento não foi localizada nenhuma iniciativa formalizada e vendida como um produto turístico.

As práticas urbanas do afroturismo o distanciam das proposições de turismo étnico do Ministério do Turismo, aparentemente reduzidas a contextos rurais. Além de visitas a comunidades tradicionais, o afroturismo propõe roteiros que podem acontecer em qualquer outro local. Isso porque o principal componente do afroturismo é a narrativa afrocentrada e, frequentemente, afrorreferenciada. Dessa maneira, de modo intencional ou não, o afroturismo se assemelha às culturas africanas ancestrais de base oral, onde o conhecimento é veiculado oralmente entre gerações. A abordagem do afroturismo pode analisar e visitar qualquer local, pois sua preocupação é, sempre, entender a participação e o protagonismo negro nos determinados espaços.

O forte caráter pedagógico é uma das dimensões do afroturismo (Maurício, 2022; Silva, Tricário e Silva, 2023). Em meu trabalho de conclusão de curso (Maurício, 2022), destaco a fala de uma guia de afroturismo que se considera educadora, pois ela tem “rua como sala de aula” (Maurício, 2022, p. 22). Nesse viés, os *tours* transmitem conhecimento e provocam reflexões não somente sobre o que se pode perceber fisicamente no espaço, mas também sobre as dinâmicas socioespaciais. Nesse sentido, em espaços não-formais de educação, como ruas, praças e monumentos, a experiência turística assume uma dimensão de espaço de trocas de aprendizagem.

Ao trazer turistas que valorizam a cultura negra, os atrativos turísticos ganham visibilidade e popularidade, de forma que, na internet, viajantes compartilham suas experiências. Uma pesquisa etnográfica online, portanto, netnográfica (Kozinets, 2014), realizada em 2023 apontou os principais destinos de afroturismo, de acordo com dados levantados ao se observar a *hashtag* #afroturismo no Instagram. Silva (*et al*, 2023) aponta que os destinos são nacionais e internacionais:

“África do Sul (8), Brasil (151), Marrocos (2), Egito (1), Emirados Árabes (1) e México (4)” (Silva *et al*, 2023, p. 734) enquanto no Brasil, os estados que mais apareceram como destino da *hashtag* são “Rio de Janeiro (20), São Paulo (20), Bahia (14), Alagoas (6), Distrito Federal (3), Minas Gerais (3), Maranhão (1), Sergipe (1), Pernambuco (1), Paraná (1) e Rio Grande do Sul (1)” (Silva *et al*, 2023, p. 734).

Vê-se que no Brasil os destinos são expressivos. Ao se considerar que o Brasil é um país que vive, ainda, sob a colonialidade do poder (Quijano, 2005), não somos demasiadamente

otimistas quando afirmamos que o afroturismo representa uma mudança social positiva no cenário turístico brasileiro, muito voltado para o passado imperial e colonial e para as praias e paisagens naturais (Brasil, 2024). Fazendo ecoar narrativas historicamente silenciadas, o turismo afrocentrado contribui para a restauração da autoestima negra e do sentimento de pertencimento e promove (re)conexões entre pessoas e entre pessoas e locais. Essa perspectiva de apresentação e reconhecimento de espaços aponta direções não antes vistas ou praticadas pelo turismo. Também, a própria ideia de “ser negro” é ressignificada. Guimarães (2018) coloca:

Por meio da perspectiva “desde dentro” (RAMOS, 1995) perpassa a ressignificação e valorização da palavra negro, dissociá-la das mazelas criadas socialmente, construir outras direções ou perspectivas para a existência da população negra e “[r]evelar a negrura em sua validade intrínseca, dissipar com seu foco de luz a escuridão de que resultou a nossa total possessão pela branquidão é uma das tarefas heroicas da nossa época” (RAMOS, 1995, p.243)” (Guimarães, 2018, p. 13).

Entendemos ser de significativa importância o constante diálogo entre empreendedores para que o conjunto de práticas antirracistas não caia no ostracismo e consiga medir, sempre, seus impactos nas comunidades urbanas ou rurais que recebem o afroturismo. Sendo uma atividade também comercial, um ponto importante a ser observado é a capacidade de equilíbrio entre o seu importante papel social e a contrapartida financeira.

Um risco às atividades é de o afroturismo se tornar puramente comercial; isso poderia ocorrer, caso houvesse um esvaziamento de seu propósito original de valorização cultural frente a uma comercialização excessiva e descuidada. Assim, as práticas que deveriam ser de respeito, protagonismo e celebração da cultura negra podem se converter em experiências superficiais e exploratórias. Outro risco seria a inviabilização das práticas de afroturismo devido a sua insustentabilidade financeira, que pode ser causada por vários fatores. Um deles pode estar relacionado ao racismo antinegro que associa atividades de ações afirmativas negras como gratuitas. Dessa forma, as pessoas não se disponibilizam para consumir Afroturismo e seus produtos.

2.3 Caminhos teóricos da paisagem

Como visto, a paisagem pode ser muitas coisas. Ela pode ser uma porção do espaço; pode ser a representação artística desse espaço, ou parte dele; pode ser caracterizada por uma vegetação ou pela falta dela; pode ser um recurso que atrai turistas... Por essa polissemia, as diferentes perspectivas científicas observam o conceito de paisagem de pontos distintos. Antes de se tornar uma categoria e análise do espaço nos estudos geográficos, a paisagem esteve

presente nas artes, retratada nas pinturas de movimentos artísticos europeus. Em tempos em que a pintura realista era a mais fiel maneira de representar um local, a natureza era protagonista e as formas captadas pelo olhar ou escuta de pintores eram cuidadosamente trabalhadas em esquemas de luz e sombra e na mistura de cores vibrantes e opacas para representar a realidade vista. A natureza, cabe reforçar, era própria do continente europeu.

Já nos estudos geográficos, a paisagem se torna objeto de duas principais escolas na geografia: a escola francesa e a anglo-saxã. Os termos para se referir à paisagem eram de grande valia para se entender ao que o conceito se referia. Em poucas palavras, no francês usa-se o termo *paysage* e no alemão, *landschaft*; ambos os radicais, *pays-* e *land-*, sugerem interpretações que se aproximam de ideias de “país”, “nação” ou “terra” (Bartholomeu, 2015). Assim, diferentes perspectivas construíram o conceito de paisagem, o que ampliou as possibilidades de estudo do espaço. A Geografia Física buscava respostas sobre a gênese da paisagem e a interpretação dos elementos formados naturalmente, ao longo do tempo em que o planeta se constituiu (Bartholomeu, 2015).

Por outro lado, a Geografia Cultural foi inspirada pelo geógrafo clássico Carl Sauer, que acreditava ser a paisagem uma categoria geográfica que diferenciaria essa ciência de outras áreas. Os estudos etnográficos foram aplicados às paisagens e no início do século XX autores como Sauer apontaram a paisagem como resultado de constantes ações humanas sobre o espaço: “Uma paisagem cultural é formada por um grupo, a partir da paisagem natural. A cultura é o agente e a área natural é o meio. A paisagem cultural é o resultado”¹⁹ (Sauer *apud* Leighly, 1967, p. 343).

Como uma espécie de continuação dessa linha de estudos e pesquisa, a Geografia Humana, principalmente após a década de 1970 com o surgimento da *Nova Geografia Cultural*, buscava, para além de identificar as formas e objetos criados pelo homem e dispostos no espaço, alcançar as suas funções (Bartholomeu, 2015). Contudo, “enquanto os estudos humanistas focam em uma escala do indivíduo, as pesquisas culturais adotam, frequentemente, a escala de valorização do coletivo da cultura, das percepções e das vivências.” (Suess, 2017, p. 98). Nesse momento, a intenção ou intencionalidade é observada frente à existência das formas ou objetos presentes no espaço geográfico.

A *Nova Geografia Cultural* foi como uma resposta às abordagens tradicionais que davam maior enfoque a análises quantitativas. Os principais nomes dessa *Nova Geografia* são

¹⁹ No original: “A cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area is the medium. The cultural landscape is the result.” (Besse, 2014, p. 12).

os geógrafos britânicos Peter Jackson, David Harvey e Denis Cosgrove (Suess, 2017). O pensamento pós-estruturalista, a fenomenologia, a antropologia e os estudos culturais influenciaram significativamente os estudos dos geógrafos citados. Os principais temas dessa abordagem foram identidades culturais e práticas espaciais, além do simbolismo nas paisagens e as relações entre poder e espaço (Bartholomeu, 2015).

O geógrafo brasileiro Matheus Bartholomeu (2015) lembra que desde a Geografia Cultural, a paisagem tem duas principais abordagens, a saber a culturalista e a ecologia da paisagem. A primeira, por sua vez, tem base fenomenológica, surgida nos anos 1960 e 1970 e se relaciona com a *Nova Geografia Cultural*; Yi-Fu Tuan e Denis Cosgrove são exemplos de autores que seguem essa linha de estudos. Já a abordagem da ecologia inspira-se nas ciências ambientais e biológicas e, com isso, trabalha sobre uma base físico-biológica, que considera os processos provocados pela ação humana e os associa aos processos naturais que constituem a paisagem. Apesar de os vários anos passados desde as primeiras concepções da geografia cultural e da paisagem cultural, o termo que permanece para melhor defini-la é polissêmico.

Eva Faustino Barbosa (2010) entende que a paisagem é uma soma de fatores ecológicos e antrópicos que interagem e se modificam ao longo do tempo, no espaço. Ela reconhece que no contexto turístico a paisagem pode ser entendida a partir de duas dimensões conceituais: a dimensão estética ou visual e a dimensão cultural. A primeira é uma maneira mais intuitiva de se ter contato com uma paisagem e diz respeito a como o sujeito a percebe através de seus sentidos. Já a segunda tem a paisagem como um recurso que pode ser modificado pelos seres humanos de forma que a sua história e cultura sejam representadas, carregando um significado emocional. A paisagem é crucial para a atividade turística, de acordo com Barbosa (2010); nesse sentido ela é um recurso usado para a atratividade de visitantes, mas também é vulnerável aos impactos por eles causados.

Independentemente da dimensão em que se entende a paisagem, para Barbosa (2010), ela é, geralmente, percebida pelos sentidos: “A percepção determina o tipo de relação que o turista pode ter com o meio onde este se encontra. É por conta da percepção que essa relação pode ser de profundo bem-estar ou, pelo contrário, de profunda decepção” (Barbosa, 2010, p. 360). Nesse sentido, a atratividade das paisagens, principalmente para fins turísticos, está ligada à percepção do sujeito, nesse caso, o turista.

Como um esforço de organização dessas polissemias, o filósofo francês Jean Marc-Besse (2014) nos oferece caminhos interessantes. Ele define cinco possibilidades epistemológicas de compreensão da paisagem: i. a paisagem como uma representação cultural e social; ii. paisagem como um território fabricado e habitado, iii. a paisagem e o meio

ambiente; iv. paisagem como material vivo das sociedades e v. a paisagem como projeto. Todas essas possibilidades estão também nos capítulos do livro *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Besse alerta ao leitor que, atualmente, os trabalhos teóricos sobre a paisagem devem aceitar que “a justaposição e a superposição desordenada de discursos e pontos de vista sobre a paisagem” (Besse, 2014, p. 12) são um fato. É a partir dessa proposição que o autor elucida as portas de compreensão dela.

Ao entender a paisagem como uma representação cultural, Besse (2014) a define como um ponto de vista ou uma percepção. Ele entende que “a paisagem não existe, objetivamente, nem em si; então, ela é relativa ao que os homens pensam dela, ao que percebem dela e ao que dizem dela” (Besse, 2014, p. 12). Nesse sentido, a paisagem tem a subjetividade da percepção como um dos principais canais de acesso a ela. Assim, a realidade mental é um fator presente e indispensável na paisagem. A sua interpretação pode ser feita e expressa de diferentes maneiras: “discursos, sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir” (Besse, 2014, p. 14). Desse modo, não pode haver alguma padronização na paisagem e a sua estaticidade é também questionada.

Augustin Berque, geógrafo que também tem a fenomenologia como orientação para sua concepção sobre paisagem, acredita que “a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos. Esta relação, que põe em jogo diversas escalas de tempos e de espaço, implica tanto na instituição mental da realidade, como na constituição material das coisas” (BERQUE, 2013, p. 26). A paisagem, para ele, supera a dualidade que propõe a materialidade e a simbologia, diferentemente de concepções ocidentais de paisagem (Marandola e Oliveira, 2018). Assim, a paisagem ultrapassa a visualidade e a materialidade da realidade e é constituída também por aspectos subjetivos; sem os últimos não há paisagem.

Para Berque, as características morfológicas de um local são marcas na paisagem, apreendidas e valorizadas pelos seres humanos, através dos pensamentos estéticos, morais e políticos (Marandola, 2017). As marcas são, então, concebidas pela forma de pensar de um grupo e essa caracteriza o que o autor nomeia como matriz. Dessa maneira, pode-se entender que a matriz é o que fornece condições e sentido para as marcas, que podem ser resultado da ação cultural de um povo sobre o espaço.

Na concepção berquiana, a relação entre marca e matriz é constante, de maneira que uma transforma a outra ao mesmo tempo em que é transformada por ela. Dito de outra forma, a paisagem é a marca e a matriz simultaneamente e, a partir de uma, a outra pode surgir. Gabriel Queiroz sugere uma maneira de pensar a paisagem como marca e como matriz:

“A paisagem como marca: ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc.

A paisagem como matriz: ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (...) Em resumo: 1) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial etc) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e 2) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz (BERQUE, 1998)” (Queiroz, 2023, p. 50).

Considerando a necessidade do sujeito para a apreensão e interpretação da paisagem, esta deve ser percebida não somente pela visão nem pela percepção; ela é apreendida por todos os sentidos e por qualquer modo de relação estabelecida entre o indivíduo e o mundo (Berque, 1998).

Besse (2014) parece concordar com Berque (1998) quando afirma que além de uma construção figurativa, ou seja, de imagens visuais, a paisagem é percebida não somente pela visão, mas também reúne objetos e ícones percebidos pelos demais sentidos, que expressam valores e identificam um território. Essa outra categoria geográfica nos parece interessante para a apreensão dos conceitos e paisagem aqui trazidos. Portanto, vejamos brevemente do que se trata o território a partir de uma perspectiva decolonial.

Para o geógrafo Rogério Haesbaert, o território está além do entendimento tradicional que o relaciona ao poder de controle físico. O autor acredita que os territórios podem e devem ser vistos partindo de perspectivas fluidas, complexas e interconectadas (Haesbaert, 2021). Duas delas são as ideias de território funcional e território simbólico, atravessadas pela dominação e apropriação do espaço.

Por um lado, o território funcional enfatiza a dominação do espaço para torná-lo útil para a extração de recursos, produção e reprodução capitalista material. Nesse sentido, as relações de poder político e econômico são as definidoras dos usos territoriais e seus efeitos para a população podem ou não ser negativos. Na ocasião da memorável Copa do Mundo de 2014, foram noticiadas manifestações populares contrárias às obras realizadas pelo Estado brasileiro em função do megaevento, nas suas 12 sedes. Locais como o Rio de Janeiro vivenciaram moradores sendo deslocados de suas moradias para outros bairros. Consequentemente, seus territórios e territorialidades foram afetados, além da gentrificação dos locais originais de moradia (Ciriza, 2014; Donato, 2024).

Por outro lado, o território simbólico se relaciona à apropriação subjetiva do espaço. Nesse caso, a significação cultural, identitária e afetiva são fundamentais para as relações socioespaciais (Haesbaert, 2021). Os variados grupos sociais se identificam e se apropriam afetiva e simbolicamente com os espaços, como é o caso de grupos étnicos que defendem seus locais de origem ou moradia, como, por exemplo, comunidades tradicionais quilombolas ou indígenas.

Cabe colocar que nenhum território é somente funcional ou simbólico, estes não são espaços de dualismos, senão que de multiterritorialidades (Haesbaert, 2023). Frequentemente, se mesclam e se sobrepõem no território funcionalidades e simbolismos distintos que caracterizam as multiterritorialidades. A territorialidade “enquanto conjunto de propriedades que são a condição para a existência de um território” (Haesbaert, 2023, p. 2) é central no modo como sujeitos individual e coletivamente se relacionam com o espaço e deixam nele marcas físicas e simbólicas da própria presença. Tais marcas se reúnem na paisagem que, por sua vez, também abrange aspectos físicos e simbólicos de um espaço, principalmente se vista como uma representação cultural, como sugerido por Besse (2014).

Em Juiz de Fora, nos locais onde é realizada a CFJN, existem diferentes territorialidades marcadas em praças, ruas ou avenidas. Na parte baixa da Rua Halfeld, próxima à Praça da Estação, vê-se maior número de camelôs e vendedores ambulantes, de forma que essa parte do centro é apropriada principalmente pelos grupos que exercem atividades comerciais durante a semana, em horário, majoritariamente, comercial. Noutros horários, o uso muda e, à noite, por exemplo, a rua fica mais vazia e há poucas atividades mercantis.

No trajeto da caminhada, abaixo do Viaduto Hélio Fádel, é lembrada a presença do coletivo *Space Hip-hop*, que faz eventos um domingo ao mês e, como o nome sugere, é voltado às vivências de *hip-hop* e valoriza artistas da cidade. Nos muros, vê-se grafites que evidenciam o uso desse espaço e delinham um território. Quando não usado pelo *Space* ou outros eventos, é muito comum que pessoas em situação de rua estejam no local. Na Praça Negro Teóphilo, um dos pontos da visita, tem no chão uma marca da roda de capoeira que acontece ali semanalmente: a Roda da Feira Livre de Domingo. Quando não usado para a capoeira, a praça é frequentada por moradores das imediações, principalmente para lazer. Ou seja, os espaços são apropriados por grupos que o usam para diferentes práticas sociais e deixam ali marcas que expressam a sua presença.

Lima e Azevedo (2017) lembram-nos que a territorialidade se apoia e se reflete nas paisagens, já que as segundas contêm a vida materializada nas formas às quais atribui significados (Tuan, 1980). Essas formas “produzem laços de sociabilidade e identificação dos indivíduos com seu lugar de origem, fortalecendo a relação de pertencimento e apego ao lugar” (Lima; Azevedo, 2017, p. 94). Dessa maneira, as paisagens contêm representações sociais materiais e/ou imateriais que representam elementos das relações que os grupos estabelecem com os espaços que habitam.

A paisagem, ainda, acaba por demonstrar como as pessoas trabalham, o que têm como elementos religiosos e sagrados e as dinâmicas da vida cotidiana, que mudam constantemente. Todos esses fatores somados constroem uma identidade cultural que dá sentido ao território e,

novamente, baseia as territorialidades (Lima; Azevedo, 2017). Portanto, a materialidade e a imaterialidade produzidas pela sociedade resultam num conjunto de signos que podem identificar um ou mais grupo social. Tais signos se traduzem nas formas (Santos, 2006) que compõem a paisagem e, de acordo com Denis Cosgrove (1998), têm significados conferidos pelas sociedades que os manifestam.

Cosgrove acredita que a paisagem não somente é produto da cultura onde está inserida, mas, também, como considerado por Roberto Lobato Corrêa (1998), um agente ativo que reproduz aspectos culturais concretos e/ou simbólicos que podem ser percebidos de diversas formas, não somente visualmente. Para o autor,

A produção e reprodução da vida material é, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. [...] toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Esta apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos (Cosgrove, 1983, p.1).

Dessa forma, a paisagem cultural é uma expressão visível e tangível da interação entre a humanidade e seu ambiente ao longo do tempo. Para além de serem moldadas pelas materialidades de ocupação do espaço, as paisagens são também constituídas pela significação cultural e simbólica atribuída a elas. Os códigos de comunicação (Cosgrove, 1983) permanecem no espaço e isso permite que sociedades de tempos distintos entendam os valores expressos simbolicamente na paisagem. As paisagens refletem a identidade, as práticas e os valores das sociedades que as criam, sendo únicas em cada local e época. Cosgrove enfatiza que para entender uma paisagem cultural, é necessário considerar tanto os aspectos físicos quanto os simbólicos. Como se a paisagem fosse um texto complexo que narra a história de um povo, ela é escrita, raspada e reescrita – similar a um palimpsesto.

Nesse texto que pode ser lido de diferentes maneiras, o principal objeto de leitura são as geo-grafias ou as grafias dispostas no espaço. Como Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003) sugere, diferentes povos e sociedades deixam suas grafias no espaço, de forma que os territórios e, conseqüentemente, as paisagens são marcadas. As geo-grafias são dadas pela corporeidade dos sujeitos frequentadores do espaço e valorizam traços culturais deles. A leitura dessas marcas nos permite entender mais e melhor sobre as relações humanas no dado espaço ou território ou paisagem. Um olhar racializado e atento à presença negra e a sua valorização consegue ler na paisagem as afrografias ou afroinscrições. Assim, recuperando o exemplo de um dos pontos da Caminhada Juiz de Fora Negra, as marcas da Roda de Capoeira da feira livre de domingo em Juiz de Fora, são, para além de marcações no chão de uma praça, evidências da ocupação negra daquele espaço.

De fato, as marcas ou grafagens têm uma significação cultural e simbólica e, novamente, elas refletem práticas e valores sociais. Nesse sentido, e se aproximando de uma leitura racializada dos territórios e paisagens, Santos (2009) coloca que as grafagens têm dimensões simbólicas e concretas; assim, embora as grafagens sejam materializadas no espaço e possam, por isso, ser lidas, elas têm origem em uma abstração, podendo moldar as relações sociais no espaço, constituir elementos identitários para grupos e, portanto, grafar territórios. Como Santos (2023, p. 18) lembra:

“Há grafagens espaciais, entretanto, que são duradouras, perenes, e absolutizam referências de lugares. Estas remetem a outras temporalidades das relações raciais: sejam elas do passado (próximo ou distante), sejam elas de fenômenos que se estendem até o presente, elas produzem geo-grafias”.

Como exemplo, o geógrafo pensa sobre a política de branqueamento vivenciada no Brasil e demais países que passam pela colonialidade na América Latina.

Essencialmente, uma política é uma ideia normativa e abstrata, contudo, as suas consequências são especializadas e podem ser percebidas no território e nas paisagens. A política de branqueamento, pode ser identificada em três dimensões (Santos, 2009, p. 63): a. branqueamento da ocupação do território; b. branqueamento da imagem do território e c. branqueamento cultural do território”. Embora Santos fale sobre o branqueamento do território, o relacionamos com a paisagem; isso por que “além de serem moldadas pelas materialidades de ocupação do espaço, as paisagens são também constituídas pela significação cultural e simbólica atribuída a elas” (Santos, 2009, p. 65). Nesse aspecto, o branqueamento cultural do território diretamente se relaciona ao branqueamento da paisagem, ele

“diz respeito à construção da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões. É o que aparece no ensino de Geografia quando se fala em “humanização da paisagem” ... O maior exemplo é a forma como se trabalha a região sul do Brasil, em que todos os livros didáticos são enfáticos em mostrar a arquitetura europeia (principalmente alemã), que normalmente é exemplo quando aborda temas da “Paisagem” e “Formação do povo brasileiro”. A presença e as contribuições indígena e negra são ocultadas destas narrativas (Santos, 2009, p. 65).

Os signos e símbolos que “humanizam a paisagem” refletem um Brasil europeizado e que ativamente oculta narrativas negras e indígenas, tanto nos livros didáticos de Geografia, quanto nas práticas socioespaciais. Essa parece ser uma vontade vivida por muitas cidades brasileiras, inclusive Juiz de Fora. No Plano Municipal de Turismo consta:

“Do ponto de vista cultural, o desenvolvimento industrial trouxe para a cidade o desejo de “civilizar-se” aos moldes dos centros europeus. Seus teatros, cinemas,

imprensa e intensa atividade literária refletiam a vontade de criar uma nova imagem para a cidade, uma nova identidade, fugindo à tradição escravista. A distância dos centros barrocos somada à prosperidade econômica atraiu interesses os mais variados, fazendo prosperar também diversos estilos arquitetônicos. **Diversas etnias contribuíram para que os estilos eclético, Art nouveau, Art déco e modernista compusessem a paisagem de Juiz de Fora** (OLIVEIRA, 1994).” (PJF, 2020, p. 29, grifos nossos).

As diversas etnias que contribuíram para os estilos arquitetônicos mais presentes na cidade, são, no entanto, eurocentradas e os próprios nomes dos estilos artísticos em francês *Art nouveau* e *Art déco* evidenciam isso. Na parte central da cidade e mais especificamente na rua Halfeld não raro encontra-se construções que mantêm a fachada original. Recuperando Santos (2009), a ideia de que a cidade passou por um processo de transformação, com o desejo de “civilizar-se” tendo como base os moldes europeus, pode ser vista como uma manifestação de branqueamento cultural. Ele acontece quando há uma tentativa de redefinir a identidade da cidade, minimizando ou apagando as influências históricas ligadas à escravização e, também, às pessoas negras. A paisagem da cidade é moldada para refletir valores eurocêntricos e nada é mencionado com relação aos valores de outras etnias.

Até os dias atuais, imóveis com fachadas antigas estão no centro da cidade e no trajeto percorrido pela CJFN. Em janeiro de 2025, a prefeitura municipal instituiu o centro histórico de Juiz de Fora, com o decreto nº 17.025 (Juiz de Fora, 2025); na área delimitada encontram-se prédios, casas e construções que remetem ao início do século XX e à ocupação inicial da cidade²⁰. O decreto parece ter como objetivo a preservação de estilos arquitetônicos diversos, públicos e privados, que reforçam a importância do município e de seu pioneirismo industrial. O cruzamento entre a rua Halfeld e a Avenida Getúlio Vargas é um cruzamento onde estão quatro prédios no estilo modernista e eclético, o que ajuda a ilustrar estilos arquitetônicos que compõem a paisagem dessa região.

²⁰ No texto, não é possível entender a que período histórico ou recorte temporal a palavra “inicial” se refere. Isto porque, como consta no *site* da Prefeitura e muitos pesquisadores apontam, o início do povoamento de Juiz de Fora, até por volta de 1850, se deu nas fazendas de produção cafeeira localizadas na Zona Leste da cidade. Bairros citados são o Santo Antônio e ao atual Retiro, significativamente distantes do recém-delimitado centro histórico.

Figura 2 - Porções da paisagem no Centro de Juiz de Fora: estilos arquitetônicos



Fonte: elaboração própria; imagens do acervo pessoal.

Diferentes tipos de turismo fazem o mesmo esforço de realçar o Brasil de ascendência europeia ao mesmo tempo em que silenciam ou esvaziam a presença negra e indígena nos territórios e paisagem. No turismo histórico-patrimonial, o discurso eurocentrado é geralmente relacionado ao progresso e ao desenvolvimento do país. Temas centrais são as visitas às tradicionais cidades históricas e coloniais brasileiras, das quais já pudemos ver algumas fotos de porções da paisagem. Eventos como as grandes festas de celebração da cultura alemã, japonesa ou italiana também são foco das visitas turísticas.

O turismo de festa, marcado pelo carnaval e eventos como Bumba Meu Boi, Festa de Iemanjá e Festas Juninas, mobiliza milhares de turistas nacionais e internacionais. Estas manifestações são, também, geo-grafias de grupos sociais, muitas vezes relacionadas e reduzidas ao folclore brasileiro. Embora essas festividades sejam atrativos turísticos de culturas brasileiras não-hegemônicas, nos inquieta o fato de elas parecerem estar relacionadas a um tipo de turismo menos “sério” e, portanto, refém de uma hierarquização. Enquanto o turismo histórico ou patrimonial promove a celebração da colonização europeia, associando-a ao progresso e ao desenvolvimento, as manifestações culturais não-hegemônicas são limitadas a eventos culturais e festivos, associados à cultura popular. Sabendo que essas manifestações são, frequentemente, afrocentradas, percebemos que o racismo estrutural aí se reproduz.

Pensando sobre o carnaval e sua relação com o samba, Juliano Dumani (2023) faz ponderações que parecem se encaixar nesta discussão. Pode-se pensar o processo de

branqueamento e esvaziamento de sentido das manifestações e festividades não hegemônicas no turismo, em analogia com o samba:

“O samba é o melhor recorte para entender o desenvolvimento do racismo no Brasil. Primeiro, ele é marginalizado, perseguido e ostensivamente reprimido; em seguida, vai sendo aceito, com algumas concessões, diante de sua resistência; e, por fim, sofre investidas mais diretas, com o intuito de descaracterizá-lo como uma genuína manifestação cultural afro-brasileira, para torná-la um símbolo nacional “neutro” e um mero produto da indústria fonográfica e da cultura de massa” (Durmani, 2023, p. 133)

Dumani considera que, no século passado, consagrar o “samba como um símbolo da identidade nacional foi uma maneira de se apagar os séculos de escravização da população negra”. A consagração, portanto, não foi, de fato, “a assinatura de um tratado de democracia racial” (Dumani, 2023, p. 133). Isso acaba por contribuir com a perenidade das geo-grafias criadas por vivências que foram moldadas em outro momento histórico, mas se atualizam e “refuncionalizam-se através do tempo, formas e padrões de segregação socioespacial que tem na dimensão racial (entrecruzada com uma série de outros princípios de hierarquização) um elemento crucial para a reprodução de uma sociedade marcada pelas desigualdades” (Santos, 2023, p. 19).

Contudo, a segregação socioespacial não freia as manifestações e materialização de expressões espaciais dos grupos oprimidos. Estes deixam no espaço suas próprias marcas ou geo-grafias; no caso das culturas negras brasileiras, essas marcas são afrogeo-grafias ou afroinscrições, num esforço de racialização das inscrições. Locais que têm nomes que se referem à cultura africana ou afrodiaspórica, escolas de samba, grafites, rodas de capoeira, rodas de rima etc. são exemplos de expressões espaciais negras que localizam os sujeitos negros e suas culturas no espaço. Portanto, para que se consiga ler as grafias desse grupo sem recorrer aos já citados limitados livros didáticos de geografia, ou à apresentação de destinos feita pelo turismo hegemônico, é necessário o uso de ferramentas alinhadas com a afrocentricidade.

Em suma, a paisagem é um texto escrito com grafias espaciais. Para a sua leitura é preciso o uso de ferramentas que facilitem a percepção de aspectos que, por terem frequentemente um caráter simbólico, não são óbvios. No caso da percepção das espacialidades da população negra disponíveis na paisagem, a ferramenta deve tratar de interpretar a paisagem, racializando e valorizando as culturas negras. Assim, “Se por um lado as marcas da colonialidade promovem o apagamento dos referenciais não brancos, criando condições de inferiorização e invisibilidade”, a leitura das paisagens com uma sensibilidade afrocentrada, apresenta **“uma potencialidade de afirmação dos povos subalternizados por meio das marcas de presença e pertencimento inscritas no espaço**, nas palavras e nas memórias dos corpos individuais/coletivos que as compõem e emanam” (Queiroz, 2023, p. 43, grifos nossos).

É nesse sentido que entendemos o afroturismo como uma das maneiras aplicadas pelo movimento negro de leitura da paisagem a partir de uma perspectiva afrocentrada.

Nesse âmbito, parece-nos importante e urgente racializar a paisagem de forma alinhada com interesses antirracistas. As paisagens, muitas vezes consideradas neutras, refletem, na verdade, a não-neutralidade sempre presente nas relações sociais. Para entender isso, é necessário ir além da simples identificação de elementos que podem ter valor étnico e são visíveis no espaço. O afroturismo pontua as marcas negras na paisagem e as protagoniza, racionalizando a paisagem. Fazendo isso, o afroturismo permite que novos significados e histórias sejam contados e ouvidos. Esse parece ser um movimento de descolonização no turismo e que conseqüentemente se reflete na correção e combate às distorções históricas que perpetuam o racismo no espaço e nas relações étnicas.

É preciso uma análise crítica, e, que, portanto, não se pretende neutra, para revelar como as relações raciais moldam a produção, representação e significação da paisagem. Ao racializar a paisagem pode-se começar a desvendar camadas de significado que a compõem. Nessas camadas de significado pode-se perceber a presença e agência daqueles que sempre estiveram, mas foram invisibilizados. Há nesse processo uma simbólica redistribuição do poder, mais equitativa, que acontece por meio das narrativas de interpretação da paisagem. Outras maneiras de perceber o espaço podem sugerir horizontes com potencialidades até então desconhecidas.

3. A CAMINHADA JUIZ DE FORA NEGRA: OLHARES SOBRE A PAISAGEM

Como mencionado anteriormente, a Caminhada Juiz de Fora Negra é realizada pela produtora cultural Damata Cultural, composta e gerida pelos sócios Leandra, Jorge e Bárbara. Desde março de 2022 a produtora trabalha com “projetos no âmbito da educação, do turismo, do turismo histórico, do afroturismo” (Leandra). A maior parte absoluta dos projetos tem estreita relação com as culturas negras, especialmente com a cultura Hip-hop. O *Slam* da História e a Caminhada Juiz de Fora Negra são dois exemplos; e outro, esse mais recente, o Charme da Mata – um baile aberto a todos os públicos, realizado desde 2024. Comum a todos os projetos, de acordo com Leandra, é o fato de eles trabalharem “com essas histórias, com essas memórias que perpassam o país inteiro, mas que se a gente for pensar nosso contexto local, sempre foram muito silenciadas e invisibilizadas” (Leandra).

A CJFN, além de ser um *walking tour*, pode ser entendida como um roteiro turístico temático (Silva; Novo, 2010). Isso porque, como o nome sugere, o tema do *tour* é voltado para o entendimento da presença e contribuição negras. No atual roteiro, são 3 km percorridos a pé, na região central da cidade. Como comentado anteriormente, ele é composto por 10 pontos de

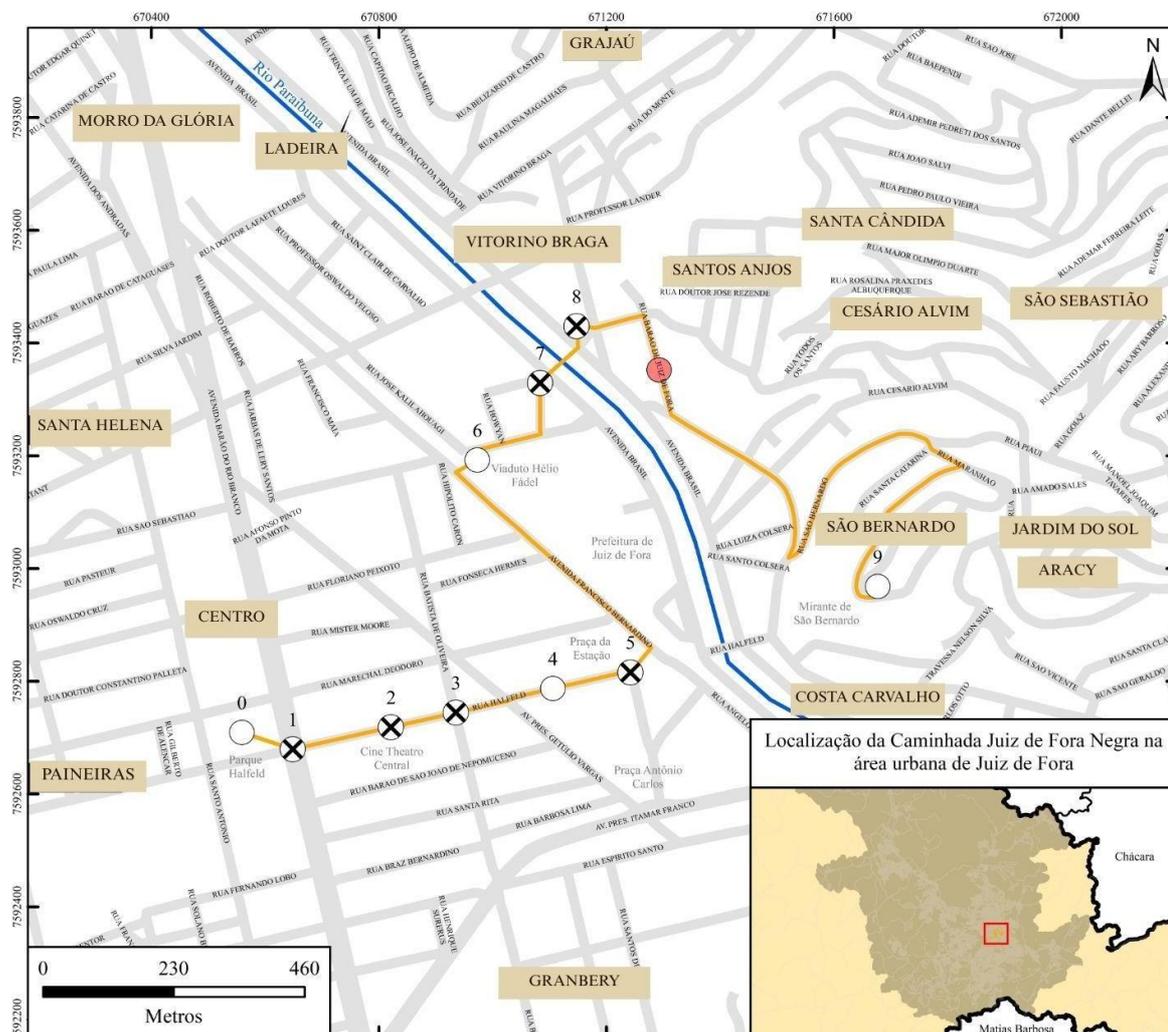
parada. A fim de relembrar o leitor, os nomeamos: Parque Halfeld, cruzamento entre a Rua Halfeld e a Avenida Rio Branco, Cine Theatro Central, cruzamento entre a rua Halfeld e a rua Batista de Oliveira, antigo Clube Juiz de Fora, localizado na parte baixa da rua Halfeld, Praça da Estação, viaduto Hélio Fádel, Escola de samba Turunas do Riachuelo, Praça Negro Teófilo e o mirante São Bernardo.

A maioria dos pontos de visita é também encruzilhada. De maneira geral, as encruzilhadas são símbolos centrais para cosmologias afro-diaspóricas. Nas religiosidades do Candomblé e Umbanda, por exemplo, a encruzilhada é um espaço sagrado, relacionado a Exu, divindade e orixá da comunicação e do movimento. Nesse sentido, as quatro possibilidades de caminho na encruzilhada podem simbolizar a interseção entre o mundo espiritual e físico; sobretudo, são locais que demandam e remetem ao diálogo e ao encontro, a escolhas e decisões, à troca e à transformação. Os caminhos se encontram, somando ao menos quatro direções a serem escolhidas.

Pode-se pensar o próprio *tour* como uma encruzilhada: o encontro de diferentes pessoas e pensamentos, que, de alguma maneira operam juntas durante a caminhada. Temos, então, uma polifonia de vozes que não se sobrepõem, mas coexistem. Ao mesmo tempo em que percorre um caminho com base num roteiro pré-estabelecido, as possibilidades de interpretação podem ser múltiplas. Como a encruzilhada, a caminhada tem em si a potência e qualidade do movimento e da comunicação, estabelecendo ligações entre o passado narrado e o presente vivido.

Pensando sobre como isso se reflete no afroturismo, pode-se imaginar ele próprio como uma grande encruzilhada. As diversas referências que se encontram no afroturismo se cruzam e resultam em muitas possibilidades onde as caminhadas guiadas são uma delas. Essa reflexão nos permite entender a multiplicidade do segmento e a sua potente proposta (e práticas) de articulação do presente, passado e futuro. Essa articulação acontece, como vimos anteriormente por meio das memórias lembradas e visibilizadas, das denúncias e celebrações e das projeções afirmativas que têm como protagonista as culturas negras.

Mapa 2 – Pontos de visita da Caminhada Juiz de Fora Negra



Legenda	
	Pontos de visitas atuais da CJFN que não são encruzilhadas
	Pontos de visitas atuais da CJFN que são encruzilhadas
	Ponto de visita removido da CJFN
	Trajectoria da Caminhada Negra Juiz de Fora
	Nome dos bairros de Juiz de Fora
Descrição dos pontos de visita da CJFN	
0	Parque Halfeld
1	Cruzamento entre Rua Halfeld e Avenida Rio Branco
2	Cine Theatro Central
3	Cruzamento entre a Rua Halfeld e Rua Batista de Oliveira
4	Antigo clube social negro de Juiz de Fora
5	Praça da Estação
6	Viaduto Hélio Fádel
7	Cruzamento em frente à quadra da Escola de Samba Turunas do Riachuelo
8	Praça Negro Teóphilo
9	Mirante do bairro São Bernardo

Universidade Federal de Juiz de Fora
 Instituto de Ciências Humanas
 Pós-Graduação em Geografia

Dissertação:
 "Afroturismo e Paisagem: a Caminhada Juiz de Fora Negra"

Pontos de visita da Caminhada Juiz de Fora Negra

SIRGAS2000 - Zona 23S
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Sistema de coordenadas planas

Organização: Vitória Camillo da Silva Maurício
 Execução: Matheus Duarte Stelkler
 Geógrafo - CREA: 427534MG
 Data: abril de 2025

Fonte de dados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malha Municipal. In: IBGE. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em: abr. 2025.

Fonte: Elaboração própria

No que tange a alguns aspectos técnicos, embora a CJFN seja um roteiro aberto e oferecido a todos os públicos, pessoas com baixa mobilidade podem enfrentar dificuldades. Na parte final do *tour*, já no bairro São Bernardo, há um trecho de subida constante com partes bastante íngremes e calçada irregular

Em uma postagem de 24 de setembro de 2023, feita no *Instagram*, os organizadores afirmam que já receberam mais de 200 visitantes desde o início da caminhada. Este é o principal meio de divulgação e informação sobre as caminhadas. No entanto, os posts sobre a CJFN foram mais numerosos em 2022 e 2023. O público aparentemente mais frequente é adulto e a quantidade de pessoas negras e brancas parece equilibrada. Atualmente, embora os membros da Damata não indiquem exatamente a quantidade de pessoas que já fizeram o *tour*, estima-se que os visitantes somem mais de 300 pessoas.

De acordo com Jorge, um dos sócios, embora seja uma atividade cultural, a caminhada não necessariamente se relaciona ao entretenimento. Ele expressa a necessidade de desassociar cultura e entretenimento. Para ele, a caminhada estaria numa *bolha* e, portanto, seu acesso se restringe a um público que já valoriza iniciativas culturais e educativas, mas não reflete o interesse da ampla população da cidade. Ele reflete:

Eu acho que [a receptividade] é baixo [sic]. E baixo, pelo racismo, mas acho que baixo também por um contexto geral. [...] A gente acabou iniciando nossos trabalhos, querendo ou não, dentro de uma bolha específica da cidade, que é uma bolha ligada ao meio cultural, digamos assim, né? (Jorge, inserção nossa)

Em seguida, Jorge reflete sobre a diferença entre cultura e entretenimento e enfatiza como essa diferença impacta o público:

[...]. Mesmo porque a cultura está próxima do entretenimento, mas cultura e entretenimento são coisas diferentes. A grande maioria da cidade se associa muito mais a entretenimento do que a cultura, por mais que [ele] resvale na cultura.

[...] Como a gente acaba entrando dentro muito mais da cultura do que do entretenimento, aí acaba entrando também dentro de um público, talvez, menos amplo... que, querendo ou não, tem outros produtos para poder consumir também além do afroturismo, pensando que é um público majoritariamente juiz-forano (Jorge, inserções nossas)

Percebe-se, pela fala dos entrevistados, que o afroturismo enfrenta dificuldades com relação a um engajamento de público na cidade. Para eles, tais barreiras, inicialmente podem ser atribuídas a um interesse que apenas não está direcionado para caminhadas culturais. Entretanto, elas podem também permitir que façamos questionamentos com relação à divulgação do *tour* que é feita quase que exclusivamente pelo *Instagram*. Assim, questões se delineiam: “Quais as estratégias para atrair o público além dos *posts*? Quais outras formas de

divulgação, além do *Instagram*, poderiam ser eficazes par atrair maior público?”. Não nos cabe responder às perguntas, visto que o trabalho é feito pela Damata Cultural. Dessa maneira, somente as sugerimos.

Ao mesmo tempo, as barreiras podem sinalizar que o interesse e o engajamento do público variam devido a uma questão estrutural e racial na cidade. Este pode ser um reflexo da desvalorização dos saberes afrocentrados, mascarada pelo entendimento de que a motivação para participação é algo individual.

3.1 Pesquisa de campo

Esta breve seção se dedica a um relato sobre as pesquisas de campo e os dados obtidos nas ocasiões, de maneira a trazê-los ao conhecimento dos leitores. Antes de fazer a pesquisa de campo, pude participar de algumas edições da Caminhada Juiz de Fora Negra para melhor compreender o *tour* a ser pesquisado; ao fim, dediquei à pesquisa de campo duas participações no mês de novembro de 2024, sendo uma delas feita gratuitamente. Esta caminhada gratuita, por sua vez, é oferecida pela Prefeitura desde 2023. Dessa maneira, essa parte do trabalho foi organizada em duas etapas: no dia 19/11/2024 (terça-feira) fiz a primeira observação e, posteriormente, no dia 21/11/2024 (quinta-feira) fiz a segunda.

No primeiro dia, o público era composto por 5 pessoas, duas mulheres, sendo eu uma delas, e três homens, todos jovens aparentemente entre 24 e 35 anos, acadêmicos, nenhum com qualquer dificuldade de mobilidade. Visto que o dia estava ensolarado e o tempo firme, não houve nenhuma alteração no trajeto. O grupo contratou o serviço como parte de um evento acadêmico e a princípio eles pareciam tímidos, mas responsivos. Na ocasião, Jorge foi a pessoa a conduzir a caminhada que começou no Parque Halfeld, no ponto em que se fala um pouco sobre a história de Roza Cabinda, um símbolo de resistência e luta pela liberdade²¹. Embora fosse a primeira caminhada da maioria dos participantes, eles não demonstraram grande surpresa com a narrativa no que diz respeito a Henrique Halfeld, um dos personagens mencionados. Pareciam estar, de alguma forma, familiarizados com o racismo e a postura de um “homem branco, né?”, disse um dos participantes.

²¹ Três são as homenagens a Roza na cidade: o mais novo viaduto localizado na região central, entre os bairros Vitorino Braga e Centro; o Largo Roza Cabinda, localizado no bairro Vitorino Braga e a Medalha Roza Cabinda, concedida por coletivos feministas, homenageando mulheres que contribuem significativamente para o desenvolvimento do município. Essa medalha é, também, uma contrapartida à Medalha Henrique Halfeld, que no ano de 2022 de forma polêmica teve como homenageada a memória de Roza Cabinda (O Pharol, 2022). Na ocasião, o movimento negro na cidade debateu a intenção da homenagem com a prefeitura e depois de entenderem que significaria o reconhecimento da luta da própria Roza, a medalha lhe foi concedida.

Durante todo o trajeto o grupo caminhou em boa velocidade e atento aos comandos e comentários do guia. Ao mesmo tempo não houve questionamentos ou perguntas direcionadas a ele. Percebi que não houve muita interação entre o grupo e essa também não foi fomentada pelo guia. Com muita frequência Jorge mencionava o LABHOI e/ou as referências de onde compartilhava algumas das narrativas. Sendo o laboratório voltado para a história oral uma das principais fontes do conhecimento compartilhado pelos guias, o roteiro apresenta o espaço a partir das oralidades e não o contrário. Em todos os pontos da visita uma personalidade ou organização negra ou relacionada às questões negras foi trazida como referência. A fim de facilitar a leitura, nesta etapa da pesquisa de campo foi elaborado um quadro relacionando os pontos de parada e os nomes dessas personalidades ou organizações citadas. Cabe salientar que as descrições no quadro foram feitas com base na narrativa apresentada pelo guia da visita:

Quadro 2 - Pontos de parada e nomes/personalidades mencionadas

Ponto de parada	Descrição dos nomes ou personalidades citadas
Parque Halfeld	Roza Cabinda: mulher escravizada pela família do comendador Henrique Halfeld, um dos fundadores da cidade; embora Roza tivesse a quantia necessária para comprar sua liberdade, o comendador a negou. Assim, somente após a morte dele em 1873, Roza teve sua alforria conquistada judicialmente. Pesquisadoras e historiadoras: referências contemporâneas nos estudos em História sobre a população negra em Juiz de Fora, elas são a prof. Dra. Hebe Mattos, Dra. Elione Guimarães, a Mestra Giane Elisa Sales, Dra. Rita de Cássia Félix e Prof. Dra. Giovana Castro.
Cruzamento entre rua Halfeld e Avenida Rio Branco	Nenhuma personalidade mencionada especificamente. O prédio do Clube Juiz de Fora foi observado, lembrando que às pessoas negras era dificultado o acesso ao clube e à discoteca que funcionou na cobertura do prédio durante a década de 1960 e 1970 (aproximadamente).
Cine Theatro Central	Dionysia Moreira: cantora juizforana que na década de 1950, teve o Cine Theatro como um de seus primeiro palcos, participava de programas de rádio e ganhou prêmios de melhor cantora. Em 2022, aos 90 anos, Dionysia participou do programa de televisão <i>The Voice +</i> .
Cruzamento entre a rua Halfeld e a rua Batista de Oliveira	Nenhuma personalidade mencionada especificamente. Nesse ponto, lembrou-se que a rua Halfeld se dividia para baixo e para cima da rua Batista de Oliveira; às pessoas negras era impedida a livre circulação na parte "alta" da rua Halfeld, a não ser em serviço.
Antigo clube social negro de Juiz de Fora	A pesquisadoras e historiadora: Dra. Rita de Cássia Félix foi citada como uma referência, visto que sua dissertação de mestrado é sobre este clube. No local, de acordo com Jorge, aconteciam bailes de elite, mas também era um local que assistenciava os membros do clube com auxílio escolar, funerário, etc. principalmente no período pós-abolição.
Praça da Estação	Senhor Cornélio: Entrevistado no projeto Passados Presentes, ele chegou em Juiz de Fora aos 13 anos, de trem e se deparou com a Praça da Estação; era próximo da

	<p>década de 1920 e ele ficou maravilhado com a beleza dos prédios em volta da praça.</p> <p>Pâmella Stéphanie: Mulher negra que atualmente mora em Juiz de Fora e ajudou a criar a Caminhada Juiz de Fora Negra. Bem como sr. Cornélio, ela veio morar na cidade ainda na infância e o guia diz que o primeiro local que ela se lembra é a Praça. Como um local muito bonito e que prometia melhores condições de vida para sua família.</p>
Viaduto Hélio Fádel	<p>Coletivo Space Hip Hop: O coletivo juizforano atuante na cidade desde 2021, aproximadamente, usa o espaço do vão do viaduto para eventos gratuitos relacionados à cultura hip-hop. No local, grafites e artes urbanas marcam essa ocupação.</p>
Cruzamento em frente à quadra da Escola de Samba Turunas do Riachuelo	<p>Turunas do Riachuelo: Tradicional escola de samba da cidade, fundada na primeira metade do século XX que carrega vários títulos. Jorge lembra que o carnaval de Juiz de Fora já foi pulsante e atraía visitantes de vários locais do Brasil. Contudo, ele pondera, um desmonte dessa festividade tem sido feito desde a década de 2010. As escolas de Samba, desde então, tiveram muita dificuldade para se reorganizar.</p>
Praça Negro Teóphilo	<p>Negro Teóphilo: Escravizado em uma fazenda de café da região próxima a Belmiro Braga, ele fugiu para Juiz de Fora ainda jovem. Na cidade havia muitas pessoas negras em liberdade e dessa maneira as autoridades teriam dificuldade em encontrá-lo. Negro Teóphilo foi capturado, mas segue sendo um símbolo de resistência.</p> <p>Jorge menciona e nos mostra que na praça há uma roda de capoeira que acontece aos domingos pela manhã, durante a feira livre.</p>
Mirante do bairro São Bernardo	<p>Nenhuma personalidade mencionada especificamente. Aqui, Jorge nos incentivou a perceber diferenças na paisagem da cidade. Na margem direita do rio vê-se uma Juiz de Fora mais bem planejada e com prédios altos, na margem esquerda as casas são dominantes, as construções mais simples e há muito mais morros. Como encerramento da visita, o guia apresentou cantando e tocando uma música de própria autoria que fala um pouco sobre o constante movimento de pessoas negras.</p>

O início do passeio foi às 14h e o final foi próximo das 16h30, quando todos tiraram fotos e compartilharam um pouco de suas impressões sobre a caminhada. Três participantes fizeram a caminhada pela primeira vez; eles disseram ter ficado positivamente impactados e impressionados com as informações passadas por Jorge. As duas outras participantes, sendo uma delas eu, compartilharam que puderam perceber dessa vez como a arquitetura e paisagem no centro da cidade se modificam e parecem ter camadas de diferentes tempos históricos. Todos se propuseram a responder o questionário desta pesquisa.

Como observação pessoal, notei algumas marcas negras ou grafagens na paisagem sem que o guia assim as apontasse, a maior parte delas se localiza entre o vão do viaduto Hélio Fádel e o bairro São Bernardo. Essa região, embora central, é uma parte da cidade "não planejada" e se localiza mais próximo da margem esquerda do rio Paraibuna. Essas marcas percebidas por mim corroboram o entendimento de Santos (2009) de que as paisagens são

marcadas pelas geo-grafias, que se manifestam no espaço e refletem as presenças majoritária ou minoritária dos grupos desfavorecidos em determinados lugares (espaciais e sociais). Nesse caso, a população negra compõe o grupo desfavorecido.

De certa maneira, a CJFN suscita discussões que, junto com percepções pessoais, resultaram em *insights* que revelam elementos que podem indicar resistência negra na cidade. As marcas ou grafagens são grafites, o símbolo *adinkra* – muito conhecido como *Sankofa*²² (Espaço do conhecimento, 2025), presente nas grades de portões e janelas – e vasos de planta como espada de São Jorge e babosa. É importante ponderar que esses elementos podem ter origem africana e afrodiáspórica, mas não se pode afirmar com certeza que foram feitos por mãos e corpos negras; por isso, reivindicamos a sua origem.

Visto que muito dos elementos percebidos foram símbolos *adinkra*, vale um pequeno espaço para o melhor entendimento do leitor. Esses símbolos são ideogramas que expressam valores, ideias e normas sociais de povos africanos ocidentais, da atual região de Gana e Burkina Faso. Eles são parte de uma tecnologia africana relacionada à metalurgia; não por acaso, os escravizados dessas regiões foram inicialmente submetidos ao trabalho forçado em cidades mineiras (Songbé, 2024). Muitos acreditam na lenda de que os escravizados urbanos usavam esses símbolos para transmitirem mensagens a seus pares. Também por esse motivo, as grades de janelas, portões e afins são onde mais frequentemente encontramos *adinkras*, seja em casas de estilo colonial ou contemporâneo.

Os símbolos que mais identifiquei foram *Sankofa* e *Obohema*. O primeiro, por sua vez, tem muitos significados e um deles é uma advertência à arrogância. Literalmente pode ser traduzido do *akan* para o português como “volte e pegue” (Símbolos e Significados de Adinkras, 2025, s/p.); aludindo à busca por conexões com as raízes africanas daqueles que vivem nos países-destino da diáspora africana. Já o segundo significa literalmente “rainha das pedras” (Símbolos e Significados de Adinkras, 2025, s/p.) e o formato de losango representa um diamante, uma pedra muito valiosa e rara. A relação do diamante com a ideia de uma rainha das pedras (Símbolos e Significados de Adinkras, 2025, s/p.) também pode indicar a centralidade conferida às mulheres, que têm valor inestimável para a humanidade. Dispostas na Figura 3, a fim de ilustração, estão fotos onde pude perceber tais *adinkras* e, em alguns casos, os dois aparecem muito próximos, conforme ilustrado pela Figura 4.

²² Os *adinkra* são ideogramas que expressam valores tradicionais, ideias e normas sociais dos povos africanos *Akan*, da atual região de Gana, Burkina Faso e outros países da África Ocidental. Eles são parte de uma tecnologia africana relacionada à metalurgia e presente em todo o Brasil. Acredita-se que africanos escravizados que viviam no meio urbano usavam esses ideogramas para se comunicarem, driblando a suspeita dos seus senhores. *Sankofa* é o nome de um desses *adinkra*.

Figura 3 - Outras afroinscrições na Caminhada Juiz de Fora Negra (19/11/2025)



Fonte: Elaboração própria

Figura 4 – Sankofa e Obohema próximos (19/11/2025)



Fonte: Elaboração própria

A repetição de *Obohema* e *Sankofa* em parte do trajeto da CFJN foi notada e particularmente chama atenção pela sugestão simbólica entre os dois. A recorrência e proximidade dos símbolos pode constituir uma forma de inscrição afrocentrada na paisagem que une valores como ancestralidade (*Sankofa*) e preciosidade (*Obohema*) e os reafirma visualmente. Dessa maneira é possível compreender que a recorrência é resultado não somente de uma escolha estética dos proprietários, mas delinea a importância de lembrar e valorizar a ancestralidade; esta que é preciosa e de valor inestimável. Esta análise, contudo, poderá ser mais detalhada e discutida em um outro trabalho mais focado nos *adinkra*; neste momento não a faremos.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, pude acompanhar uma visita com aproximadamente 10 participantes, sendo a maioria mulheres jovens entre, aparentemente, 25 e 35 anos. Essa foi uma visita oferecida pela prefeitura como comemoração do primeiro feriado nacional da Consciência Negra e, portanto, gratuita. Dessa vez, os três integrantes estavam; Bárbara começou o roteiro, mas com a chegada de Jorge, ele continuou o guiamento.

Diferentemente da outra visita, esta ocorreu à noite e por conta disso o caminho feito não foi completo. O trajeto começou às 18h30 na Praça da Estação e seguiu até o Parque Halfeld, no sentido contrário do usual.

Ainda na Praça, uma pessoa negra em situação de rua se aproximou do nosso grupo que esperava o começo da atividade. Bárbara interveio, indicando que fôssemos para um outro local da praça. Ela comentou que não é raro essas situações acontecerem e que as pessoas em situação de rua não eram perigosas, mas poderiam ser inconvenientes. Como na primeira visita que participei, os visitantes pouco falavam, apesar de ativamente respondem e prestarem atenção no guia. Embora ele perguntasse se tinham alguma dúvida, não foram feitos esforços maiores para estimular participação por meio da fala. Por conta do horário, dividimos o caminho com trabalhadores que encerravam seu horário de serviço. Acredito que por isso as paradas foram cuidadosamente feitas em locais onde a presença do grupo não atrapalharia o fluxo.

Em frente ao Cine Theatro Central, além da narrativa sobre Dionísia Moreira, Jorge contou um pouco da história de Cincinato Duque Bicalho. Também conhecido como Duque Bicalho, ele foi pianista, compositor e maestro que viveu e estudou em Juiz de Fora na primeira metade do século XX. De acordo com Jorge, Cincinato se apresentou algumas vezes no Cine Theatro Central, um feito significativo e raro para artistas negros. Ele foi também o autor do hino da cidade.

A caminhada foi encerrada no Parque Halfeld, próximo das 19h30, com a já mencionada história de Roza Cabinda. Os visitantes, por sua vez, concordavam com a cabeça à medida em que o guia falava sobre a resistência e bravura de Roza; eles pareciam já familiarizados. Jorge apresentou sua música como forma de encerrar o passeio. Depois de agradecerem ao guia, os visitantes se dispuseram a responder o questionário *online*.

Nesse trajeto, talvez por ter sido feito à noite, não percebi símbolos *adinkra* ou outras marcas negras ou afroinscrições no caminho que não fossem as anunciadas pelo guia. No entanto, notei que os visitantes estiveram menos cansados, mas ainda assim eles pareciam pouco observar a paisagem ao seu redor. Ainda, boa parte das pessoas em trânsito eram trabalhadores, muitos deles negros, que se direcionavam para os pontos de ônibus da região central. O recorte da paisagem dos locais por onde passamos indicou uma área econômica e financeiramente confortável e dinâmica; não por acaso, próximo das 19h era grande o fluxo de trabalhadores.

O episódio da presença da pessoa em situação de rua no início do passeio me fez lembrar de quando eu estive em uma visita guiada na Pequena África. A guia de turismo na

ocasião compartilhou uma história que viveu: em um guiamento ela presenciou uma pessoa negra defecando num dos pontos de parada. Ela desviou o grupo do caminho, mas sentiu desconforto e frustração ao exaltar a presença e personalidades negras ao mesmo tempo em que se depara com outras pessoas negras em situações vergonhosas ou delicadas. Entendo que esse não foi o caso da pessoa que nos abordou, mas a sua vulnerabilidade vai no sentido oposto de toda a potência apresentada pelas caminhadas negras. Nesse sentido, a importância da caminhada como algo afirmativo e significativo para as culturas negras é ainda maior.

3.2 Questionários

Ao todo, 25 questionários foram aplicados. Por motivos éticos, não foi pedido qualquer tipo de identificação para os participantes. Portanto, seus nomes não aparecem como parte de nenhuma resposta e, por isso, optamos por referenciar cada um com números entre 1 e 25. As primeiras questões objetivaram delinear o perfil sociodemográfico dos participantes. Os resultados indicam que somente uma visitante declarou ser de nacionalidade brasil-senegalesa e todos os demais são brasileiros. Com relação ao seu local de habitação, um (1) respondente não mora em Juiz de Fora, mas na cidade do Rio de Janeiro, um (1) não declarou seu bairro, um (1) mora na região Nordeste, dois (2) são residentes da Zona Norte, quatro (4) da Zona Oeste, três (3) da Zona Sul, treze (13) da região central.

Dentre os 25 questionários, somente um respondente (1) tem mais de 50 anos, três (3) têm entre 40 e 49, seis (6) entre 30 e 39 e quinze (15) têm idade entre 18 e 29 anos, o que demonstra se tratar de um público jovem e, sobretudo, feminino, pois, são dezoito (18) pessoas com essa identidade de gênero, frente a sete (7) com identidade masculina. A orientação sexual da maior parte (17) é heterossexual, cinco (5) são bissexuais e três (3) homossexuais. No que diz respeito ao perfil racial, este se mostrou equilibrado entre negros e brancos, de forma que dez (10) pessoas se autodeclararam brancas, nove (9) pretas e seis (6) pardas, respectivamente esses números representam 40%, 36% e 24% do total. Nenhum dos respondentes pertence a alguma comunidade tradicional, isto é, não são indígenas, quilombolas, ciganos etc. Contudo, quase a metade (11) é ativista ou participa de algum movimento social relacionado à causa negra. Esses resultados se relacionam com uma colocação de Jorge ao dizer que a Caminhada está numa "bolha", como se dissesse que ela atua em um nicho do espectro cultural.

Todos os respondentes ao menos iniciaram os estudos no ensino superior. Portanto, pode-se afirmar que se trata de um público bem instruído; dezenove (19) estão com o curso de pós-graduação incompleto ou já têm essa titulação, quatro (4) têm ensino superior completo e dois (2) o têm incompleto. Somente um respondente se disse desempregado e uma aposentada – os

outros exercem profissões mais intelectualizadas como psicólogo, estudante, turismólogo, arquiteto ou professor. Também, ao que parece, estes são pessoas presentes nas redes sociais de alguma forma, visto que doze (12) souberam do *tour* que participaram via *Instagram* ou outra rede; oito (8) souberam por conta da indicação de amigos e quatro (4) via instituição de ensino, superior ou não.

Quando perguntados sobre se já estiveram em outras atividades da Damata Cultural, nove (9) afirmaram que sim; desses, somente um esteve em todas as atividades (Slam, Baile Charme e Caminhada), os demais estiveram no Slam ou no Baile Charme. Por outro lado, a maior parte (16) disse nunca ter estado em nenhuma. Estas respostas nos indicam que a maior parte do público da caminhada não é influenciado pelas demais atividades. Assim, embora todas as iniciativas da produtora estejam relacionadas à temática negra, elas não necessariamente movimentam o mesmo público. Visto que não é o objetivo deste trabalho, reforçamos que esta constatação poderá ser mais bem afirmada e investigada por pesquisas posteriores. Ela poderá indicar o nível de engajamento do público – algo interessante ao se pensar parte da cena cultural de Juiz de Fora.

De toda forma, vê-se que a participação em um tour afrocentrado foi uma novidade para muitos dos respondentes (16); no entanto, nove (9) já participaram de outros *tours* de afroturismo; sete (7) foram na Pequena África (RJ), um (1) em Belo Horizonte (MG) e um (1) em Petrópolis (RJ).

Em seguida, as questões buscaram saber desde o conhecimento prévio do visitante até a avaliação final do impacto do passeio na percepção da paisagem. Elas foram organizadas em seis agrupamentos, feitos com base na proximidade das perguntas, para que as respostas pudessem ser analisadas buscando-se similaridades nelas. De maneira geral, os agrupamentos se relacionam com os objetivos específicos iii e iv deste trabalho, respectivamente – “analisar em que medida os guiamentos funcionam como ferramentas de interpretação da paisagem” e “examinar de que maneira as iniciativas se configuram como transformadoras para guias e participantes”. A análise dos dados, porém, será feita sequencialmente.

Quadro 3 - Agrupamento de perguntas do questionário

Agrupamento	Perguntas
<p>1 - Motivação para participar do passeio</p> <p>Estabelecer um ponto de partida com relação às expectativas e o quão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a sua principal motivação para participar deste passeio? • O que você espera aprender com este passeio?

disponível a pessoa está para a experiência	
<p>2 - Familiaridade com narrativas negras</p> <p>Saber se os participantes têm contato com narrativas negras ajuda a avaliar se o passeio está expandindo possibilidades de compreensão ou reforçando conhecimento já existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Você está familiarizado com histórias/narrativas que tenham pessoas negras como personagens principais? • Por onde você tem contato com essas narrativas? (ex. Televisão/audiovisual, livros, palestras, coletivos, esportes, religião etc.)
<p>3 - Conhecimento prévio e percepção sobre a cidade</p> <p>Entender um pouco de como se desenha a percepção dos participantes sobre a presença negra na cidade antes do passeio e, assim, poder fazer comparações com respostas de outras perguntas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antes do passeio, qual era seu nível de conhecimento sobre a história da cidade de Juiz de Fora? • Como você avalia seu conhecimento sobre a história e presença negra em Juiz de Fora? • Você considera Juiz de Fora uma cidade culturalmente diversa? • Como Juiz de Fora é uma cidade culturalmente diversa?
<p>4 - Avaliação do passeio</p> <p>Os comentários permitem avaliar a qualidade da apresentação e, possivelmente, sugerir melhorias na metodologia dos guiamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comente pontos positivos do <i>tour</i> guiado, na sua opinião. • Comente pontos negativos do <i>tour</i> guiado, na sua opinião. • Você voltaria a fazer esse tipo de visita?
<p>5 - Importância do passeio e mudanças na percepção da paisagem</p> <p>Indicar se o passeio teve efeito transformador na visão dos participantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como você avalia a importância de conhecer a história negra da cidade através de um passeio como este? • Você se sentiu mais conectado com a história da cidade após o passeio? Justifique. • O passeio guiado mudou sua percepção sobre a cidade de Juiz de Fora? • Em que o <i>tour</i> guiado mudou sua percepção sobre a cidade?
<p>6 - Mudanças provocadas pelo tipo de iniciativa</p> <p>Conferir a relevância desse tipo de guiamento como formas de resignificação das narrativas historicamente “hegemônicas”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Você acha que este tipo de iniciativa pode contribuir para a mudança de narrativas históricas e a promoção da diversidade cultural? • Como você acha que este tipo de iniciativa contribui para mudanças positivas na promoção da diversidade cultural?

Fonte: Elaboração própria

Agrupamento 1: Motivação para participar do passeio

Nos resultados provenientes desse agrupamento, muitos participantes mencionam o desejo de conhecer Juiz de Fora sob um olhar diferente, a partir da “história silenciada de locais” da cidade. Nota-se que palavras como “conhecer” e “conhecimento” apareceram em 18

de 25 respostas. A maioria mostra um interesse específico em aprender e entender o papel desempenhado pelas pessoas negras na construção da cidade. “Conhecer a história da minha ancestralidade” apareceu mais de uma vez e ao se considerar que muitos dos respondentes são nascidos na cidade essa afirmação faz ainda mais sentido. Ainda, alguns demonstraram interesse não somente em aprender, mas também em interagir com pessoas engajadas no tema da caminhada por meio do “conhecimento, [da] escuta e [do] compartilhar” (Respondente 24, inserção nossa). Ao pensar na experiência da pesquisa de campo em que os visitantes e o guia pouco interagiram entre si, nos parece que essa ideia do “compartilhar” foi vacante, especificamente nas visitas que participei. Em visitas anteriores, tive a impressão de os visitantes conversarem mais e, de fato, compartilharem algumas impressões sem que o guia solicitasse. De toda maneira, as motivações para participar do passeio são diversas, mas convergem no interesse em conhecer a história negra de Juiz de Fora, seja por curiosidade pessoal, acadêmica, profissional ou mesmo por pertencimento.

Agrupamento 2: Familiaridade com narrativas negras

Quanto à familiaridade com histórias e narrativas com pessoas negras como personagens principais, relativas às perguntas do agrupamento 2, somente dois afirmaram não ter essa afinidade; quando esses têm contato com essas narrativas, o fazem por meio de palestras. Por outro lado, a maior parte apontou mais de um meio por onde acessam conteúdos que os familiarizam com a temática; os mais frequentes foram os livros, as redes sociais, séries, filmes e palestras; a religião está em duas respostas.

Agrupamento 3: Conhecimento prévio e percepção sobre a cidade

Os participantes consideram seu nível de conhecimento sobre a história da cidade bom ou razoável antes do passeio. Por outro lado, quase todos responderam ter conhecimento baixo ou regular sobre a história e presença negra na cidade. Nota-se, portanto, um desnível entre esses dois pontos; interpretamos que esse desequilíbrio se dá em função de pouco conhecimento sobre narrativas afrocentradas *versus* maior conhecimento sobre narrativas brancas ou hegemônicas. Cabe colocar que não há na cidade, além da CJFN, iniciativas amplamente divulgadas que apontam para ações afirmativas de causa negra.

No que toca à diversidade cultural da cidade, as respostas se dividem um pouco mais. Isso porque doze (12) consideram Juiz de Fora diversa culturalmente, sete (7) não estão certos disso e três (3) não assim a consideram. Muitas respostas mencionam a variedade de eventos culturais, sobretudo os de música, e outros enfatizam a presença de comunidades étnicas como

árabe, asiática e europeia, mas alegam pouco destaque para as comunidades africanas. Nas respostas intermediárias e negativas, a segregação é considerada um fator que influi na pouca diversidade cultural da cidade, “muito focada na cultura alemã e italiana” (Respondente 5). Essa observação sobre o enfoque nas culturas de origem europeia corrobora a percepção do desnível entre o conhecimento de narrativas afrocentradas *versus* narrativas eurocentradas na cidade.

Agrupamento 4: Avaliação do passeio

De maneira geral, as experiências no *tour* foram positivas. Quase todos os respondentes deixaram comentários positivos e pouco lacônicos; eles destacaram o conhecimento transmitido pelos guias e a interação durante a visita. Como exemplo tem-se: “O dinamismo de andar pela cidade é algo bem bacana, a linguagem é fácil e acessível e a musicalidade envolvida pelo guia também foi bem legal” (Respondente 24). A maioria absoluta, vinte e três (23) pessoas, afirmou que participaria novamente, o que reforça sua experiência positiva.

Por outro lado, menos da metade dos respondentes comentaram a sua opinião sobre os pontos negativos por eles percebido. Dois comentários apontam para uma dimensão técnica do *tour*: um coloca que a duração é muito longa e outro que a acessibilidade do roteiro para pessoas de baixa mobilidade é praticamente nula. Outro comentário traz foco para o conteúdo da caminhada, acusando a falta de uma “contextualização do desenvolvimento da cidade através do tempo” (Respondente 2). A divulgação do passeio também foi mencionada como um ponto para melhoria – o mesmo respondente acredita que se o *tour* for mais bem divulgado, um público maior pode ser alcançado. Uma sugestão foi a criação de um material complementar, impresso ou digital, para apoio das informações apresentadas e para aprofundar o entendimento sobre os locais visitados e sua relação com a história negra na cidade.

Dessa maneira, as experiências no *tour* são majoritariamente positivas, mas pode-se entender que há espaço para aprimoramento. Com alguns ajustes, será possível fazer caminhadas que sejam mais inclusivas, acessíveis e mais bem aprofundadas. Dessa maneira, a experiência positiva não se esgotará no conhecimento compartilhado pelos guias e irá além do roteiro percorrido.

Agrupamento 5: - Importância do passeio e mudanças na percepção da paisagem

A maioria das respostas avalia como de “extrema importância”, “fundamental” ou “muito importante” conhecer a história negra da cidade através de um passeio como a

Caminhada JF Negra; muitos parecem entender que essa experiência proporciona *uma outra perspectiva* do território e a maneira como este foi ocupado através do tempo. Os respondentes ressaltaram os apagamentos históricos sofridos pela população negra e entendem a CJFN como uma maneira de reafirmação e valorização de uma memória coletiva e uma possibilidade de evitar que se repita no momento presente “o preconceito praticado no passado”. O papel educativo do passeio é lembrado por algumas respostas, seja no nível pessoal seja no social. O conhecimento não somente intelectual é também apontado: “Acho importante que aqui aprendo para além do teórico, aprendo com o corpo e tenho a possibilidade de ler como está o cenário de hoje e como dialoga com esse passado recente” (Respondente 7).

Em relação à conexão com a história da cidade, todos os participantes afirmaram ter se sentido mais conectados com a história da cidade após o passeio. Muitos aprenderam com as novas informações e, assim, aumentaram a “abrangência do conhecimento” sobre os espaços visitados. Alguns relataram que se sentem mais motivados a compartilhar informações sobre os locais por onde a CJFN passa, com outras pessoas. Algo recorrente nas respostas foi uma tímida tendência à percepção de um impacto emocional e identitário. Isso porque, para muitos, o *tour* representou um alargamento no seu senso de pertencimento, o que fortalece a sua autoestima e a relação com a cidade e a importância do contato com as memórias trazidas pelo passeio.

Três (3) pessoas afirmaram que o passeio não mudou sua percepção sobre a cidade de Juiz de Fora; isso porque elas parecem ter confirmado uma impressão prévia. O Respondente 23 disse ter conhecimento regular sobre a história da cidade e afirma não entender Juiz de Fora como uma cidade culturalmente diversa. Ao responder se o passeio mudou a sua percepção sobre a cidade, ele coloca “Não, sempre entendi esta cidade como uma cidade com alto grau [sic] de racismo e exclusão” (Respondente 23). Destacamos este comentário por ter sido o mais contrastante. Em comparação com os demais, além de o passeio não ter mudado a percepção desta pessoa sobre a paisagem, esta resposta é parece pouco otimista.

Contudo, a maior parte das respostas indica que o *tour* proporcionou uma ressignificação da paisagem da cidade, especialmente ao levantar aspectos históricos e sociais antes pouco ou nada percebidos pelos visitantes. A compreensão sobre como o centro da cidade espelha a segregação espacial foi mencionada mais de duas vezes. Nas afirmações houve uma aproximação entre segregação e processo de construção da cidade. Além disso, para a maioria, o passeio evidenciou a importância de personagens negros que não fazem parte da narrativa oficial da cidade, permitindo um olhar mais crítico sobre Juiz de Fora. Dessa maneira, acredita-se que a interpretação da paisagem por parte desses respondentes pode ter sido alterada como

resultado do passeio; isso de forma que a CJFN influenciou e provocou uma outra maneira de ver a paisagem juizforana.

A mudança na forma de observar a cidade também foi apontada de forma que a resposta da última pergunta do agrupamento foi parecida com as respostas das duas primeiras. Muitos relatam que desde que fizeram o *tour*, passaram a enxergar alguns espaços e, portanto, a paisagem, de maneira diferente, entendendo as desigualdades que até os dias atuais se refletem no espaço:

me fez refletir [sobre] o peso sobre a história negra bem no local onde cresci e o quanto ainda temos a percorrer. Já tinha o conhecimento da desigualdade social existente na cidade, mas entender a fundo desde o início dessa história e como [isso] reflete nos dias atuais. (Respondente 13, inserção nossa)

Segundo os respondentes, o passeio trouxe maior senso de pertencimento; para outros, foi possível imaginar “lugares e especialidades negras na cidade”. Um deles, afirma “descobri que a cidade não é só de branco para branco” (Respondente 20). Em suma, o *tour* proporcionou uma experiência de mudança na percepção sobre a cidade e nas informações por eles até então desconhecidas e colocou em evidência a segregação racial presente na organização do centro da cidade. Mais uma vez, reflexões sobre pertencimento e memória permearam as respostas.

Agrupamento 6: Mudanças provocadas pelo tipo de iniciativa

As respostas evidenciam que esse tipo de iniciativa contribui significativamente para a mudança das narrativas históricas ao veicular perspectivas antes silenciadas. Muitos dos participantes ressaltaram a importância de apresentar histórias de maneira mais plural, reconhecendo as contribuições de outras populações na construção da cidade. Além disso, a caminhada é percebida como elemento educativo que pode oferecer diferentes maneiras de compreensão que não somente intelectual:

Conhecer o espaço transitando por ele, há um grande impacto; saber da história de uma população através de nomes de pessoas que viveram aqui, deixa a situação mais palpável; transitar pelo espaço e poder trocar ideia sobre o que está sendo visto, ajuda a elaborar a realidade (Respondente 7).

Outro ponto central nas respostas é o papel dessas iniciativas na promoção da diversidade cultural e no fortalecimento da identidade da população negra. Os participantes reconhecem que ações como a CJFN não apenas compartilham conhecimento, mas ajudam a combater estereótipos e a construir referências mais positivas, contribuindo para um futuro promissor de toda a sociedade. Um respondente coloca:

A caminhada valoriza a história e as contribuições de pessoas negras, muitas vezes invisibilizadas, fortalecendo as identidades de quem pertence a história da cidade, educando o restante da população sobre a riqueza e importância dessas vivências. Estimula o turismo cultural e promove reflexões sobre desigualdades históricas. (Respondente 24).

As reflexões desse agrupamento indicam que a CJFN está para além da simples transmissão de conhecimento que tem como ponto central pessoas negras na cidade. Elas mostram que a caminhada influencia positivamente na forma como vê-se a paisagem urbana, de maneira que novas camadas de significado possam surgir, ao mesmo tempo em que se “fortalecem identidades”, como colocado pelo Respondente 24. Percebe-se que muitas das reflexões se aproximam de um senso de identidade coletiva pouco mais consciente de questões raciais.

3.3 Entrevistas

As entrevistas realizadas com Jorge, Leandra e Bárbara tiveram cerca de uma hora de duração cada uma. Dessa maneira, foi possível conversar com os membros da produtora individualmente e ter contato com algumas de suas percepções, que se compartilhadas em um grupo focal, por exemplo, poderiam ser diferentes. Jorge (entre 30 e 39 anos) é um homem cisgênero, negro de pele retinta e Leandra (entre 18 e 29 anos) é uma mulher cisgênero, de pele branca. Os dois são graduados em História e têm pós-graduação em andamento em História. Bárbara (entre 18 e 29 anos) é uma mulher cisgênero, negra de pele retinta e graduada em Turismo, com curso de formação em Guia de Turismo e pós-graduação em andamento voltada para negócios. Cabe colocar que, conforme se observou na pesquisa de campo e em outros momentos participando da CJFN, embora Bárbara tenha formação em guiamento turístico, Jorge é a pessoa que geralmente está à frente do passeio. Em todos os pontos visitados Jorge abriu um espaço para que Bárbara se manifestasse, caso assim o quisesse.

As perguntas direcionadas aos participantes foram feitas com base no roteiro anexo. A entrevista semiestruturada aconteceu em formato de conversa, por meio da plataforma *Google Meet*. Dessa maneira, a conversa se desenvolveu quase que organicamente e, por isso, tivemos alguma abertura para mudar a ordem das perguntas. A sua análise, também por isso, parte de uma categorização indutiva e não dedutiva. Portanto, foram estabelecidas 5 categorias identificadas a partir da repetição de temas nas respostas:

Quadro 4 – Categorias para análise das entrevistas

Número	Categoria
1	Construção e escolha dos pontos da caminhada
2	Percepção da paisagem 2.1 Olhar para a cidade não é mais a mesma coisa 2.2 Silenciamento e memória racial
3	Oralidade como fonte
4	Impacto e transformações 4.1 Impacto percebido nos visitantes 4.2 Impacto na própria vida
5	Dualidade entre resistência e desgaste 5.1 Na realização da caminhada 5.2 Racismo

Fonte: Elaboração própria

1. Construção e escolha dos pontos da caminhada

Os entrevistados entendem que a escolha dos locais da caminhada não foi apenas um processo logístico, mas, segundo eles, foi parte da construção intencional de narrativas. A ideia era dar maior visibilidade à presença negra em um *tour* fluido e que passasse por pontos turísticos da cidade mais conhecidos. Bárbara destaca que a caminhada surgiu de seu Trabalho de Conclusão de Curso, ao perceber a ausência da história negra nas iniciativas turísticas da cidade; por outro lado, Jorge pontua que a caminhada foi resultado de um encontro das suas vontades de fazer um passeio baseado em pesquisas históricas e as habilidades em Turismo de Bárbara. De maneira geral, a seleção dos pontos de parada seguiu uma lógica de continuidade, conectando afroinscrições físicas ou simbólicas, como a Praça da Estação, o Cine Theatro Central e o Clube Social Negro. Essas escolhas parecem demonstrar um esforço de conexão do passado e do presente, ao passo em que desafia a invisibilização histórica da população negra na paisagem juizforana.

Leandra menciona que um dos critérios de seleção dos locais a serem visitados foi a viabilidade de contar uma história coerente e contínua. Na pesquisa de campo, porém, percebeu-se dois tipos de vazio enunciativo que questiona essas ideias de uma história contínua. Por um lado, há o vazio enunciativo dos guias para os participantes, por outro, dos participantes

entre si. Também, o fato de os pontos de parada não terem uma história que liga um ao outro nitidamente, dificulta o entendimento de um roteiro que liga históricas de forma contínua. Dessa maneira, embora a ideia de Leandra reforce que a caminhada não é uma visita constituída de pontos isolados, mas um processo narrativo, a concatenação dos pontos pode ser prejudicada. Essa percepção, no entanto, não reduz o cuidado na organização e planejamento do trajeto. Ao contrário, esse cuidado demonstra que não somente as afroinscrições são reveladas, mas podem ser produzidas novas camadas de significação da paisagem, transformando locais em espaços de memória.

No que se refere às marcas da presença negra na cidade, os entrevistados ressaltam que sem a caminhada muito provavelmente muitos dos elementos materiais ou imateriais destacados pela CJFN seriam despercebidos pela maioria das pessoas. Isso também é devido ao fato de que “é um estabelecimento de relações que vem da nossa cabeça, né? Isso, inclusive, faz parte do trabalho do pesquisador: você estabelece nexos entre pontos que a princípio as pessoas não perceberiam. E daí vem a novidade do trabalho” (Jorge). Entendemos que essa novidade vem acompanhada da interpretação dos elementos materiais e imateriais que são formas na paisagem que, recuperando Lima e Azevedo (2017, p. 94) “produzem laços de sociabilidade e identificação dos indivíduos com seu lugar de origem, fortalecendo a relação de pertencimento e apego ao lugar”. Outrossim, Bárbara entende que só seria possível para os visitantes verem ou perceberem essas marcas na paisagem se eles pesquisassem por conta própria e se fossem pessoas que “já têm um olhar mais apurado” (Bárbara).

Dessa forma, a caminhada revela não somente o que foi apagado ou ocultado, mas se mostra como o resultado prático de pesquisas feitas durante algum tempo e que têm maior foco na oralidade, como os entrevistados colocam. Além disso, a caminhada ressignifica espaços ao reinscrever neles a memória e vivências da população negra. Nesse sentido, as falas de Jorge e Bárbara sobre como a paisagem é constituída de elementos os quais somente quem “já tem um olhar mais apurado” consegue entender se alinham com a concepção de Cosgrove (1983). Para ele, a paisagem não é um cenário físico, mas um conjunto de símbolos e significados culturais que podem ser lidos de diferentes formas, a depender do olhar do observador.

Nesse sentido, a ideia de que a caminhada produz novas camadas de significação da paisagem pode ser entendida como uma forma de leitura da paisagem. Assim, essa leitura guiada pela caminhada reforça a paisagem como um texto (Besse, 2014) vivo que versa sobre memórias, locais, atualidades e identidades negras.

2. Percepção da paisagem

De acordo com os entrevistados, a CJFN parece transformar a visão sobre a cidade, deslocando o olhar dos participantes para narrativas antes despercebidas. Da mesma maneira, eles demonstram ter sua própria visão afetada também. Embora Bárbara seja uma das idealizadoras do roteiro, ela relata que ao realizar o percurso pela primeira vez passou a perceber a paisagem urbana de maneira diferente, notando contrastes espaciais que antes não observava. Leandra afirma essa mudança no próprio olhar ao colocar que

[...] não conseguia ficar refletindo para além, mais do que só aquele espaço que eu circulava. E depois da caminhada, agora eu fico toda boba, todo lugar que eu olho, eu fico assim: não, para aqui.[...] Você passa a ter assim, eu acho, que uma outra percepção, quando você anda pela cidade no sentido de não andar alheio, aquilo aleatório, só no automático da coisa, sabe?

Nessa fala percebe-se que a paisagem, como Berque (1998) sugere, é plurimodal (Berque 1998 *apud* Queiroz, 2023), além de ser marca e matriz. Como marca ela é algo apreendido conscientemente, valorizado por uma experiência e que pode ser julgado tanto por uma moral quanto matriz. Nesse sentido, a CJFN faz o objetivo trabalho de apresentar a paisagem a partir da perspectiva afrocentrada, resultado do trabalho de pesquisa dos guias. A paisagem é matriz, de maneira a determinar o olhar e a experiência do sujeito – no caso de Leandra, ela diz não mais andar pela cidade “só no automático”. De certa maneira, as memórias, histórias, sons e mesmo emoções provocadas pela caminhada somam à percepção da paisagem, captada pelo olhar, mas também percebida pela cognição e pelas afetividades.

As falas indicam que a caminhada não apenas informa a história negra da cidade, mas influencia diretamente na maneira como o espaço urbano e a paisagem são percebidos pelos próprios organizadores. Assim, o *tour* tem efeitos que atingem não somente os visitantes; tais efeitos recaem sobre questões não-visíveis notadas por meio de *insights* e percepções dos locais.

Quando perguntados sobre os recursos de interpretação da paisagem disponíveis na cidade, os três entrevistados disseram nunca terem visto qualquer tipo de placa ou instalação que permita a interpretação feita pelo visitante por si só. A resposta de Jorge nos deixa saber que o que tem na cidade são placas de trânsito ou outras sinalizações parecidas, muito presentes no meio urbano, mas elas "não saltam aos olhos" (Jorge).

Dessa maneira, as pessoas precisam, literalmente, da sua subjetividade – nesse caso influenciada pela CJFN – para fazer a leitura da paisagem. Isso corrobora o que Besse (2014) acredita sobre a paisagem não ser um dado objetivo, mas uma representação cultural que toma contornos a partir do que as pessoas pensam, percebem e dizem sobre ela. Jorge e Leandra

concordam que sem recursos disponíveis para a interpretação da paisagem, é o trabalho do guia estabelecer nexos entre os pontos da caminhada que criam conexões entre locais da cidade e memórias. Novamente pode-se pensar em Besse (2014), que afirma que a paisagem pode ser acessada por meio de discursos, sistemas filosóficos e estéticos; dessa maneira ela é distanciada da possibilidade de uma leitura estática. Como consequência, são atribuídos novos significados a elementos fixos como a praça Negro Teophilo ou o próprio Cine Theatro Central.

Percebe-se que a caminhada é uma das maneiras pelas quais se pode vivenciar e experienciar a cidade, independentemente de estar na posição de ofertante ou visitante no passeio. Na caminhada são apresentados elementos de grande importância para a construção urbana e social de Juiz de Fora e é lembrado como o racismo tratou e trata de apagar uns elementos, geralmente negros, e dar maior foco a outros, geralmente eurocêntricos. Nesse sentido, torna-se ainda mais importante uma leitura racializada da paisagem, como feito pela CJFN. Ela acontece como **“uma potencialidade de afirmação dos povos subalternizados por meio das marcas de presença e pertencimento inscritas no espaço**, nas palavras e nas memórias dos corpos individuais/coletivos que as compõem e emanam” (Queiroz, 2023, p. 43, grifos nossos).

Nesse fluxo, e através da fala dos guias, nota-se que a conscientização sobre a racialidade na paisagem parece se solidificar; para os guias, principalmente, ao fazer e refazer o roteiro e o trajeto essa conscientização torna-se um modo de viver e ver o mundo. A medida em que uma rerepresentação do local é feita de forma afirmativa, há uma tomada de narrativa que resulta no entendimento da paisagem da cidade como reflexo de um *lugar negro* (Ratts, 2010) que reúne diversas vivências negras antes não contadas. Dessa maneira, a paisagem não somente reflete *lugares de negro*, ou seja, locais atribuídos às pessoas negras e conseqüentemente marginalizados. A narrativa de memórias trazidas na Caminhada, são marcas de presença e pertencimento no espaço, além de uma maneira afirmativa de perceber a paisagem.

3. Oralidade como fonte

A oralidade aparece nas entrevistas como central na estrutura da caminhada e é uma característica comum aos *walking tours*. Além da temática afrocentrada, um diferencial está no fato de que para a estruturação do roteiro as pesquisas feitas foram com enfoque nos registros orais. Segundo os próprios entrevistados, a participação de Leandra e Jorge no grupo de pesquisas Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI, 2024) foi essencial para a construção do roteiro e para a oralidade como fonte principal de informação. De tal forma,

como aponta Leandra, “[...] as histórias das pessoas é a força motriz dos roteiros. A bibliografia é um suporte.” (Leandra, 2024).

Leandra reforça que a oralidade permite maior adaptação ao grupo de visitantes, tornando a caminhada uma experiência dinâmica e interativa, moldada conforme o público. Já Jorge destaca que a oralidade da caminhada não é apenas um meio de informar, mas um ato performativo, que, entendemos, em alguma medida é compartilhado entre as iniciativas de *walking tour*, independentemente do foco dado. Um dos diferenciais da CJFN é, com certeza, o fechamento do passeio marcado com uma canção e apresentação de Jorge no último ponto de visita. Bárbara acrescenta que esse aspecto da oralidade também dá alguma flexibilidade e autonomia aos guias para que eles possam reelaborar a caminhada a cada edição, permitindo que novos saberes sejam incorporados sem a necessidade de seguir um roteiro rígido.

Nesse sentido, guias de *walking tour* assumem o papel de capturar a atenção dos participantes e criar conexões afetivas com o que está sendo contado. Na CJFN há a conveniência de a oralidade ser um marcador cultural muito relevante e importante nas culturas africanas. Dessa maneira, a afrocentricidade da caminhada se robustece isso pois, além de seu aspecto físico, que é o próprio percurso, ela tem uma camada política que significativamente se soma à oralidade, encontrada em quaisquer passeios guiados. A CJFN é, ela própria, um espaço simbólico de reafirmação da tradição oral. O *tour* não apenas é um meio de transmissão ou compartilhamento de conhecimento, mas parece ser uma estratégia de resistência e reafirmação da cultura negra.

Entendemos que essas memórias narradas são também afroinscrições. Nesse sentido, a oralidade é usada como um recurso de interpretação da paisagem. Assim, aos visitantes são sugeridas perspectivas não-hegemônicas de leitura e (re)interpretação da paisagem. Leandra menciona que a caminhada impacta não apenas os participantes diretos, mas também aqueles que passam pelo trajeto e ouvem trechos das falas; isso nos parece um modo de ocupar a cidade com narrativas antes desconhecidas por boa parte das pessoas participantes ou transeuntes. Essas podem ser maneiras de ampliação da atuação do afroturismo como uma espécie de dispositivo de intervenção urbana. A CJFN, portanto, reinscreve a presença negra na cidade por meio da voz, do corpo e da ocupação simbólica do espaço urbano. Nesse sentido, ela própria pode ser uma afroinscrição.

4. Impacto e transformações

De maneira geral, os entrevistados relatam que a caminhada tem impacto significativo nos participantes e visitantes, alterando suas percepções sobre a cidade e a sua história negra. Leandra coloca que muitas pessoas relatam nunca mais enxergar Juiz de Fora da mesma forma após a caminhada, pois começam a perceber marcas que antes não eram notadas. Jorge reforça essa ideia ao afirmar que “ninguém sai da caminhada da mesma forma. Para o bem ou para o mal, algo acontece. As palavras têm poder”. Essa mudança acontece pela informação transmitida pelo guia para os visitantes que a assimilam durante o trajeto, ou pelo impacto emocional gerado ao longo do percurso.

Afirmações de Bárbara complementam as falas dos colegas quando ela expõe que algumas pessoas se emocionam ao se reconhecerem nas histórias contadas, demonstrando que essa experiência transcende o aprendizado informativo e se torna um momento de identificação e, mesmo, pertencimento. Esses relatos evidenciam que a caminhada não se limita à atratividade turística com fins de entretenimento. Ela se configura como uma possibilidade de transformação da visão da paisagem juizforana ao mesmo tempo em que contribui significativamente para a consciência socioespacial dos participantes.

Se por um lado a caminhada transforma a percepção dos visitantes, por outro ela impacta a vida dos próprios entrevistados. Como afirmado por Leandra, muitas pessoas e os próprios guias relatam não mais ver Juiz de Fora da mesma maneira após a caminhada, já que passam a perceber marcas antes invisibilizadas. Essa mudança acontece não somente pelo acesso às informações, mas também pelo impacto emocional mencionado anteriormente. Relacionamos isso a Cosgrove (1983) que pontua que a paisagem é, para além de um produto cultural, um agente ativo na reprodução de identidades e valores com os quais os participantes se sensibilizam.

Isso se dá não somente por ser um projeto empreendido por eles, mas também por ser um processo contínuo de aprendizado para aqueles que conduzem a experiência. Leandra compartilha que ao estudar e contar as histórias por eles trazidas ela aprofundou sua consciência racial e seu papel como agente na preservação da memória negra. Jorge, de outra maneira, afirma que produzir a caminhada o ajudou a fortalecer sua identidade como artista.

5. Dualidade entre resistência e desgaste

Além dos impactos positivos, a CJFN também é acompanhada de desafios emocionais. Ela trata de potências negras e ela própria é um exemplo disso. Contudo, o racismo é um contraponto sempre presente. Bárbara e Jorge, os dois integrantes retintos, mencionam mais de

uma vez o cansaço e o peso de lidar constantemente com a temática, apontando que conduzir a caminhada exige não apenas conhecimento histórico, mas um grande esforço emocional derivado do racismo. Em uma de suas falas, ele diz:

eu confesso que eu tô particularmente estou bastante cansado de fazer a caminhada. [...] Eu ainda vou pensar em alguma forma de passar isso para alguém, mas também não tive esse tempo. São muitas coisas que atravessam a gente, mas é só o acúmulo de cansaço mesmo, de ficar tanto tempo gritando racismo na rua. (Jorge)

Essa fala de Jorge pode ser pensada a partir das contribuições de Fanon (1986, p. 109 *apud* Hall, 1990), que descreve o olhar do outro como um mecanismo que pode levar ao despedaçamento do *eu* ou da subjetividade do indivíduo. Esse despedaçamento evidencia a violência simbólica causada pelo racismo de maneira parecida com a qual Jorge se refere. No contexto da caminhada a reivindicação da presença negra não deve conseguir romper com o processo de despedaçamento, mas ela atua na junção dos pedaços, de alguma maneira permitindo uma reconstrução dos sujeitos negros.

Ao refletir sobre as mudanças provocadas pela caminhada, nos visitantes principalmente, Jorge coloca: “Acho que ninguém sai da caminhada da mesma forma. Para o bem ou para o mal, algo acontece. As palavras têm poder. Racismo é uma palavra muito forte, e quando a gente fala, todo mundo para *pra* escutar” (Jorge). Nesse sentido, quando ele afirma que as palavras têm poder e a palavra “racismo” desperta a atenção das pessoas, ele parece apontar para o impacto discursivo dessa reflexão. Assim como a colocação de Fanon descreve os efeitos dos olhares que o fixam, a caminhada pode colocar os visitantes e guias diante de uma realidade inicialmente desconfortável. Contudo, é diante do desconforto que buscamos mudanças e, por isso, essa é também uma possibilidade de aprendizagem para pessoas brancas e negras juizforanas. Por um lado, pessoas brancas podem repensar práticas que ao longo do tempo trataram de oprimir a população negra e, por outro, a negritude pode ser pensada como fator fundamental para a identidade juizforana.

O historiador entende que além do cansaço de falar sobre racismo, há o peso de enfrentar a indiferença por parte da população que muitas vezes ignora ou minimiza as questões levantadas pela caminhada. Neste sentido, traça-se um interessante contraponto frente a uma das falas de Leandra. Ela relata ver, enquanto a caminhada acontece, o interesse de transeuntes, enquanto Jorge traz a perspectiva de indiferença direcionada à caminhada, ocasionada pelo racismo. Esses relatos deixam evidente que embora seja uma importante atividade para a resistência negra e, em alguma medida, atraia a atenção de pessoas que não estão diretamente

fazendo o passeio, a constante “luta” exige dos guias conhecimento, preparo e grande resistência emocional.

De tal maneira, cabe o questionamento: até que ponto a luta pode ser sustentada sem apoio e reconhecimento institucionais e do público de maneira geral? Se a caminhada é um espaço de resistência, ela também expõe seus realizadores a uma carga emocional intensa. Parece-nos nítido que essa carga pode ser amenizada com maior valorização e cuidado vindo de instituições como a prefeitura municipal e, mais especificamente, a fundação municipal responsável por cultura, a FUNALFA.

Bárbara entende que parte do desafio é devido ao desgaste dado pela dificuldade de consolidar a caminhada como um empreendimento sustentável financeiramente. Jorge aponta que apesar do impacto transformador positivo por eles sentido, o reconhecimento financeiro e institucional ainda é limitado porque as pessoas parecem não estar dispostas a pagar para participar. Isso é visível na maneira em que a procura é maior pelo passeio gratuito, quando o projeto é apoiado por editais de fomento à cultura. Por outro lado, é baixíssima a procura por um público disposto financeiramente. Apoiada por editais como o Percursos Negros (Antônio, 2022) e o Quilombagens (Juiz de Fora, 2022), a Caminhada pôde ser oferecida gratuitamente e com regularidade mensal durante os anos de 2022 e 2023. Entretanto, no ano de 2024, as poucas visitas realizadas tiveram como público instituições de ensino ou pessoas relacionadas à academia. Bárbara pondera:

“Tem a questão do preço... Porque quando a gente não está sendo apoiado por nada nem por ninguém, a gente precisa cobrar [...], mas a gente vai, vai indo, vai lutando. Vai tentando explicar. [...] Porque é chato. Parece que as pessoas estão desfazendo do que a gente está fazendo. A gente *tá* tentando levar uma informação, a gente cria uma coisa e tal. E aí, assim, algumas caminhadas não aconteceram” (Bárbara)

Esses desafios demonstram que há consistentes incômodos na realização da caminhada. Bárbara, mais especificamente, e os integrantes da produtora, de maneira geral, parecem entender que o público vê a caminhada muito mais como um projeto ativista do que profissional. Jorge também reforça essa questão, destacando que há uma ideia generalizada de que iniciativas voltadas para a cultura negra devem ser gratuitas ou filantrópicas, dificultando a valorização do trabalho dos guias.

Ele complementa refletindo que além da dificuldade financeira, há um desafio estrutural na forma como o afroturismo é percebido em Juiz de Fora. Isso porque, em suas palavras, a cidade ainda privilegia um turismo com pouca abertura para narrativas afrocentradas. Os relatos demonstram que a caminhada enfrenta obstáculos financeiros, mas

também uma resistência simbólica que reflete, invariavelmente, a marginalização da memória negra nos planos turísticos e culturais da cidade. Como vimos anteriormente, o próprio PMT da cidade não nomeia as “raízes africanas” identificadas como passíveis de contribuição para a formulação de produtos turísticos juizforanos. Retomando a citação, lembramos que lá consta:

“Foram definidas como características identitárias de Juiz de Fora:

1. Cidade Imperial: Origem no Caminho Novo; produção cafeeira; imigração; industrialização; pioneirismo; família Real em Juiz de Fora; transportes; **2. Raízes Étnicas: portugueses, africanos, alemães, italianos, sírios e libaneses.** 3. Centro Comercial: vocação comercial desde o Império; galerias e shoppings. 4. Vanguarda: saúde, educação, diversidade, cultura, entretenimento.” (PJF, 2020, p. 75, grifos nossos).

Talvez estejamos diante de um exemplo de dualidade entre resistência e desgaste, característica comum a iniciativas que desafiam a normatividade racial. O desabafo dos entrevistados nos deixa explícito que lutar cansa. É possível entender que, nesse sentido, o racismo estrutural se manifesta como uma resistência do público às narrativas negras. De maneira não anunciada, o que Sueli Carneiro nomeia como dispositivo de racialidade também se faz presente, já que, segundo os entrevistados, a sociedade juizforana tende a marginalizar conhecimentos negros. Na percepção deles, isso limita a adesão à caminhada.

Para que a atividade seja sustentável financeira e emocionalmente, é preciso que ela seja acompanhada de apoio, estrutura e reconhecimento por parte do público geral e das autoridades. Isso tende a garantir que os guias não se sintam fadados a um trabalho de constante denúncia de racismo. Pelo contrário, possivelmente teremos mais certezas da CJFN como um caminho viável e importante para a valorização da história e de memória negras na cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como um de seus pontos de partida a pergunta: o afroturismo pode funcionar como uma ferramenta de interpretação da paisagem? Ela, entretanto, nos levou a refletir sobre uma outra questão. Algo na frase não se encaixa bem... o que seria? Adiantamos que o problema é o termo *ferramenta*. Até entendermos isso, pudemos ter a certeza de que as perguntas eram muitas, mas o caminho do mestrado e da pesquisa é, mesmo, cheio delas.

Foi necessário escolher uma e responder as outras à medida que nos fosse possível. Assim, o objetivo geral foi compreender se o afroturismo pode ser um meio de interpretação da paisagem, como lentes de contato que mostram perspectivas afrocentradas de ocupação do espaço. Ao deslocar o olhar das formas espaciais disponíveis no centro de Juiz de Fora para a

maneira como se vê e narra o espaço, buscou-se compreender de que modo a Caminhada Juiz de Fora Negra promove a leitura afrocentrada da paisagem.

Em relação aos objetivos específicos, observou-se que os guiamentos interpretam as paisagens dos locais visitados a partir de um movimento narrativo que reposiciona os sujeitos negros como protagonistas de suas histórias e que significativamente influenciam os espaços urbanos. Elementos físicos como edificações e logradouros são revisitados pelos discursos dos guias, que convocam os participantes a perceberem a paisagem de forma crítica e afrocentrada. Assim, são reconhecidos tanto aspectos materiais da presença negra quanto os apagamentos que incidem sobre eles. Os efeitos transformadores da caminhada incidem não somente no público que a acompanha, mas também nos próprios guias e membros da Damata Cultural.

A pesquisa foi conduzida sob uma perspectiva qualitativa, sensível à experiência da pesquisadora, articulando observações em campo, entrevistas, questionários e análise dos resultados obtidos. A partir da imersão no campo e do diálogo com os sujeitos envolvidos na CJFN, foi possível identificar a paisagem como um campo de disputa constante, em que se sobrepõem apagamentos históricos e insurgências narrativas. A cidade material e simbolicamente se revela como um território de negação e silenciamento da presença negra, mas também como um solo fértil para reinscrições e resistências. O afroturismo, nesse contexto, atua como uma mediação potente entre passado, presente e futuro; mobilizando afetos, memórias e saberes.

Em termos teóricos, dialogamos com a noção de paisagem cultural, na qual se inscrevem e se apagam (ou sobrepõem) memórias. Assim, a paisagem, como uma construção social sensível, está impregnada de memórias e, em alguma medida, de disputas. Nesse contexto, as presenças negras frequentemente silenciadas ou invisibilizadas emergem através das afroinscrições, mobilizadas pelas práticas de *walking tours* afrocentrados – nesse caso, a CJFN. Ao dar ênfase às marcas negras na paisagem – materiais, imateriais e/ou simbólicas – compreendemos que os guiamentos oferecem uma maneira afrocentrada de reconhecimento e vivência da paisagem. Ao acompanhar a caminhada, pude registrar algumas impressões sensoriais e narrativas escolhidas pelos guias e as reações dos visitantes, importantes para o entendimento da caminhada como uma maneira afirmativa e afrocentrada de entendimento e interpretação da paisagem.

Assim, percebemos que a CJFN em específico e o Afroturismo, de maneira ampla, não são **ferramentas** de interpretação da paisagem. São mais que isso. Portanto, se você não percebeu o que soava estranho na pergunta, agora elucidamos: “o afroturismo pode funcionar como uma *ferramenta* de interpretação da paisagem?”. Uma ferramenta serve a um propósito,

implicando numa funcionalidade limitada. Dessa maneira, uma ilustração de diferentes ferramentas nos ajuda a construir esse argumento: usa-se um martelo para pregar ou retirar pregos de superfícies, mas usa-se a chave de fenda ou parafusadeira com parafusos. As complexidades que se encontram no afroturismo, como numa encruzilhada, não devem ser reduzidas a um instrumento; isso seria impossível. Esse entendimento nos atentou para o fato de que nós, pesquisadores, temos limitações que podem (e frequentemente devem) ser trabalhadas e questionadas pelos descobrimentos e *insights* gerados pela própria pesquisa²³, se assim nos permitirmos.

A caminhada transforma os modos de perceber a cidade ao reinscrever na paisagem os nomes, os corpos, as histórias e as memórias lembrados. O guiamento faz da experiência turística um ato político-pedagógico que provoca pensamentos e questionamentos nos visitantes. Como um deles lembra, a caminhada é como uma aula de história. A própria estrutura do passeio com as paradas e histórias não-lineares tensiona qualquer lógica que tradicionalmente não valoriza o que não está dito nas placas oficiais, mas pulsa nas memórias vividas e narradas. É como se a CJFN fosse uma forma de divulgação dos resultados de várias pesquisas, que aproxima pessoas muito mais do que a escrita de um ou outro artigo, dissertação ou tese. É uma pesquisa cujos resultados se popularizam pelo guiamento.

Ao refazer o caminho do centro da cidade por meio das histórias negras, o passeio desloca a centralidade das histórias oficiais e afirma outras concepções e percepções espaciais com as quais se passa a conhecer (ou reconhecer) pontos turísticos na cidade. Como destacaram os membros da Damata Cultural, os desafios enfrentados cotidianamente revelam que a caminhada é, ao mesmo tempo, uma forma de resistência e um espaço de tensão. Bárbara recorda que, desde o início, a caminhada foi vista mais como um projeto ativista do que como um serviço profissional que deve ser remunerado. Em alguma medida, isso evidencia a dificuldade de legitimação de propostas que rompem com a lógica eurocentrada do turismo.

As entrevistas e os questionários demonstraram que a participação nos passeios gera impactos subjetivos nos diversos visitantes e nos próprios guias. Muitos relatam terem se sentido emocionados, tocados e provocados. Essa dimensão pareceu ser um dos mais potentes fatores da CFJN. Contudo, também foi possível perceber que o engajamento do público varia e que nem sempre a provocação feita durante os *tours* se efetiva. Esta constatação poderá ser mais bem afirmada e investigada por pesquisas posteriores; ela poderá indicar o nível de

²³ Cabe colocar que no caso dessa dissertação, as considerações levantadas pela banca de qualificação foram fundamentais para o estímulo à criticidade ao se pensar sobre o afroturismo.

engajamento do público e possíveis maneiras de chegar a ele que não seja somente via *Instagram* e dar pistas sobre o comportamento do público juizforano frente à cena cultural da cidade.

Dessa forma, a CJFN, além de dar maior visibilidade às afroinscrições, contribui para pensar e reapresentar os locais visitados a partir de um conjunto epistemológico afrocentrado. Em outras palavras, ela ativa uma maneira específica de ver e interpretar o mundo, algo comum às atividades e experiências afrocentradas. Trata-se, portanto, de uma maneira de interpretar a paisagem que se ancora em vivências da população negra, oferecendo, assim, um modo de conhecer o espaço que se contrapõe às narrativas hegemônicas. Embora enraizada nas experiências negras, essa epistemologia não se restringe a elas; ela amplia a possibilidade de leitura da cidade para todos os sujeitos, ao mesmo tempo em que convoca percepções, sentidos e, de certa forma, vínculos com os territórios.

A caminhada propõe uma forma de significação da paisagem que reforça seu potencial pedagógico, mas também se afirma como prática política. Nesse sentido, o afroturismo, tal como praticado pela CJFN, se revela um gesto de insurgência epistemológica que reposiciona os sujeitos negros no centro da experiência turística e, simultaneamente, oferece à cidade um horizonte mais plural.

Diante disso, reafirmamos que a pesquisa desenvolvida se insere no campo das Geografias Negras; propõe-se a um olhar sensível às práticas espaciais afrocentradas e aos seus modos de ver e viver a paisagem. Essa dissertação contribui para o alargamento do repertório analítico da Geografia, realocando o olhar para a paisagem como campo de leitura, interpretação e entendimento de referências negras. A atuação do coletivo Damata Cultural e a CJFN evidenciam a importância de pensar a paisagem a partir de uma perspectiva que sirva às pessoas negras e as reinscreva por meio de uma prática coletiva, que pode ser afetiva, pedagógica e profissional.

De maneira geral, poucas foram as limitações da pesquisa; em comparação com o projeto inicial, o que não se cumpriu foi a investigação em Ouro Preto (MG) e na Pequena África (RJ). Esta foi uma questão discutida pouco antes da etapa da qualificação e, portanto, pouco influenciou no andamento do trabalho. Contudo, fazemos ponderações que vão no sentido de ampliar as análises dos dados ou sugerir possíveis caminhos para outras pesquisas. O recorte empírico centrado na Caminhada Juiz de Fora Negra permitiu uma análise mais aprofundada, mas que não necessariamente reflete a realidade de outras iniciativas de afroturismo com o mesmo viés. A comparação com outras caminhadas negras realizadas em

diferentes contextos geográficos e/ou outras metodologias de guiamento pode apontar resultados mais diversificados.

Outra limitação se relaciona à composição dos sujeitos entrevistados e dos que responderam ao questionário, que incluiu os guias e participantes engajados. Essa escolha acabou por priorizar as vozes daqueles já sensibilizados pelas temáticas raciais e culturais. Isso pode ter restringido a compreensão de outras formas de recepção ou resistência à caminhada por parte de públicos menos familiarizados com os temas abordados. Com o relato dos moradores e da comunidade que habita os locais por onde passa a caminhada, pode-se ter noção se a CJFN, particularmente, e/ou a atuação do afroturismo, de maneira geral, causam reações de orgulho, apropriação, indiferença, incômodo e afins. Isso ajuda a avaliar os impactos sociais e simbólicos das atividades nos locais específicos e permite a compreensão de outras potencialidades ou fragilidades do afroturismo.

Como desdobramentos possíveis, apontamos a necessidade de fortalecer políticas públicas que reconheçam e incentivem iniciativas de afroturismo. A caminhada oferece algumas possibilidades para a prefeitura e Secretaria de Turismo se inspirarem e repensarem aspectos do plano de turismo, sobre o qual foi falado: no documento, a quais raízes étnicas africanas se refere? Se ainda não sabemos, podemos usar as pistas e afroinscrições apontadas pela CJFN para descobrir.

Considerando o potencial das caminhadas como formas de leitura da paisagem, entendemos que tais experiências podem ser compreendidas também como práticas de letramento racial e territorial. Além disso, pesquisas que dialoguem com perspectivas decoloniais e articulem arte, educação e turismo podem aprofundar o entendimento sobre o papel dessas práticas na construção de outras narrativas na percepção da paisagem, não necessariamente negras.

Como diria um professor conhecido, a dissertação se encerra aqui, mas a pesquisa não. Acreditar o contrário seria negar a potência que se materializa neste trabalho e é combustível para muitos outros. Fica para nós a convicção de que olhar a paisagem com olhos afrocentrados é um gesto de resistência que reconhece e valoriza nossa existência. No caminhar coletivo, nas palavras ditas em voz alta e nas histórias emocionadas construiremos uma geografia viva e sensível. Uma geografia que pode não caber nos mapas tradicionais, mas pulsa nas ruas, nos corpos e nos silêncios que insistem em ser quebrados – e continuarão sendo, até que isso não faça mais sentido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFROTOURS. **Muito prazer! Somos a AFROTOURS!**, 2023. Disponível em: <https://afrotours.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

AGENDA BAFAFÁ. **Largo da Prainha, point do samba na região portuária do Rio de Janeiro**. 2023. Disponível em: <https://bafafa.com.br/turismo/comer-beber/largo-da-prainha-point-do-samba-na-regiao-portuaria-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 17 jul. 2024.

AGUILAR, E. **Como um manuscrito medieval escondeu um texto de Arquimedes**. 2019. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/ciencia/como-um-manuscrito-medieval-escondeu-um-texto-arquimedes_1089. Acesso em: 26 ago. 2024.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019, 264 p.

ALVES, F.A. O. Roteiros de memória: O papel dos guias de turismo na preservação da memória afrodescendente na Zona portuária carioca. **Novos Debates**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2024. DOI: 10.48006/2358-0097/V8N2.E8210. Disponível em: <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/329>. Acesso em: 01 set. 2024.

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013. Acesso em 01 set. 2024

AQUINO, R. **Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades**. 2018. 155f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47694>. Acesso em 03 jun. 2023.

ARRAES, E. F. **Cobblestone streets lined by Portuguese colonial buildings, after the rain, against an overcast sky**. [2020]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto/cobblestone-streets-lined-by-portuguese-colonial-imagem-royalty-free/1204532541?adppopup=true>. Acesso em 22 ago. 2024.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity**. 2009. Disponível em: <http://www.asante.net/articles/1/afrocentricity/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ASANTE, Molefi K. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. **Ensaios Filosóficos**, v. XIV, p. 9–18, 2016. Disponível em: http://ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/02_ASANTE_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIV.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024

BARBOSA, E. F. F. M. TURISMO: a percepção de quem lê e vê a paisagem. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 2, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4838>. Acesso em 09 ago. 2024.

BARBOSA, S. C. **Afroturismo, uma tendência mundial**. 2021. Disponível em: <https://hub.wtm.com/pt/artigos/turismo-social-e-comunitario/afroturismo-uma-tendencia->

mundial/. Acesso em: 01 dez. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHOLOMEU, M. C. Por um conceito propriamente geográfico de paisagem: uma questão de perspectiva(s) **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 9-28, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v8n15a01.pdf>. Acesso em 04 dez. 2023.

BANAGAN, J. W. **Ouro Preto, Minas Gerais, Brazil**. [2022]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto/ouro-preto-minas-gerais-brazil-imagem-royalty-free/1371281214?adppopup=true>. Acesso em 22 ago. 2024.

BASSI, F; CUNHA, R; BARATA, D. A festa do Bembé do mercado: ancestralidade, “oralituras” e presenças estéticas. **Revista Landa**, S.I., v. 9, n. 1, p. 328-366, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218544>. Acesso em 09 fev. 2025

BATISTA NETO, Amadeu Correia; SILVA, Pedro Diogo Bento da; ALMEIDA, Antonio Cavalcante de; LIMA, Anna Érika Ferreira; SILVA, Cristiane Sousa da. A JEUM BÓ: a importância patrimonial cultural das comidas votivas de (para o) afroturismo como atrativo turístico. **Turismo & Cidades**, São Luís, v. 4, n. 10, p. 140-157, jun./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/19426>. Acesso em 05 de fev. 2025.

BECKER, E. L. S. Geografia e Turismo: Uma Introdução ao Estudo de suas Relações. **Revista Rosa dos Ventos**, v.6, (I), p. 52-65, 2014.

BENJAMIN, S; DILLETTE, A; ROBINSON, E. Black travel is not a monolith. **Tourism Geographies**, v. 26, n. 1, p. 13-31, 2024. <https://doi.org/10.1080/14616688.2022.2149848>.

BENI, M. C. (2004). **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

BENTO, M. A. S. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M. A. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL *In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em 25 set. 2024.

BERQUE, A. Introdução. *In: BERQUE, A. Cinco propostas para uma teoria da paisagem*. (tradução de Vladimir Bartalini) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013, p.25-30.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.84-91.

BERQUE, A. Onto/logique du paysage et dépassement de la modernité. Colloque AQAPA “À Qui Appartiennent les Paysages en Asie?”. **Tours**, Jan 2019. Disponível em: <https://aqapa.hypotheses.org/files/2019/01/Berque-Onto.logique-du-paysage.pdf>. Acesso em

28 ago. 2024.

BESSE, J. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

BRANDÃO, A. L. R.; CORIOLANO, L. N. M. T. Eixos do turismo: convencional e contrahegemônico em Jericoacoara-CE. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, SP, v. 3, n. 23, p. 101-126, maio/ago.2016. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Diagnóstico das políticas de Afroturismo no Brasil. 2024, 68p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Edital 01/2024. UNESCO/MTUR Contrata Consultor na modalidade Consultor Individual. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/chamadas-publicas-e-selecoes/chamadas-publicas-e-selecoes>. Acesso em 12 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Levantamento aponta tendência de crescimento na busca por viagens no segundo semestre de 2024. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/levantamento-aponta-tendencia-de-crescimento-na-busca-por-viagens-no-segundo-semester-de-2024>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Walking tour*: novas experiências no passeio turístico. novas experiências no passeio turístico. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/walking-tour-novas-experiencias-no-passeio-turistico-2#:~:text=Os%20walking%20tours%20s%C3%A3o%20uma,ao%20turista%20uma%20experi%C3%Aancia%20completa..> Acesso em: 15 jul. 2024.

CABRAL, A. K. P. Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. 3er CONGRESO VIRTUAL DE TURISMO CULTURAL NAYA, 2005. Buenos Aires-Argentina, 2005.

CALIXTO, F. **O afroturismo e o papel da Embratur, por Tânia Neres**. PANROTAS, 2023. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/gente/reconhecimento/2023/08/o-afroturismo-e-o-papel-da-embratur-por-tania-neres_198734.html. Acesso em: 18 jun. 2024

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. Bertrand Brasil, 2005.

CAMI FRANÇA. [Sem título] 10 jul. 2020. Instagram: @cami_franca. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CCee-RQp6PB/?igsh=MTkxdG8xMG0wY2w5aw==>. Acesso em 24 ago. 2024.

CANDIDA, S. **Pequena África, roteiro em homenagem ao continente, ganha novas atrações**. 2016. Publicado no Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-roteiro-em-homenagem-ao-continente-ganha-novas-atracoes-18964630>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metr pole**. São Paulo: Labur Edi es, 2017, 2^a ed, 317p.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a constru o do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, U. W. **FOOTING**: qual   o significado e a tradu o de “FOOTING”? 2024. Disponível em: <https://www.teclasap.com.br/footing/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradu o de Luciano Vieira Machado. 5. ed. São Paulo: Estac o Liberdade: UNESP, 2006.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart Geraldo. QUE VENHAM OS IMIGRANTES! - crise política e questão imigratória em Minas Gerais e Rio de Janeiro no alvorecer da República. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 127-149, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG228155246>.

CIRQUEIRA, D. M. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos**. Disserta o (Mestrado em Geografia) – IESA, Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/33ceec9b-1c43-48eb-9862-0a8fdb5cbeac>. Acesso em 05 jul. 2024

CIRQUEIRA, D. M.; GUIMARÃES, G. F.; SOUZA, L. F. Introdu o do Caderno Temático “Geografias Negras”. **Revista da Associa o Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especial, p. 3-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2023.v19i38.15739>.

CIRIZA, A. A rejei o incandescente do Brasil   Copa do Mundo. **El País**. [S.L.], abr. 2024. Esportes, p. 1-1. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/20/deportes/1398022778_861497.html. Acesso em: 01 ago. 2024.

COLES, T; TIMOTHY, D. My field is the world: conceptualizing diasporas, travel, and tourism. In: Coles, Tim & Timothy, Dallen (eds.). **Tourism, Diasporas and Space**. London, Routledge, pp. 1-29. 2004.

COLLOT, M. **Poética e filosofia da paisagem**. Rio de Janeiro: Ed. Oficina Raquel, 2013.

CONECTANDO TERRITÓRIOS. **Quem somos?** 2015. Disponível em: <https://conectandoterritorios.com.br/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CORRÊA, G. S; MEIRELES, M. M. Eurocentrismo e colonialidade nos livros didáticos de Geografia: narrativas, hierarquias e disputas epist micas. In: TONINI, I. M; GOULART, L. B; KAERCHER, N. A; MARTINS, R. E. M. W; COSTELLA, R. Z. **Geografia e livro didático: para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2019. 241p. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Geografia%20e%20livro%20didatico%20-%20e-book.pdf>. Acesso em 20 out. 2024.

CORRÊA, M. L. **Quilombo Pedra do Sal**. Belo Horizonte: Fafich, 2016. 16 p.

CORRÊA, R. L. DENIS COSGROVE – A PAISAGEM E AS IMAGENS. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 29, p. 7–21, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3528>. Acesso em: 12 set. 2024

CORRÊA, R. L. A Paisagem Geográfica - Uma Bibliografia. **Espaço e Cultura**, n. 4, p. 50-54. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6774>. Acesso em 15 Ago. 2024.

CORRÊA, R. L. Sobre Geografia Cultural. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. 2009. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibucioes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: Paisagem, Tempo e Cultura. CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 [1989], p. 219-237.

COSGROVE, D. Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes. In: GREGORY, D; WALFORD, R. (orgs.). **Horizons in Human Geography**. London: Macmillan Press, 1989. 444 p.

DA SILVA, C. H. C. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. 47-62, 2012.

DAMATA CULTURAL. **Hoje nosso #tbt traz um pouco de um dos pontos preferidos do público na Caminhada Juiz de Fora Negra!**. Juiz de Fora, 06 de abr. 2023. Instagram: @damatacultural. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqtStKoPqcU/?igsh=M3I3Zm9keXI4Zm1p>. Acesso em 21 ago. 2024.

DIAS, G. S. **Porque o afroturismo é necessário e urgente e foi pauta do Abav Collab**. 2020. Disponível em: <https://guianegro.com.br/porque-o-afroturismo-e-necessario-e-urgente-e-foi-pauta-abav-collav/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DIASPORA.BLACK. **Página Inicial**. 2024. Disponível em: <https://diaspora.black/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DONATO, M. Copa no Brasil, dez anos: o 7×1 foi o menor dos problemas. **Outras Palavras**. [S.L.], [s.p.]. 10 jun. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/copa-no-brasil-dez-anos-o-7x1-foi-o-menor-dos-problemas/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

DUMANI, J. LAROYÊ SAMBA: OS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS DO SAMBA. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 131–146, 2023. DOI: 10.29327/269579.6.2-11. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6578>. Acesso em: 5 set. 2024.

EAVES, L. E. **Black geographic possibilities: On a queer Black South**. *Southeastern Geographer*, v. 57, n. 1, p. 80-95, 2017.

EMBRATUR. Afroturismo é o eixo central da Embratur”, afirma presidente da Agência. 2023.

Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/08/31/afroturismo-e-o-eixo-central-da-embratur-afirma-presidente-da-agencia/#:~:text=A%20Embratur%20tem%20investido%20no,dentro%20e%20fora%20do%20pa%C3%ADs..> Acesso em: 18 jun. 2024.

UFMG, Espaço do Conhecimento. **Tecnologia Ancestral Africana**: os símbolos adinkra, 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FAERMAM, L. **Pesquisa Participante no âmbito das Ciências Sociais**. Revista de Ciências Humanas, UNITAU, v. 17, n. 1, p. 41-56, 2014.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLIPAR. **As cidades históricas mais visitadas do Brasil**. 2023. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/webstories/flipar/2023/10/5138466-as-cidades-historicas-mais-visitadas-do-brasil.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Crescimento do afroturismo é pauta em Brasília. 2023. disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/papo-de-resposta/2023/06/o-afroturismo-entra-na-pauta-provocado-pela-diasporablack.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANÇA, W. F. **Entre a memória e o esquecimento**: os monumentos na construção das identidades de Petrópolis - Rio de Janeiro. 2023. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16173>. Acesso em 06 out. 2024.

G1 ZONA DA MATA. **Prefeitura de Juiz de Fora apresenta projeto 'Visão JF 2030' de integração regional da Zona da Mata contra crise**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/12/13/prefeitura-de-juiz-de-fora-apresenta-projeto-visao-jf-2030-de-integracao-regional-da-zona-da-mata-contra-crise.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GROSFOGUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Periferia, 1(2), 2012.

GROSFOGUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022003000100008>.

GUIMARÃES, G. F. **Frantz Fanon nos estudos geográficos patrimoniais**. In: Uberlândia: X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528682989_ARQUIVO_FrantzFanonnosestudosgeograficospatrimoniais_textocompleto.pdf. Acesso em 07 jul. 2024.

GUIMARÃES, G. F. **Geo-grafias negras & geografias negras**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. Ed. Especial, p. 292-311, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866>. Acesso em 01 mai. 2023.

GUIMARÃES, G. F. **Territorialidades silenciadas e apagadas que se tornam visibilizadas por meio da poética negra**. (SYN) THESIS, v. 9, n. 2, p. 31-40, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/synthesis.2016.46027>.

GUIMARÃES, G. F. **O conceito de lugar no processo-projeto patrimonial negro-brasileiro**. In: COSTA, C. L. (Org.). Espaço e Diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. 1ed. Goiânia: Gráfica UFG, v. 1, p. 99-113, 2018. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte3/01.html>. Acesso em 04 de abr. 2024.

HAESBAERT, R. Território. **Geographia**. Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, dez. 2023.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/(des)colonial na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO e Niterói: PosGeo UFF. 2021.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, p. 367-371, 2011.

HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In: **Colonial discourse and post-colonial theory**. Routledge, 2015. p. 392-403.

IBGE. Cidades e Estados: Juiz de Fora. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/juiz-de-fora.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.

IBGE. Cidades. Território. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 06 jan. 2025.

IBIO, Instituto BioAtlântica. **Manual Caiçara de Ecoturismo**. 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/downloads/manual-ecoturismocomunitaria.pdf>. Acesso em 08 de outubro 2022.

IBIRAPITANGA e SHUCMAN (org.). **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo**. São Paulo: Fósforo, 2023.

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas. **Afromineiridades**. 2022. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e>

acoes/afromineiridades?utm_source=chatgpt.com#caminhos-das-afromineiridades. Acesso em: 08 jan. 2025.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ouro Preto (MG)**. 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/#:~:text=%E2%80%8BOuro%20Preto%20%C3%A9%20uma,conferido%20pela%20Unesco%2C%20em%201980>. Acesso em: 09 maio 2024.

JESUS, V. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental**. Saúde e Sociedade, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 1-15, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902020180519>.

JUIZ DE FORA (Município). Conselho Municipal de Turismo. **Plano Municipal de Turismo**. Juiz de Fora: Conselho Municipal de Turismo, 2020. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/arquivos/plano_turismo/plano_municipal_de_turismo.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

JUIZ DE FORA (Município). Prefeitura de Juiz de Fora. **Editais 04/2022: Programa Cultural Murilo Mendes**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/editaismurilomendes2022/#:~:text=Quilombagens%20%202022,negra%20e%20de%20sua%20ancestralidade>. Acesso em: 15 jan. 2025.

JUIZ DE FORA (Município). **Decreto nº 17.025, de 23 de janeiro de 2025**. Juiz de Fora, MG, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/decreto/2025/1703/17025/decreto-n-17025-2025-delimita-e-centro-historico-de-juiz-de-fora>. Acesso em: 18 mar. 2025.

JUIZ DE FORA (Município). Secretaria de Turismo. **PJF realiza pesquisa sobre perfil dos visitantes do Terminal Rodoviário**. 2023. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=78377>. Acesso em: 13 jun. 2024.

JUIZ DE FORA (Município). Prefeitura de Juiz de Fora. **Conheça Juiz de Fora: principais eventos de expressão regional e nacional da cidade de juiz de fora**. 2021. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/eventos.php>. Acesso em: 20 dez. 2024.

KAJIHARA, K. A. A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até 2008. **Observatório de Inovação do Turismo**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 1-30, set. 2010. DOI: <https://doi.org/10.12660/oit.v5n3.5777>

KILOMBA, G. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess. Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOZINETS, R.V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Penso Editora, 2014.

KRIPKA, R. M. L.; S, M; BONOTTO, D. Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. Investigação Qualitativa em Educação,

v. 2, jul. 2015.

LABHOI - LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM. **Conheça o LABHOI**. 2024. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

LABHOI - LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM. **Centro Virtual da Memória Negra em Juiz de Fora**. 2024. Disponível em: <https://www2.ufff.br/labhoi/apresentacao/juiz-de-fora-cidade-negra-centro-de-referencia-sobre-a-memoria-negra-em-juiz-de-fora/indice-acervo-juiz-de-fora-cidade-negra/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LEIGHLY (ED), J. **Land and Live: A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press. 1967. ISBN 0-520-04762-1.

LIMA, G. A. C.; AZEVEDO, S. L. M. Paisagem, territorialidade e práticas culturais no quilombo Grilo - PB. **Geosertões**, S.L., v. 2, n. 4, p. 74-100, jul./dez. 2017.

LOCALIZA021. **Localiza 021**. 2024. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/localiza021/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra**. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.) Seminário Saúde da População Negra no Estado de São Paulo 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 53-102.

LOPES, V. Quais são as memórias menos valorizadas na cidade de Juiz de Fora? **Revista Casa D'Italia**, Juiz de Fora, ano 2, n. 17, 2021.

MACIEL, M. E. **Identidade Cultural e Alimentação**. In: CANESQUI, A. M; GARCIA, R. W. D. (Orgs.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MACHADO, B. **A Trama e a Urdidura: um ensaio sobre educação a partir do encantamento**. 2010. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MALCOM, F. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

MARANDOLA, H. L. **MARCAS-MATRIZES NA PAISAGEM DO BAIRRO RURAL ELIHU ROOT: um trilhar humanista**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2017.

MARANDOLA, H. L.; OLIVEIRA, L. DE. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem / Landscape origins in Augustin Berque: landscaping thought and landscape tinkering. **Geograficidade**, v. 8, n. 2, p. 139-148, 6 nov. 2018.

MARANDOLA E. J. **Fenomenologia do ser-situado: crônicas de um verão tropical urbano**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 154p.

MATOS, M. B. A. **Autenticidade em experiências de turismo a partir da teoria do pensamento complexo de Edgar Morin: um estudo sobre vivências em fazendas de cacau no sul da Bahia.** 2018. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MAURÍCIO, V. C. S. **Afroturismo e lugar de fala: a mediação afrocentrada na Pequena África (RJ).** 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14113>. Acesso em 28 fev. 2023.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MENDES, M. **A idade do serrote.** Editora Companhia das Letras, 2018.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, 2008, p. 287-324.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D; TEIXEIRA, A. N. Análises qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software Nvivo®. **Revista Alcance**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 578-587, out. 2016.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO - PENESB - RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismoidentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 24 de jul. 2024.

MUSEU MEMÓRIA NEGRA PETRÓPOLIS (Petrópolis). 2024. Instagram: @museumemorianegrapetropolis. Disponível em: https://www.instagram.com/museumemorianegrapetropolis/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, N. A. Turismo Afrocentrado: debates iniciais. IN: MELLO, R. G.; FREITAS, P. G. (Orgs.). **Novos olhares sobre turismo, patrimônio e cultura 1.** Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2020.

OLIVEIRA, N. A. Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n. 1, p. 42-63, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2021v9n1ID22322>

OLIVEIRA, D. A. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: a 'Pequena África' como forma espacial de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro. **Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Geografia**, v. 12, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41301331/INSCRI%C3%87%C3%83O_ESPACIAL_DO_RACISMO_E_DO_ANTIRRACISMO_A_PEQUENA_%C3%81FRICA_COMO_FORMA_ESPACIAL_DE_DESCOLONIZA%C3%87%C3%83O_DA_%C3%81REA_CENTRAL_E_PORTU%C3%81RIA_DO_RIO_DE_JANEIRO. Acesso em 30 ago. 2023.

OLIVEIRA, D. A. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. **Anais do Copene Sudeste**. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/36614907/Gest%C3%A3o_racista_e_necropol%C3%ADtica_do_espa%C3%A7o_urbano_apontamento_te%C3%B3rico_e_pol%C3%ADtico_sobre_o_genoc%C3%ADdio_da_juventude_negra_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro_Nova_Igua%C3%A7u_Anais_do_Copene_Sudeste_2015. Acesso em 09 mai. 2024

O PHAROL. **A polêmica homenagem à memória de Rosa Cabinda com a Comenda Henrique Halfeld**. 2022. Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2022/05/a-polemica-homenagem-a-memoria-de-rosa-cabinda-com-a-comenda-henrique-halfeld/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

PEREIRA, A. B. M; ANDRADE, C. N. L. E. Paisagem como palimpsesto: leituras retroativas. *In: Anais do 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL: AUTENTICIDADE EM RISCO*, 3., 2019, Belo Horizonte. **PATRIMÔNIO URBANO, PAISAGENS CULTURAIS E MEIOAMBIENTE**. Recife (PE): Even3, 2019. p. 1-15.

PINHO, P. S. ‘Bahia is a closer Africa’: Brazilian slavery and heritage in African American roots tourism”. *In: ARAÚJO, A. L. African heritage and memory of slavery in Brazil and the South Atlantic world*. Amherst, NY, Cambria, pp. 253-284. 2014.

PINHO, P. S. **Mama Africa: reinventing blackness in Bahia**. Durham: Duke University Press. 2010.

PINHO, P. S. Turismos diaspóricos: mapeando conceitos e questões. **Tempo Social**, v. 30, p. 113-131, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.142218>.

PITA, A. **Conheça as 30 iniciativas selecionadas no Edital Percursos Negros**. 2022. Disponível em: <https://diaspora.black/blog/afroturismo/conheca-as-30-iniciativas-selecionadas-no-edital-percursos-negros>. Acesso em: 06 jan. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação. *In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. 2ed. Brasília: Edições Ibama, 2003.

PRETOS NOVOS. Cemitério dos Pretos Novos. Disponível em: <https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/>. Acesso em 12 de dez. 2024.

PRICE, D. J. **Street and colourful houses in Obidos, Leiria, Portugal**. [2019]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto/street-obidos-portugal-imagem-royalty-free/1131181980?adppopup=true>. Acesso em 22 ago. 2024.

QUEIROGA, R. C.; MAURÍCIO, V. C. DA S.; MORAES, E. A. DE. Afroempreendedorismo feminino em Juiz de Fora - MG: reflexões sobre gastronomia, eventos e turismo. **Ateliê do Turismo**, v. 8, n. 1, p. 1 - 24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55028/at.v8i1.19807>

QUEIROZ, G. M. S. **Ecos de um lugar-território**: índices de ancestralidade nas paisagens sonoras do quilombo flores entre 2018 e 2022. 2023. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

QUIJANO, A. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, Renato E. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUINTEIRO, S; BALEIRO, R. **Estudos em Literatura e Turismo: conceitos fundamentais**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, 2017. 133 p.

RAMOS, G. **Frente Parlamentar de Afroturismo é instalada no Rio de Janeiro**. 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/frente-parlamentar-de-afroturismo-e-instalada-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RATTS, A. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, p. 1-22, 2020.

RATTS, A. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, R. E. **QUESTÕES URBANAS E RACISMO**. Petrópolis: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – Abpn, 2012. 400p.

RISSO, L. C. A paisagem como ancestralidade: convocação do sagrado. In: MARANDOLA, E. J; HOLZER, W; BATISTA, Gustavo Silvano. **Portais da Terra**: contribuições dos estudos humanistas para a geografia contemporânea. Teresina: Edufpi, 2023.550 p.

RODRIGUES, D. **Cidade em preto e branco**: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo negra. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.100.2021.tde-23042021-120824>.

RODRIGUES, M. C. **Pesquisa revela perfil dos turistas em Juiz de Fora**. 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2016/09/21/pesquisa-revela-perfil-dos-turistas-em-juiz-de-fora/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ROTA DA LIBERDADE. **Quem somos**. 2024. Disponível em: <https://rotadaliberdade.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SACRAMENTO, M. **“Preto” ou “negro”? O vídeo viral que levantou um debate semântico**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/preto-ou-negro-o-video-viral-que-levantou-um-debate-semantico-por->

sacramento/?gclid=CjwKCAiAksyNBhAPEiwAIDBeLK3nCb-2Ut0mvANtf6mjexbBK YhrjDEOZ1j0UFDsMKaZGXuk1Hoi9B%20oC_iAQAvD_BwE. Acesso em: 03 ago. 2023.

SÁ, M. H. Juiz de Fora, uma cidade negra: análise sobre a dimensão racial do espaço. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. e1312411, 2024. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/15333](http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/15333).. Acesso em: 18 fev. 2025.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica a Geografia a uma nova Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo : Record, 2000.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço**: Formação Espacial como Teoria e como Método. Antipode, nº 1, vol. 9, jan./fev. de 1977. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>

SANTOS, R. E. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–28, 2023. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2840. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SANTOS, R. E. (org.). **Questões Urbanas e Racismo - Coleção Negras e Negros Pesquisas e Debates**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

SANTOS, R. E. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012.

SANTOS, R. E. **Rediscutindo o Ensino de Geografia**: temas da lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2009. 78 p.

SARAIVA, L. F. **Um correr de casas, antigas senzalas**: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora, 1870-1900. 2001. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SEBRAE. **Turismo: Boletim de tendência**. Janeiro-Fevereiro de 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/991affafaf632b27f0127d013a34c1f5/\\$File/31461.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/991affafaf632b27f0127d013a34c1f5/$File/31461.pdf). Acesso em 12 dez. 2024

SILVA, B. P. Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das geografias negras da cidade (século XIX). **Boletim Paulista de Geografia**, nº 104, jul.-dez. 2020.

SILVA, G. T; NOVO, C. B. M. C. **Roteiro Turístico**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 66 p.

SILVA, P. T; TRICÁRIO, L. T; SILVA, Y. F. Turismo afrocentrado e educação antirracista. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 15, n. 45, p. 722-748, 2023.

SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS ADINKRA. **Símbolos e Significados de Adinkras**: explore símbolos e significados africanos. Explore símbolos e significados africanos. 2024. Disponível em: <https://www.adinkrasymbols.org/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SONGBE, P. R. A. Estudo de contribuições africanas na arquitetura brasileira: caso do elemento arquitetônico “adinkra” dos povos akan nas arquiteturas do centro histórico de Belém do Pará. **10º Seminário Salvador e Suas Cores 2024: Circulações e Produções Culturais Negras nas Cidades Afro-Diaspóricas no Atlântico Sul ontem e hoje – Laços Brasil e Benin**. Salvador: Anais, 2024. p. 188-209.

SOUL AFRICA. **Sobre nós**. 2024. Disponível em: <https://soulafricaintercambio.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOU+CARIOCA. **Quem somos**. 2024. Disponível em: </quem-somos-about>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOUSA, J. R; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPATARI, A. **Lisbon skyline with rooftops of Alfama district at sunrise**. [2022] 1 fotografia. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto/lisbon-skyline-with-rooftops-of-alfama-district-at-imagem-royalty-free/1399405681?adppopup=true>. Acesso em 22 ago. 2024.

SUESS, R. C. Geografia Humanista e a Geografia Cultural: encontros e desencontros! a insurgência de um novo horizonte?. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 94–115, 2017. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6999](http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6999).. Acesso em: 13 ago. 2024.

STONE, P. Dark tourism scholarship: a critical review, **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**, [s.l.] Vol. 7 No. 3, pp. 307-318. 2013.

TIMOTHY, D. **Cultural heritage and tourism: an introduction**. Buffalo: Channel View Publications. 2011.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Pesquisa revela perfil dos turistas em Juiz de Fora**. 2016. Tabulação e Análise de dados podem ser encontradas em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2016/09/analise-de-resultados-perfil-da-demanda-marcelo-c-rodrigues.pdf>. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2016/09/21/pesquisa-revela-perfil-dos-turistas-em-juiz-de-fora/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWTO Tourism Definitions**. Madrid: UNWTO, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284420858>.

VIEIRA, M. P.; DULTRA, K. A institucionalização do patrimônio cultural. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16978>. Acesso em: 22 ago. 2024.

WALSH, C. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidade del poder: entrevista a WALTER MIGNOLO. Polis: **Revista de la Universidad Bolivariana** [On-line], Chile, v. 1, n. 4, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30500409>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ZANELLA, S. MP aponta 15 bairros com mais homicídios e tentativas sem autoria definida. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora. 24 abr. 2022. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/24-04-2022/mp-aponta-15-bairros-com-mais-homicidios-e-tentativas-sem-autoria-definida.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ANEXO I - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA *ON-LINE*

Estimativa de tempo máximo de entrevista: 50 minutos

Perfil socioeconômico dos parceiros

. De que tour você participou? _____

. **Faixa Etária:** Entre 18 e 29 anos Entre 30 e 39 anos Acima de 40 anos

. **Raça/Cor:** Preta Parda Indígena Quilombola Amarela Branca Outra

. **Gênero:** Feminino Masculino Outro: _____

. **Nacionalidade:**

. **Bairro e cidade de Residência:**

. **Orientação Sexual:** Heterossexual Homossexual Bissexual Transexual Travesti Outro: _____ Não quero responder

. **Você pertence a alguma dessas comunidades?**

Família indígena Família quilombola Família ribeirinha/pescadores Família assentada ou acampada Família cigana Não Outro: _____

. **Formação acadêmica:** Educação básica Ensino Médio/Técnica Superior completo Superior incompleto Pós-Graduação

. **Principal ocupação profissional:** _____

. **Qual seu vínculo com o local visitado?**

. **Você é ativista ou participa de algum movimento social de causa negra?** Sim Não

1. Você trabalha em alguma agência/empresa de turismo? Sim Não

2. Você é proprietário de alguma agência/empresa de turismo? Sim Não

3. Há quanto tempo você trabalha com guiamento afrocentrado? Menos de dois anos Entre dois e quatro anos Mais de quatro anos

4. Você difere afroturismo de turismo afrocentrado? Se sim, por quê?

5. Quais os maiores desafios você enfrenta para realização de um *tour*?
6. A cidade onde você trabalha coloca placas interpretativas ou algum recurso de sinalização que facilite a interpretação da paisagem de maneira geral?
7. Especificamente no que diz respeito às afrografias ou afroinscrições, há alguma instituição/órgão na cidade onde você trabalha, que coloca placas interpretativas ou algum recurso de sinalização que facilite a interpretação?
8. Quais os recursos de interpretação da paisagem são oferecidos nos pontos de interesse do(s) *tour(s)* que você oferece?
9. Você acredita que o turismo afrocentrado oferece interpretações da paisagem diferenciadas dos tours que não trabalham com essa perspectiva? De que forma?
10. Em comparação com outros tipos de *tour*, quais pontos você destacaria como positivos do afroturismo? Quais seriam os pontos negativos?
11. Se não fosse por meio do trabalho dos guias de turismo, na sua opinião, como os visitantes de um local poderiam perceber as afroinscrições na paisagem?
12. Como você percebe a postura dos moradores com relação aos visitantes?
13. As atividades turísticas podem impactar negativamente a vida das pessoas locais. Assim, como você vê isso nas visitas de afroturismo?

ANEXO II - QUESTIONÁRIO *ON-LINE* APLICADO AOS VISITANTES

Afroturismo e Paisagem: a Caminhada Juiz de Fora Negra

Essa é parte de uma pesquisa de mestrado. Ao respondê-la você concorda em participar da pesquisa, sabendo que não ganhará nada e que pode sair quando quiser. Fique tranquilo(a): Ao serem analisados os dados deste questionário, não haverá qualquer menção a seu nome ou identificação da sua identidade.

Pesquisadora: Vitória Camillo da Silva Maurício, mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFJF (PPGEO/UFJF) | Entre em contato pelo e-mail: camillo.vitoria@gmail.com

Marque apenas uma opção:

- Concordo em participar
 Discordo (Não mais responda ao formulário)
-

Perfil do participante

Esta é uma etapa fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados dessa pesquisa. Respondo a essas perguntas você ajuda o trabalho dos organizadores da Caminhada e o trabalho da pesquisadora. Desde já, obrigada!

- . Faixa Etária: Entre 18 e 29 anos Entre 30 e 39 anos Acima de 40 anos
- . Raça/Cor: Preta Parda Indígena Quilombola Amarela Branca Outra
- . Identidade de gênero: Feminino Masculino Outro: _____
- . Orientação sexual :
- . Nacionalidade:
- . Bairro e cidade de Residência:
- . Orientação Sexual: Heterossexual Homossexual Bissexual Transexual Travesti Outro: _____ Prefiro não responder
- . Você pertence a alguma comunidade tradicional? Sim. Qual? _____ Não
- . Formação acadêmica: Educação básica Ensino Médio/Técnica Superior completo Superior incompleto Pós-Graduação
- . Principal ocupação profissional: _____

- . Como você ficou sabendo do tour? _____
- . Você á esteve em outras atividades da Damata Cultural (outro tour, Slam, Baile Charme etc.)?

- . Você já participou de outros torus de afroturismo? _____
- . Se sua resposta anterior foi SIM, onde você participou dos tours? _____
- . Você é ativista ou participa de algum movimento social relacionado à causa negra?
[] Sim [] Não

Perguntas para os visitantes: antes do tour.

- . Qual a sua principal motivação para participar deste passeio?
- . O que você espera aprender com este passeio?
- . Você está familiarizado com histórias/narrativas que tenham pessoas negras como personagens principais?
- . Por onde você tem contato com essas narrativas? (ex. Televisão/audiovisual, livros, palestras, coletivos, esportes, religião etc.)
- . Antes do passeio, qual era seu nível de conhecimento sobre a história da cidade de Juiz de Fora?
- . Como você avalia seu conhecimento sobre a história e presença negra em Juiz de Fora?
- . Você considera Juiz de Fora uma cidade culturalmente diversa?
- . Como Juiz de Fora é uma cidade culturalmente diversa?

Perguntas para os visitantes: após o passeio

- . Comente pontos positivos do tour guiado, na sua opinião.
- . Comente pontos negativos do tour guiado, na sua opinião.
- . Você voltaria a fazer esse tipo de visita?
- . Como você avalia a importância de conhecer a história negra da cidade através de um passeio como este?
- . Você se sentiu mais conectado com a história da cidade após o passeio? Justifique.
- . O passeio guiado mudou sua percepção sobre a cidade de Juiz de Fora?
- . Em que o tour guiado mudou sua percepção sobre a cidade?
- . Você acha que este tipo de iniciativa pode contribuir para a mudança de narrativas históricas e a promoção da diversidade cultural?
- . Como você acha que este tipo de iniciativa contribui para mudanças positivas na promoção da diversidade cultural?

Obrigada pelo seu tempo!

Termina aqui este questionário. Caso tenha ficado alguma dúvida ou você queria fazer um comentário, sinta-se à vontade para entrar em contato com a pesquisadora: camillo.vitoria@gmail.com